



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 623

Sexta-feira - 26 de Novembro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Atalanta.....	2
Braço do Trombudo	4
Caçador.....	5
Campo Alegre	22
Campos Novos	23
Canoinhas.....	23
Capinzal	24
Catanduvas.....	24
Chapadão do Lageado	26
Concórdia	26
Cordilheira Alta	27
Corupá	30
Forquilha.....	36
Fraiburgo.....	37
Garopaba.....	40
Garuva	41
Gaspar	44
Guaramirim.....	45
Imbituba	46
Iomerê	51
Itapoá	63
Joaçaba.....	63
José Boiteux	64
Luzerna	80
Meleiro	81
Monte Carlo	85
Morro da Fumaça	85
Nova Trento.....	86
Novo Horizonte	92
Paulo Lopes	93
Porto União.....	95
Rio do Sul.....	100
Salto Veloso	113
São Pedro de Alcântara.....	113
Schroeder	115
Videira.....	120

Consórcios Públicos

CIS/AMMVI.....	121
CIS/AMUREL.....	121

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n 222/2010

PORTARIA Nº 222/2010 - DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010
"NOMEIA COMITÊ DE SELEÇÃO DE MONITORES BOLSISTAS PARA O TELECENTRO"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 013/2010 de 25/10/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros abaixo relacionados para compor o Comitê de Seleção de Monitores Bolsistas para o Telecentro:

. EVANDRA REGINA MACAGNAN - Presidente do Conselho Municipal de Educação

. NILSE BALESTRIN SARI - Assistente Social

. DANIELA DRESCH - Psicóloga

. FABIANA APARECIDA PEREIRA - Professora de Língua Portuguesa

. FÁTIMA BORTOLINI PONTEL - Professora de Informática

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 19 de novembro de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Portaria n 223/2010

PORTARIA Nº 223/2010 de 24 de Novembro de 2010.
"DA PROVIMENTO A CARGO PUBLICO QUE ESPECIFICA".

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 12 e artigo 18 da Lei complementar nº. 015/1999 e artigos 93 e 102 da lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e demais normas legais,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar provimento em caráter efetivo a Valdir Alves brasileiro (a), casado (a), Portador CPF nº 806.711.959.72 para exercer o cargo de Motorista 40 horas semanais, conforme Edital de

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

concurso público nº. 014/2009, o funcionário adquirirá estabilidade no serviço público após 3 anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, ou reconduzido a seu cargo efetivo anteriormente ocupado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº015/98 de 28/12/1999.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 24 de Novembro de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTI BORTOLINI

Prefeita Municipal

EDNA DE F. LEMOS VIEIRA BISSANI

Diretor Dpto Recursos Humanos.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 155/2010

DECRETO Nº. 155/2010 de 25 de Novembro de 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2010.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.246 de 08 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 160.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.1.005-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 25 de Novembro de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de novembro de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Atalanta

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1181/2010

LEI N.º 1181/2010.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 615.000,00 (Seiscientos e Quinze Mil Reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 63.000,00

04.122.0010.2.004 - Manutenção dos Serviços de Assistência Técnica Municipal

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrat R\$ 5.000,00

04.123.0013.2.005 - Manutenção dos Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

28.123.0016.2.007 - Contribuição para Formação Pat. Serv. Pública - PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

28.123.0016.2.008 - Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 - Manutenção das Atividades Produtoras

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.00018 - Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00081 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

13.392.0055.2.025 - Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.00.0014 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 10.301.0088.2.037 - Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI
 3.3.71.00.00.00.00.00.0082 - Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00
 10.301.0094.2.039 - Manutenção do Programa Saúde da Família
 3.3.50.00.00.00.00.00.0082 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrat R\$ 33.000,00
 10.304.0097.2.040 - Manutenção da Vigilância Sanitária
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação do recurso 0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 76.000,00 e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.0004.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 04.123.0013.2.005 - Manutenção dos Serviços Financeiros
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 22.661.0038.1.011 - Implantação de Agroindústrias
 4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

23.691.0028.2.011 - Promoção de Comércio e Serviços
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrat R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 20.606.0037.2.014 - Incentivo a Produção Agrícola e Pecuária
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 12.365.0043.2.016 - Manutenção da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 12.361.0049.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar - Ensino

Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.00.0015 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 12.364.0049.2.022 - Assistência aos Educando - Apoio ao Ensino Universitário
 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 27.812.0058.2.026 - Manutenção do Desporto Amador
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário
 4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0092 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 15.452.0064.2.028 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

07.00 - SECRETARIA DA ASSIST. SOCIAL E INF. E ADOLESCÊNCIA
 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0070.2.030 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
 4.4.90.00.00.00.00.00.0029 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
 08.244.0073.2.031 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

08.00 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
 08.01 - SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
 23.695.0082.1.010 - Implantação de Portal Turístico
 4.4.90.00.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 23.695.0082.2.034 - Promoção do Turismo
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
 4.4.90.00.00.00.00.00.0092 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 10.305.0100.2.041 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0014 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0014 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de Novembro de 2010.
 BRAZ BILCK
 Prefeito Municipal

Lei N.º 1182/2010

LEI N.º 1182/2010.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a



abrir Suplementação na importância de R\$ 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

Art. 2º O crédito aberto por esta Lei correrá por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 01.031.0001.1.001 - Construção da Sede Própria da Câmara de Vereadores
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 177,83
 01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores
 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 1.400,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 9.222,17

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de Novembro de 2010.
 BRAZ BILCK
 Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 144/2010

PORTARIA 144/2010
 NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc..

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Angelica Silva de Oliveira, para exercer o cargo de Fisioterapeuta, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 10 (dez) horas semanais, a partir de 24.11.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de novembro de 2010.
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 47/2010

EXTRATO DE CONTRATO 47/2010

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ

95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Cooperativa Reg. Agrop. Alto Vale Itajaí Ltda
 CNPJ 85.789.782/0025-10, sito a Rua Duque de Caxias, 184
 Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Fornecimento de Gêneros Alimentícios.
 Valor: R\$ 16.020,95 (dezesesseis mil, vinte reais e noventa e cinco centavos).

Vigência até 31.12.2010
 Data da assinatura: 24.11.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 48/2010

EXTRATO DE CONTRATO 48/2010

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Nelson Knaul
 CNPJ 81.818.502/0001-26, sito a Rua Duque de Caxias, 1776, Centro
 Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Fornecimento Frutas e Verduras para merenda escolar.

Valor: R\$ 1.975,75 (hum mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Vigência até 31.12.2010
 Data da assinatura: 24.11.2010

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Homologação Processo Seletivo 3/2010

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº03/2010
 Professor em Caráter Temporário

Ficam homologadas as seguintes inscrições, conforme Edital do Processo Seletivo nº 03/2010, que abre inscrições e baixa normas para a seleção e contratação de Professor, em caráter temporário.

Nome	Nº de inscrição
Maria Angélica do Nascimento	001
Vanessa Campregher	002
Neuza Aparecida Branco Meurer	003
Simoni Schaeffer	004
Carmelita de Souza	005
Cintia Coelho	006
Elza Niquelati	007
Juliana Kurtz	008
Tânia Regina Larsen Vicente	009
Deiziane de Souza Probst	010
Joice Muniz da Costa Marangoni	011
Árcia de Oliveira	012

Braço do Trombudo, 24 de novembro de 2010
 VILBERTO MULLER SCHOVINDER
 Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.637

DECRETO nº 4.637, de 01 de outubro de 2010.

Suplementa e anula dotações orçamentárias por remanejamento entre despesas.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.676, de 17/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, na importância de R\$ 301.000,00 (trezentos e um mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.500,00

Soma R\$ 24.500,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Secretaria da Administração e Fazenda

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Soma R\$ 11.000,00

02.03 - Secretaria de Infra - Estrutura

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infra - Estrutura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.500,00

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.350,00

Soma R\$ 50.850,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Guarda Municipal

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.850,00

Soma R\$ 10.850,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação

3350.00 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 21.000,00

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 146.300,00

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Soma R\$ 175.300,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

Soma R\$ 28.500,00

TOTAL R\$ 301.000,00

(trezentos e um mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizadas nas formas dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Assessoria Jurídica

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 24.500,00

Soma R\$ 24.500,00

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Secretaria da Administração e Fazenda

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Soma R\$ 11.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infra - Estrutura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 45.500,00

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.350,00

Soma R\$ 50.850,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.019 - Manutenção da Guarda Municipal

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.850,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Soma R\$ 10.850,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 146.300,00

Soma R\$ 175.300,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

Soma R\$ 28.500,00

TOTAL

R\$ 301.000,00

(trezentos e um mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de outubro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 19.989

PORTARIA nº 19.989, de 03 de novembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR a vacância do cargo de Bioquímico, em virtude do pedido de exoneração do Servidor Público Municipal JOÃO ALBERTO SUSIN MARINI, na data de 1º de outubro de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 19.990

PORTARIA nº 19.990, de 03 de novembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E :

RETIFICAR a Portaria nº 19.943, de 29 de outubro de 2010, que concedeu licença prêmio a diversos Servidores Públicos Municipais, no que se refere ao período de gozo da Servidora ADRIANA APARECIDA PAVLOSKI, que passa a ser de 01/10/2010 a 01/01/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 19.991

PORTARIA Nº 19.991, de 05 de novembro de 2010.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal RICARDO PIRES DE CAMARGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Agrícolas e Florestais, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, a contar de 05 de novembro de 2010 a 02 de fevereiro de 2011, conforme laudo da perícia médica.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Aviso Licitação TP 13-2010 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Tomada de Preços nº 13/2010

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS DAS QUADRAS ESPORTIVAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ALTO BONITO E ESPERANÇA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 17/12/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 17/12/2010.

Visita técnica: até dia 16/12/2010

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195,

e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de novembro de 2010.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Data de Abertura das Propostas TP 12/2010 PREFEITURA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 12/2010 PREFEITURA
Como as empresas participante do presente processo não apresentaram recurso dentro do prazo legal, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços às 16:00 horas do dia 26 de novembro de 2010.

Contrato 146-2010 PREFEITURA

Contrato nº 146/10 - aditamento contratual para alteração com base no parecer jurídico nº 401/2010 do Parágrafo 7º. da Cláusula Terceira do Contrato Principal passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 7º. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, número da Conta Corrente e da Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária para pagamento, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser retido o ISSQN que será calculado sobre o valor total da Nota Fiscal. O não recolhimento dos impostos poderá implicar em descontos quanto for efetuado o pagamento da mesma. Referente ao processo licitatório nº 122/2010, CV nº 24/10, Contratado: ARS CONSULT ENGENHARIA LTDA.

Contrato 147-2010 PREFEITURA

Contrato nº 147/10 - Contratação de empresa habilitada por empreitada global para construção de arquibancada e alambrado do kartódromo municipal. Referente ao processo licitatório nº 139/10 Convite nº 27/10. Contratado: HILTON ROBERTO LARA & CIA LTDA. Valor: R\$ 126.950,86. Prazo: 60 dias.

Contrato 23-2010 - ASSIS SOCIAL

Contrato nº 23/10 - FMAS - Prorrogação de prazo do contrato de locação de imóvel de propriedade de Thiago Barcaro, para funcionamento do núcleo de jornada ampliada do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI nº 04/08 e 13/09, do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses e concessão de reajuste pelo IGP-M do período, ou seja, aproximadamente -8,8043% (oito vírgula oito mil e quarenta e três centésimos por cento) conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Bem Estar Social mediante parecer jurídico favorável nº 404/2010. Referente ao processo licitatório nº 08/08 DL nº 01/08. Contratado: THIAGO BARCARO. Valor: R\$ 15.462,72 - Prazo: 17/11/2011.

Contrato 28-2010 - FUNDEMA

Contrato nº 28/10 - FUNDEMA - Aquisição de equipamentos de informática e toner para estação de tratamento de água e laboratório de controle de qualidade. Referente ao Processo licitatório nº 30/10 PR nº 20/10. Contratado: PROXY INFORMÁTICA LTDA Valor: R\$ 1.449,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 29-2010 FUNDEMA

Contrato nº 29/10 - FUNDEMA - Aquisição de equipamentos de

informática e toner para estação de tratamento de água e laboratório de controle de qualidade. Referente ao Processo licitatório nº 30/10 PR nº 20/10. Contratado: REINKJET TINTAS, TONERS E INFOMÁTICA LTDA - EPP Valor: R\$ 1.005,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 30-2010 FUNDEMA

Contrato nº 30/10 - FUNDEMA - Aquisição de equipamentos de informática e toner para estação de tratamento de água e laboratório de controle de qualidade. Referente ao Processo licitatório nº 30/10 PR nº 20/10. Contratado: SYSMATEC INFORMÁTICA LTDA - ME Valor: R\$ 3.858,00. Prazo: 12 meses.

Contrato 93-2010 - SAUDE

Contrato nº 93/10 - FMS - Contratação de serviços médicos para realização de consultas na especialidade de neurocirurgia. Referente ao processo licitatório nº 70/2010 PR nº36/2010. Contratada: STEFAN SZYLEWICZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Valor: R\$ 100.800,00. Prazo: 17/11/2011.

Termo de Compromisso 11-2010

TERMO DE COMPROMISSO Nº 11/10 - prorrogação de prazo ao termo de compromisso nº 07/2010 para ocupação e exploração, à Título Precário, da Loja nº 04 (quatro) com 113,63 m2, situada no Terminal Rodoviário Selvino Caramori. Permissionário: REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS. Valor R\$ 852,52. Prazo: 02 meses.

Ata 167-2010 SAUDE

Ata nº 167/10 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010 - prorrogação do prazo de Registro de Preços para contratação de serviços médicos especializados em oftalmologia para realização de consultas. Fornecedor: CLINICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO S/S LTDA - Caçador SC. Prazo: 27/05/2011.

Ata 168-2010 SAUDE

Ata nº 168/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ME. Rio do Sul - SC - 06 meses.

Item	Unidade	Quant.	Produto	Valor un	Total
09	Pacote	30	Campos fenestrados 45x50 algodão com 50 unidades	36,00	1.080,00
12	Caixa	200	Envelopes p/ esterilização auto selante c/ 100 - 30X30	69,41	13.882,00
13	Embalagem	800	Papel lençol hospitalar com 12 rolos cada, 50cmx50mts.	32,00	25.600,00
TOTAL					40.562,00

Ata 169-2010 SAUDE

Ata nº 169/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: CIRÚRGICA CLIMAZA COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP - São José - SC - 06 meses.

Item	Unidade	Quant.	Produto	VLR UN	TOTAL
07	Unidade	01	Aparelho Colposcópio, com 550 linhas de resolução, S vídeo Y/C, BLC, íris eletrônica e ótica, iluminação XER, filtro monocromático, zoom de 10 a 40 vezes, auto volt (90-240 V). Garantia mínima de 12 meses.	6.150,00	6.150,00

Ata 170-2010 SAUDE

Ata nº 170/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: CIRÚRGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Florianópolis - SC - 06 meses.

Item	Und	Quant.	Produto	VLR UN	TOTAL
10	Caixa	30	Curativo tratamento placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 Hidrocolóides - Gelatina, Pectina e Carboximetilcelulose Sódica - revestido de uma lâmina de Poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura média, para prevenção e tratamento de úlcera de pressão limpa. Com registro comprovado no ministério da saúde. Apresentação caixa com 5 curativos 10 x 10 cm.	70,00	2.100,00
TOTAL					2.100,00

Ata 171-2010 SAUDE

Ata nº 171/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Curitiba - PR - 06 meses.

Item	Unidade	Quant.	Produto	VL R UN	TOTAL
01	Unidade	02	Desfibrilador automático portátil para uso em situações de emergências cardíacas. Para pacientes adultos e pediátricos a partir de 01 ano de idade. Utiliza tecnologia de desfibrilação por onde tipo bifásica, que possibilita realizar desfibrilações, com escala de energia ate 200 joules. O dispositivo deve possibilitar a transferência de dados para um computador. Deverá acompanhar um conjunto de pás externas (adultas e pediátricas), um manual de operação. A garantia do equipamento deverá ser no mínimo de 05 anos.	5.200,00	10.400,00
04	Unidade	10.000	Sacos de lixo hospitalar branco leitoso, com a cruz em vermelho 50 L	0,139	1.390,00
05	Unidade	18.000	Sacos de lixo hospitalar branco leitoso, com a cruz em vermelho 100 L	0,199	3.582,00
15	Rolo	200	Filme para ultra-som UPP 110Hg - 110mmx18m	43,70	8.740,00
TOTAL					24.112,00

Ata 172-2010 SAUDE

Ata nº 172/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - Brasília - DF - 06 meses.

Item	Unidade	Quant.	Produto	VALOR UN	TOTAL
06	Unidade	350.000	Tiras teste para medição quantitativa de glicose sanguínea, que utilize sangue capilar total, arterial, venoso e neonato com amostra de no máximo 1,0 uL, com capacidade de medição de glicemia na faixa mínima de 10-20 mg/dl e no máximo 600 mg/dl, com leitura de resultado de no máximo 10 segundos. Que utilize tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia de amperometria e/ou fotometria (biosensores). Com memória de armazenamento de até 250 testes. Mensagens simples e resultados de fácil leitura, programado em português. Tiras que absorvam o sangue automaticamente (aspiração capilar), para dentro da célula reagente. A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato o número de equipamentos suficientes para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Caçador. * A empresa vencedora deste item ficará responsável pelo treinamento, manutenção, troca dos aparelhos sem qualquer custo adicional a esta Secretaria Municipal de Saúde.	0,41	143.500,00
TOTAL					143.500,00

Ata 173-2010 SAUDE

Ata nº 173/2010 - FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2010 - Registro de preços para aquisição de aparelhos e materiais médico hospitalares. Fornecedor: PROTEC EXPORT INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA- EPP - Cotia - SP - 06 meses.

Item	Unidade	Quant.	Produto	VL R UN	TOTAL
02	Unidade	15	Conjunto de laringoscopia com cabo + lamina nº. 0, 1, 2, 3, 4 curva	320,00	4.800,00
03	Unidade	15	Conjunto de laringoscopia com cabo + lamina nº. 0, 1, 2, 3, 4 reta	320,00	4.800,00
16	Unidade	100	Umidificador para cilindro de O2, frasco plástico 250ml.	7,15	715,00

19	Unidade	50	Umificador de O2 c/ extensão e Máscara. Tampa e corpo de nylon com rosca em metal. Frasco plástico de 250ml, com níveis máximo e mínimo. Conexão de entrada de oxigênio com rosca padrão 9/16 x 18 fios. Adapta-se a qualquer válvula reguladora de cilindro ou medidor de vazão de rede canalizada. Adquirido com extensão de tubo de PVC, com intermediário e máscara plástica, formando-se assim o conjunto para umidificação.	12,15	607,50
TOTAL					10.922,50

Ata 187-2010 PREFEITURA

ATA nº 187/2010 - Pregão Presencial nº 77/2010. Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores turbina, estofaria e tapeçaria, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, destinados a Guarda Municipal e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Gabinete do Prefeito. Fornecedor: SAMARA CRISTINA FERNANDES RAMOS -ME. Caçador, SC - prazo: 12 meses.

Manutenção em Bombas e Bicos injetores turbina para motores a diesel:

LOTE 24 - JCB

PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	11,25	60
VALOR ESTIMADO				R\$ 6.000,00

Ata 188-2010 PREFEITURA

ATA nº 188/2010 - Pregão Presencial nº 77/2010. Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores turbina, estofaria e tapeçaria, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, destinados a Guarda Municipal e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Gabinete do Prefeito. Fornecedor: CENTRO CAR COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME. Caçador, SC - prazo: 12 meses.

LOTE 05 - Manutenção Mecânica G.M

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
09	MHA 8066	CORSA HATCH	2010	28,20	5
10	MHA 8026	CORSA HATCH	2010	28,20	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 12.000,00
LOTE 10 - Manutenção Elétrica G.M					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
15	MHA 8066	CORSA HATCH	2010	32,90	5
16	MHA 8026	CORSA HATCH	2010	32,90	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 6.000,00

Ata 189-2010 PREFEITURA

ATA nº 189/2010 - Pregão Presencial nº 77/2010. Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores turbina, estofaria e tapeçaria, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, destinados a Guarda Municipal e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Gabinete do Prefeito. Fornecedor: PATROMAQ INDÚSTRIA E RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA-EPP. Pato Branco, PR - prazo: 12 meses.

LOTE 04 - JCB - manutenção mecânica

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
08	MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	29,25	35
VALOR ESTIMADO					R\$ 50.000,00

LOTE 14 - JCB - manutenção funilaria e pintura

ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
20	MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	22,75	35
VALOR ESTIMADO					R\$ 6.000,00

Ata 190-2010 PREFEITURA

ATA nº 190/2010 - Pregão Presencial nº 77/2010. Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação dos serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores turbina, estofaria e tapeçaria, sendo serviços de caráter preventivo e corretivo, com aplicação e fornecimento de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, destinados a Guarda Municipal e Trânsito, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Gabinete do Prefeito. Fornecedor: MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA- ME. Caçador, SC - prazo: 12 meses.

LOTE 06 - FORD - manutenção mecânica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
11	MDB 1509	FOCUS	2002	28,20	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 7.000,00
LOTE 07 - PEUGEOT- manutenção mecânica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
12	MHE 5246	PEUGEOT 307 SD	2010	28,20	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 8.000,00
LOTE 08 - FIAT- manutenção mecânica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
13	DDS 3823	PÁLIO EX	2001	28,20	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 70.000,00
LOTE 09 - JCB- manutenção elétrica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
14	MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	32,90	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 15.000,00
LOTE 11 - FORD- manutenção elétrica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
17	MDB 1509	FOCUS	2002	32,90	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 4.000,00
LOTE 12 - PEUGEOT- manutenção elétrica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
18	MHE 5246	PEUGEOT 307 SD	2010	32,90	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 4.000,00

LOTE 13 - FIAT- manutenção elétrica					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
19	DDS 3823	PÁLIO EX	2001	32,90	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 4.000,00
LOTE 15 - G.M- manutenção funilaria e pintura					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
21	MHA 8066	CORSA HATCH	2010	33,25	5
22	MHA 8026	CORSA HATCH	2010	33,25	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 10.000,00
LOTE 16 - FORD- manutenção funilaria e pintura					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
23	MDB 1509	FOCUS	2002	33,25	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 5.000,00
LOTE 17 - PEUGEOT- manutenção funilaria e pintura					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
24	MHE 5246	PEUGEOT 307 SD	2010	33,25	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 5.000,00
LOTE 18 - FIAT- manutenção funilaria e pintura					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
25	DDS 3823	PÁLIO EX	2001	33,25	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 5.000,00
LOTE 19 - JCB- manutenção estofaria e tapeçaria					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
26	MAQ. 63	RETROESCAVADEIRA JCB 214S	2005	23,75	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 1.000,00
LOTE 20 - G.M- manutenção estofaria e tapeçaria					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
27	MHA 8066	CORSA HATCH	2010	23,75	5
28	MHA 8026	CORSA HATCH	2010	23,75	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 5.000,00
LOTE 21 - FORD- manutenção estofaria e tapeçaria					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
29	MDB 1509	FOCUS	2002	23,75	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 4.000,00
LOTE 22 - PEUGEOT- manutenção estofaria e tapeçaria					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
30	MHE 5246	PEUGEOT 307 SD	2010	23,75	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 3.000,00
LOTE 23 - FIAT- manutenção estofaria e tapeçaria					
ITEM	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	M.O R\$	PEÇA %
31	DDS 3823	PÁLIO EX	2001	23,75	5
VALOR ESTIMADO					R\$ 5.000,00

Ata 191-2010 PREFEITURA

ATA nº 191/2010 - Pregão Presencial nº 79/2010. Registro de preços para aquisição de 4.000 unidades de numeração predial para Secr. de Infra estrutura. Fornecedor: BORGES & BORGES COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME. Curitiba, PR - prazo: 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VLR UN	TOTAL
01	4.000	Unid.	Numeração predial medindo 50x80mm, em chapa galvanizada de 1,2 mm, com tratamento anti-ferruginoso, com decapante fosfatizante e dois furos de 3mm de diâmetro. Pintura de fundo azul e sobre pintura de numeração branca baixo relevo. Sistema eletrostático a pó em ambas pinturas. Sendo: 400 unidades de cada: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, conforme ANEXO VI - Desenho.	4,00	16.000,00
TOTAL					16.000,00

Ata 192-2010 PREFEITURA

ATA nº 192/2010 - Pregão Presencial nº 80/2010. Registro de preços para aquisição de livros para as bibliotecas das escolas da rede Municipal de Educação. Fornecedor: VIZÚ DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA. Passo Fundo, RS – prazo: 06 meses.

Lote 01 - Editora DCL

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
1-	101 Dálmatas - 01 Vol. - Ed. DCL	17	15,6629	266,27
2-	Alice no País das Maravilhas - 01 Vol. - Ed. DCL	17	18,0355	306,60
3-	Moby Dick - 01 Vol. - Ed. DCL	17	18,0355	306,60
4-	O Senhor do Mundo - 01 Vol. - Ed. DCL	17	18,0355	306,60
5-	Pooh - 01 Vol. - Ed. DCL	17	16,1370	274,33
6-	Vinte Mil Léguas Submarinas - 01 Vol. - Ed. DCL	17	18,0355	306,60
TOTAL DO LOTE			1.767,00	

Lote 02 - Editora Todo Livro

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
7-	A Abelha Que Queria ser Rainha - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,2347	71,99
8-	A Águia que Almejava as Estrelas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,1268	70,16
9-	A Borboleta que Queria Ser Linda - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,1268	70,16
10-	A Girafa que Queria ter Sucesso - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,1268	70,16
11-	A Raposa que Sabia Tudo - 01 Vols. - Ed. Todo Livro	17	4,1268	70,16
12-	Adoráveis Criaturas - 04 Vols. - Ed. Todo Livro	17	12,3803	210,47
13-	Binho Encontra Pipa - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	5,8432	99,33
14-	O Coelho que Queria Ser Rápido - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,1633	70,78
15-	O Elefante que Queria Tudo - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,0172	68,29
16-	O Leão que Queria Reinar no Topo do Mundo - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,2363	72,02
17-	O Pinguim Que Gostava de Calor - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,1633	70,78
18-	O Sapo Que Desejava as Alturas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,0537	68,91

19-	Pipa Ganha Rodas - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	6,0258	102,44
20-	Rima Pra Lá, Rima Pra Cá - 05 Vols. - Ed. Todo Livro	17	21,5469	366,30
21-	Saúde dos Dentinhos - 06 Vols. - Ed. Todo Livro	17	23,3729	397,34
22-	Você Está Triste Ursinho - 01 Vol. - Ed. Todo Livro	17	4,7476	80,71
TOTAL DO LOTE			1.960,00	

Lote 03 - Editora Rideel

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
23-	A Bexiga de Borracha - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
24-	Alegria - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
25-	As Formigas - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
26-	Contos de Outono - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
27-	Denteliques - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
28-	O Espantalho - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
29-	O Papagaio e a Borboleta - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
30-	Os Dois Cabritos - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	12,50	212,50
TOTAL DO LOTE			1.700,00	

Lote 05 - Editora Girassol

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
44-	A Família da Flora - 01 Vol. - Ed. Girassol	17	15,1208	257,05
45-	Clássicos Ilustrados - 14 Vols. - Ed. Girassol	17	61,3276	1.042,57
46-	O Clube do Arco-Íris - 01 Vols. - Ed. Girassol	17	14,5835	247,92
47-	Pertinho de Você - 01 Vol. - Ed. Girassol	17	14,5835	247,92
48-	Pra Sempre no Meu Coração - 01 Vol. - Ed. Girassol	17	15,3511	260,97
49-	Sentimentos "Boas Maneiras" - 04 Vols. - Ed. Girassol	17	61,3276	1.042,57
TOTAL DO LOTE			3.099,00	

Lote 06 - Editora Vale das Letras

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
50-	A Grande Corrida - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,9241	134,71
51-	As Aventuras dos Três Porquinhos - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	16,4906	280,34
52-	Casa dos Sentimentos - 06 Vols. - Ed. Vale das Letras	17	54,3544	924,02
53-	Cuidando da Saúde - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
54-	Mistério no Galinheiro - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	8,2913	140,95
55-	O Coelhozinho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
56-	O Desfile de Moda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
57-	O Mundo Mágico do Circo - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	16,4906	280,34

58-	O Passarinho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	8,2913	140,95
59-	O Pescador e a Minhoca - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	8,2913	140,95
60-	Piquenique na Fazenda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
61-	Poeminhas Ecológicos - 08 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	17,4118	296,00
62-	Sol Demais Nunca Mais - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
63-	Um Dia na Fazenda - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	7,3701	125,29
TOTAL DO LOTE			3.090,00	

Lote 07 - Editora Nova Fronteira

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
64-	A Jararaca, A Perereca e A Tiririca - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	17	10,3976	176,76
65-	Curupaco, Paco e Tal, Quero Ir Pra Portugal - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	17	10,3976	176,76
66-	Fada Fofa e os 7 Anjinhos - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	17	15,5963	265,14
67-	Fada Fofa em Paris - 01 Vol. - Ed. Nova Fronteira	17	16,0690	273,17
68-	Fada Fofa, Onça - Fada - 01 Vol. Ed. Nova Fronteira	17	16,0690	273,17
TOTAL DO LOTE			1.165,00	

Lote 08 - Editora Tribos

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
69-	A Mágica das Estrelas -Do -Mar - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
70-	As Baleias Dançarinas - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
71-	E Agora? - 08 Vols. - Ed. Tribos	17	58,00	986,00
72-	Invenções - 10 Vols. - Ed. Tribos	17	77,00	1.309,00
73-	O Corajoso Tubarão - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
74-	O Curioso Caranguejo - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
75-	O Esquilinho Preguiçoso - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
76-	O Leãozinho Vaidoso - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
77-	O Macaquinho Sujão - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
78-	O Solitário Cavalo Marinho - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
79-	O Tigrinho Fofaqueiro - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
80-	O Ursinho Desbocado - 01 Vol. - Ed. Tribos	17	11,00	187,00
TOTAL DO LOTE			4.165,00	

Lote 10 - Editora Ciranda Cultural

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
89-	A Ovelha Rosa da Dona Rosa - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	6,3724	108,33
90-	A Surpresa do Urso Polar - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	19,8295	337,10
91-	Ciranda das Diferenças - 10 Vols./10 Cds - Ed. Ciranda Cultural	17	53,1146	902,95
92-	Ciranda das Diversidades - 10 Vols./10 Cds - Ed. Ciranda Cultural	17	53,1146	902,95
93-	Com Medo do Escuro - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	15,5803	264,87
94-	É Assim Que Eu Sou - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	14,8721	252,83
95-	É Só Uma Brincadeira - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	14,8721	252,83
96-	Insetos - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	20,5376	349,14
97-	Mergulhando Com o Pinguim - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	14,8721	252,83
98-	O Grande Livro do Amor - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	14,1639	240,79
99-	O Sapinho Indeciso - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	20,5376	349,14
100-	O Urso Polar Aprende a Nadar - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	19,8295	337,10
101-	Patinho Você Grasna Demais - 01 Vol. - Ed. Ciranda Cultural	17	20,5376	349,14
TOTAL DO LOTE			4.900,00	

Lote 11 - Editora Globo

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
102-	As Aventuras de Hans Staden - 01 Vol. - Ed. Globo	17	14,2043	241,47
103-	Bocão e os Bichos - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,1859	190,16
104-	Caçadas de Pedrinho - 01 Vol. - Ed. Globo	17	3,9950	67,92
105-	Dom Quixote das Crianças - 01 Vol. - Ed. Globo	17	12,2512	208,27
106-	Esportes Radicais - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,1859	190,16
107-	Histórias de Tia Nastácia - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,9799	271,66
108-	Julieta no Mundo da Culinária - 01 Vol. - Ed. Globo	17	10,6532	181,10
109-	Memórias de Emília - 01 Vol. - Ed. Globo	17	12,8727	218,84
110-	O Japão dos Brasileiros - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,0971	188,65
111-	O Minotauro - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,0921	256,57
112-	O Saci - 01 Vol. - Ed. Globo	17	8,7002	147,90
113-	Pra Que Dinheiro - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,0971	188,65
114-	Viagens da Carolina - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,0971	188,65
TOTAL DO LOTE			2.540,00	

Lote 12 - Editora Cedic

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
115-	Amizade - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
116-	Generosidade - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00

117-	Gentileza - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
118-	Honestidade - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
119-	Humildade - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
120-	Justiça - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
121-	Perseverança - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
122-	Respeito - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
123-	Responsabilidade - 01 Vols. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
124-	Solidariedade - 01 Vol. - Ed. Cedic	17	5,8824	100,00
TOTAL DO LOTE			1.000,00	

Lote 13 - Editora Edelbra

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
125-	Evolução da Vida - 08 Vols. - Ed. Edelbra	17	48,0761	817,29
126-	Histórias que a Vovó Contava - 24 Vols. - Ed. Edelbra	17	62,9311	1.069,83
127-	Vida - 10 Vols. - Ed. Edelbra	17	57,1692	971,88
TOTAL DO LOTE			2.859,00	

Lote 14 - Editora Brasileitura

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
128-	Abra e Divirta-se "O Bosque" - 12 Vols. - Ed. Brasileitura	17	39,90	678,30
TOTAL DO LOTE			678,30	

Lote 15 - Editora FTD

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
129-	A Turma da Nossa Rua - 07 Vols. - Ed. FTD	17	126,50	2.150,50
130-	Caixinha de Contos - 06 Vol. - Ed. FTD	17	28,00	476,00
131-	Castelinho - 06 Vol. - Ed. FTD	17	28,00	476,00
132-	Contos de Papel - 06 Vol. - Ed. FTD	17	28,00	476,00
133-	Hora de Ler - 06 Vols. - Ed. FTD	17	28,00	476,00
134-	Lua de Papel - 06 Vols. - Ed. FTD	17	28,00	476,00
TOTAL DO LOTE			4.530,50	

Lote 16 - Editora Melbooks

Item	Título/ Editora	Qtd.	VLr un	Total
135-	Comecinho 2 - 1 Vol./ 01 Cd - Ed. Melbooks	17	44,00	748,00
136-	Fazenda de Fantoches - 09 Vols. - Ed. Melbooks	17	39,80	676,60
137-	Mil Pássaros - 01 Vol./01 Cd - Ed. Melbooks	17	39,90	678,30
TOTAL DO LOTE			2.102,90	

Lote 17 - Editora Melhoramentos

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
138-	Coleção Pedro Bandeira - 12 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	106,8516	1.816,48
139-	O Homem e a Comunicação - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	112,2878	1.908,89
140-	Série Bebê Maluquinho - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	70,4027	1.196,85
141-	Série Bichin - 12 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	121,1995	2.060,39
142-	Série Corpin - 07 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	103,3761	1.757,39
TOTAL DO LOTE			8.740,00	

Lote 18 - Editora Maurício de Souza

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
143-	Oi, Eu Sou a Magali - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,65
144-	Oi, Eu Sou a Mônica - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,67
145-	Oi, Eu Sou Dorinha - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,67
146-	Oi, Eu Sou Marina - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,67
147-	Oi, Eu Sou O Luca - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,67
148-	Oi, Eu Sou O Ronaldinho Gaúcho - 01 Vol. - Ed. Maurício de Souza	17	15,6853	266,67
TOTAL DO LOTE			1.600,00	

Lote 19 - Editora So Ler

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
149-	Pequenas Lições - 08 Vols. - So Ler	17	20,00	340,00
TOTAL DO LOTE			340,00	

Lote 20 - Editora PAE

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
150-	Conhecendo o Meio Ambiente - 05 Vols./ 01 Cd - Ed. PAE	17	58,2353	990,00
TOTAL DO LOTE			990,00	

Lote 21 - Editora Vale das Letras

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
151-	A Cabana - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	10,3429	175,83
152-	A Cápsula do Tempo - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	11,0807	188,37
153-	Carapanã e o Povo Sem Sono - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	10,342	175,81
154-	Garoto Estranho - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	11,0807	188,37
155-	Noite - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	10,342	175,81
156-	O Aprendiz de Cavaleiro - 01 Vol. - Ed. Vale das Letras	17	10,342	175,81
TOTAL DO LOTE			1.080,00	

Lote 22 - Editora FTD

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
157-	A Cinderela das Bonecas - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
158-	A Decisão do Campeonato - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
159-	A Máquina Maluca - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
160-	A Árvore do Beto - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
161-	Armandinho o Juiz - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
162-	Como se Fosse Dinheiro - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
163-	O Pequiquinho do Catapimba - 01 Vol. - Ed. FTD	17	19,60	333,20
TOTAL DO LOTE			2.332,40	

Lote 23 - Editora Bolsa Nacional

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
164-	A Chave do Conhecimento - 06 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	17	21,00	357,00
165-	Corujinha e os Filósofos - 06 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	17	21,00	357,00
166-	Nossos Bichos - 07 Vols. - Ed. Bolsa Nacional	17	23,00	391,00
TOTAL DO LOTE			1.105,00	

Lote 24 - Editora Globo

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
167-	A Cor do Invisível - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,0271	306,46
168-	A Ética do Rei Menino - 01 Vol. - Ed. Globo	17	21,4055	363,89
169-	A Onda Verde - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,993	288,88
170-	A Rua dos Catavantos - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,4908	263,34
171-	A Vaca e o Hipogrifo - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,0257	306,44
172-	América - 01 Vol. - Ed. Globo	17	20,8422	354,32
173-	Apontamentos de História Sobrenatural - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,6829	317,61
174-	Baú de Espantos - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,7113	284,09
175-	Caderno H - 01 Vol. - Ed. Globo	17	22,1566	376,66
176-	Canções - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,0214	255,36
177-	Cidades Mortas - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,4296	279,30
178-	Conferências, Artigos e Crônicas - 01 Vol. - Ed. Globo	17	21,4055	363,89
179-	Crítica e Outras Notas - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,589	316,01
180-	Da Preguiça como Método de Trabalho - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,6829	317,61
181-	Dom Quixote das Crianças - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,6829	317,61
182-	Esconderijos do Tempo - 01 Vol. - Ed. Globo	17	14,7397	250,57
183-	Espelho Mágico - 01 Vol. - Ed. Globo	17	14,0826	239,40
184-	Fábulas - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,3969	261,75
185-	Idéias de Jeca Tatu - 01 Vol. - Ed. Globo	17	18,6829	317,61

186-	Literatura Dominarete - 01 Vol. - Ed. Globo	17	21,3116	362,30
187-	Mister Slang e o Brasil - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,4296	279,30
188-	Mundo da Lua - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,5235	280,90
189-	Na Ante Véspera - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,8991	287,28
190-	Negrinha - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,5235	280,90
191-	Nova Antologia Poética - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,6174	282,50
192-	O Aprendiz de Feiticeiro - 01 Vol. - Ed. Globo	17	14,7397	250,57
193-	O Batalhão de Letras - 01 Vol. - Ed. Globo	17	11,266	191,52
194-	O Macaco que se fez Homem - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,9602	271,32
195-	O Poço do Visconde - 01 Vol. - Ed. Globo	17	22,5321	383,05
196-	O Presidente Negro - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,148	274,52
197-	O Saci Pererê: Resultado de um Inquérito - 01 Vol. - Ed. Globo	17	21,5933	367,09
198-	Os Doze Trabalhos de Hércules - 01 Vol. - Ed. Globo	17	29,4795	501,15
199-	Para Viver com Poesia - 01 Vol. - Ed. Globo	17	14,0826	239,40
200-	Prefácios e Entrevistas - 01 Vol. - Ed. Globo	17	24,7853	421,35
201-	Preparativos de Viagem - 01 Vol. - Ed. Globo	17	21,5933	367,09
202-	Rainações da Narizinho 1 - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,0541	272,92
203-	Reinações da Narizinho 2 - 01 Vol. - Ed. Globo	17	15,303	260,15
204-	Sapato Florido - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,2419	276,11
205-	Urupês - 01 Vol. - Ed. Globo	17	16,148	274,52
206-	Velório sem Defunto - 01 Vol. - Ed. Globo	17	17,3685	295,26
TOTAL DO LOTE			12.200,00	

Lote26 - Editora Scipione

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
223-	Áfricas no Brasil - 01 Vol. - Ed. Scipione	17	13,80	234,60
224-	O Cão dos Baskervilles - 01 Vol. - Ed. Scipione	17	14,80	251,60
225-	O Gato do Teatro - 01 Vol. - Ed. Scipione	17	14,60	248,20
226-	O Segredo de Guilherme Storitz - 01 Vol. - Ed. Scipione	17	15,20	258,40
227-	San Carlos e Outros Contos - 01 Vol. - Ed. Scipione	17	15,00	255,00
TOTAL DO LOTE			1.247,80	

Lote 27 - Editora Edelbra

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
228-	Planeta do Tesouro/ Uma Amizade no Espaço - 01 Vol. - Ed. Edelbra	17	11,7647	200,00
TOTAL DO LOTE			200,00	

Lote 31 - Editora Roveli

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
242-	Coletânea Machado de Assis - 09 Vols/ 01 Cd - Ed. Roveli	17	128,90	2.191,30
TOTAL DO LOTE			2.191,30	

Lote 32 - Editora Noovha América

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
243-	Contando Arte/ Série 1 - 11 Vols. - Ed. Noovha América	17	83,0294	1.411,50
244-	Contando Arte/ Série 2 - 11 Vols. - Ed. Noovha América	17	83,0294	1.411,50
TOTAL DO LOTE			2.823,00	

Lote 33 - Editora Altea

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
245-	Frankenstein - 01 Vol. - Ed. Altea	17	16,00	272,00
246-	Os Três Mosqueteiros - 01 Vol. - Ed. Altea	17	16,00	272,00
247-	Robinson Crusoe - 01 Vol. - Ed. Altea	17	16,00	272,00
248-	Tarzan - 01 Vol. - Ed. Altea	17	16,00	272,00
TOTAL DO LOTE			1.088,00	

Lote 34 - Editora Fapi

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
249-	Heróis Por Acaso - 05 Vols. - Ed. Fapi	17	20,00	340,00
TOTAL DO LOTE			340,00	

Lote 35 - Editora Melhoramentos

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
250-	Histórias de Cidadania - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	58,00	986,00
251-	Histórias de Comportamento - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	58,00	986,00
252-	Histórias de Ecologia - 04 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	58,00	986,00
253-	O Homem e a Comunicação - 08 Vols. - Ed. Melhoramentos	17	137,00	2.329,00
254-	O Menino Marrom - 01 Vol. - Ed. Melhoramentos	17	19,50	331,50
255-	Tia Magi Ensina o Abracadabra - 01 Vol. - Ed. Melhoramentos	17	13,00	221,00
TOTAL DO LOTE			5.839,50	

Lote 37 - Editora DCL

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
259-	O Senhor do Mundo - 01 Vol. - Ed. DCL	17	19,4589	330,80
260-	Papo Dez - 16 Vols. - Ed. DCL	17	59,5681	1.012,66
261-	Viagem ao Centro da Terra - 01 Vol. - Ed. DCL	17	19,3596	329,11
262-	Vinte Mil Léguas Submarinas - 01 Vol. - Ed. DCL	17	19,2604	327,43
TOTAL DO LOTE			2.000,00	

Lote 38 - Editora Cia de Livros

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
263-	Quatro Estações - 04 Vols. - Ed. Cia de Livros	17	48,60	826,20
TOTAL DO LOTE			826,20	

Lote 39 - Editora Tribos

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
264-	Invenções - 10 Vols. - Ed. Tribos	17	79,50	1.351,50
TOTAL DO LOTE			1.351,50	

Ata 193-2010 PREFEITURA

ATA nº 193/2010 - Pregão Presencial nº 80/2010. Registro de preços para aquisição de livros para as bibliotecas das escolas da rede Municipal de Educação. Fornecedor: FORTUN & GRANCHELLI LTDA. Curitiba - PR - prazo: 06 meses.

Lote 04 - Editora Salamandra

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
31-	A Escolinha do Mar - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7394	250,57
32-	A Fantástica Máquina dos Bichos - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	13,7393	233,57
33-	Bisa Bia, Bisa Bel - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,4387	245,46
34-	Dorotéia a Centopéia - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	12,9399	219,98
35-	Eugênio o Gênio - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
36-	Faz Muito Tempo - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	13,7393	233,57
37-	Macacote e Porco Pança - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
38-	Nosso Amigo Ventinho - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
39-	O Amigo do Rei - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	13,7393	233,57
40-	O Coelho Que Não Era da Páscoa - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
41-	O Distraído Sabido - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	12,9399	219,98
42-	Pedrinho Pintor - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
43-	Um Macaco Pra Frente - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	14,7385	250,55
TOTAL DO LOTE			3.140,00	

Lote 09 - Editora Moderna

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
81-	A Menor Fazedora de Mágicas do Mundo - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	15,8441	269,35
82-	A Minhoca da Sorte - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	15,8429	269,33
83-	Balas, Bombons e Caramelos - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	17,0385	289,65
84-	Esta Casa é Minha - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	17,0385	289,65
85-	O Fantástico Mistério de Feiurinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	16,082	273,39
86-	O Segredo da Oncinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	17,0385	289,65

87-	Por Enquanto Eu Sou Pequeno - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	15,8429	269,33
88-	Um Pra Lá, Outro pra Cá - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	17,0385	289,65
TOTAL DO LOTE			2.240,00	

Lote 25 - Editora Moderna

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
207-	A Droga da Obediência - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2535	310,31
208-	A Droga do Amor - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
209-	A Marca de Uma Lágrima - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
210-	Agora Estou Sozinho - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	17,146	291,48
211-	Anjo da Morte - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
212-	Droga de Americana! - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
213-	Garrote, Menino Coragem - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
214-	Inocência - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	9,7105	165,08
215-	O Fantástico Mistério de Feiurinha - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	14,9264	253,75
216-	O Menino e o Pinto do Menino - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	15,2593	259,41
217-	O Par de Tênis - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	23,7015	402,93
218-	Porta Giratória - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	23,7015	402,93
219-	Pântano de Sangue - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	18,2557	310,35
220-	Quase Tudo na Arca de Noé - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	14,7045	249,98
221-	Será Que Ele Vem? - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	14,7045	249,98
222-	Uivando pra Lua - 01 Vol. - Ed. Moderna	17	16,5911	282,05
TOTAL DO LOTE			4.730,00	

Lote 28 - Editora Salamandra

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
229-	Bisa Bia, Bisa Bel - 01 Vol. - Ed. Salamandra	17	20,23	343,91
TOTAL DO LOTE			343,91	

Ata 194-2010 PREFEITURA

ATA nº 194/2010 - Pregão Presencial nº 80/2010. Registro de preços para aquisição de livros para as bibliotecas das escolas da rede Municipal de Educação. Fornecedor: EDITORA IRACEMA LTDA. São Paulo - SP - prazo: 06 meses.

Lote 36 - Editora PAE

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
256-	Meio Ambiente - 5 Vols./ 1 Cd - Ed. PAE	17	65,5459	1.114,28
257-	Mestres da Literatura - Série 01 - 12 Vols. - Ed. PAE	17	73,1092	1.242,86
258-	Mestres da Literatura - Série 02 - 12 Vols. - Ed. PAE	17	73,1092	1.242,86
TOTAL DO LOTE			3.600,00	

Ata 195-2010 PREFEITURA

ATA nº 195/2010 - Pregão Presencial nº 80/2010. Registro de preços para aquisição de livros para as bibliotecas das escolas da rede Municipal de Educação. Fornecedor: LIVRARIAS MOHR LTDA - ME. Itapema - SC - prazo: 06 meses
Lote 29 - Editora Didática Paulista

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
230-	Carlos Drummond - 10 Vols. - Ed. Didática Paulista	17	70,5882	1.200,00
231-	Graciliano Ramos - 10 Vols. - Ed. Didática Paulista	17	70,5882	1.200,00
TOTAL DO LOTE				2.400,00

Lote 30 - Editora Ridel

Item	Título/ Editora	Qtd.	Vlr un	Total
232-	Clássicos Rideel 01 - 10 Vols. - Ed. Rideel	17	26,7218	454,27
233-	Clássicos Rideel 02 - 10 Vols. - Ed. Rideel	17	22,0462	374,79
234-	Coleção Autores Edgard Allan Poe - 10 Vols. - Ed. Rideel	17	55,6723	946,43
235-	Coleção Autores Jack London - 08 Vols. - Ed. Rideel	17	55,6723	946,43
236-	Coleção Autores Mark Twain - 09 Vols. - Ed. Rideel	17	55,6723	946,43
237-	Coleção Autores Oscar Wilde - 05 Vols. - Ed. Rideel	17	55,6723	946,43
238-	José de Alencar - 12 Vols. - Ed. Rideel	17	24,4958	416,43
239-	Júlio Verne - 12 Vols. - Ed. Rideel	17	24,4958	416,43
240-	Machado de Assis - 10 Vols. - Ed. Rideel	17	22,0462	374,79
241-	Quarteto Falante - 01 Vol. - Ed. Rideel	17	6,6807	113,57
TOTAL DO LOTE				5.936,00

Ata 196-2010 PREFEITURA

Ata nº 196/10 - atualização de preços para aquisição CAP - 50-70, RM-1C e CM-30 nº 28/10. Fornecedor: COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - Curitiba, PR. Será de R\$ 1.145,61 (um mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos) a tonelada de CAP - 50-70, ou seja, item 01 do Edital.

Ata 21-2010 - ASSIS SOCIAL

Ata nº 21/2010 – FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010 – Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e toner destinados ao Fundo de Assistência Social. Fornecedor: MARILDA SALETE LUZ - ME. Caçador – SC- 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UN	TOTAL
03	02	Unidade	NOTEBOOK 9773 Intel®Pentium®Dual Core T4400 2.20 GHz, Cache L2 1 MB; Windows 7 Pro; Intel® GL 40 Express; 2 GB (1+1) DDR2 800 MHz, Expansível até 4 GB; 320 GB (SATA); DVD Super Multi Dual Layer (DVD-R/RW, + R/RW, RAM); Gigabit Ethernet (10/100/1000); 14" HD (1366X768) Fine Bright, iluminado por LED, 200 nits; Camera 1.3 M Pixel; 86 Teclas; 6 Cell (Li-Ion); Intel® GMA 4500M (até 768 MB compartilhado da memória do sistema); 5-in-1 (xD/SD/MMC/MS/MS Pro); QMI EM 105 B/G/Draft-N; Auto falantes estéreo (1,5W/ch), SRS WOW HD, SRS TruSurround HD, 24 bit High Definition; XUSB 2.0 (incluindo e-SATA/USB 2.0 combo), RJ45, VGA, HDMI, HP-out, Mic-in.	1.730,00	3.460,00
06	15	Unidade	Teclado Multimídia ABNT2 PS 2	16,00	240,00
08	25	Unidade	Estabilizador SMS SP 1000VA 4T BI 16211 C/A (nt* novo padrão de tomada e com adaptador).	187,00	4.675,00
TOTAL					8.375,00

Ata 22-2010 - ASSIS SOCIAL

Ata nº 22/2010 – FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010 – Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e toner destinados ao Fundo de Assistência Social. Fornecedor: PROXY INFORMÁTICA LTDA EPP. Caçador – SC- 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UN	TOTAL
02	05	Unidade	Impressora Multifuncional Laser: Funções: Imprimir, copiar, digitalizar; Suporte multitarefa AIO Velocidade de Impressão preto até 19ppm; Ciclo de trabalho (mensal, A4) até 8000 páginas; Tecnologia de impressão Laser; Qualidade de impressão preto (ótima) até 600X600 dpi (1200 dpi efetivos); Conectividade padrão Porta USB 2.0 de alta velocidade; Sistemas operacionais compatíveis; Microsoft® Windows®7, Windows Vista®, Windows® XP, Windows® Server 2003, Windows® Server 2008, Mac OS X v 10.4, v 10.5, v 10.6, Linux Linha: Multifuncional. Um Toner reserva para cada impressora totalizando 05 toners.	885,00	4.425,00
05	15	Unidade	Mouse óptico com scroll PS 2	7,90	118,50
TOTAL					4.543,50

Ata 23-2010 - ASSIS SOCIAL

Ata nº 23/2010 – FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2010 – Registro de preços para aquisição de equipamentos de informática e toner destinados ao Fundo de Assistência Social. Fornecedor: TEXAS INFORMÁTICA E PRODUTOS LTDA - EPP. Vitória – ES- 12 meses.

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UN	TOTAL
01	10	Unidade	Impressora Laser: Capacidade Entrada Máxima (folhas): 150; Capacidade Entrada Padrão (folhas): 150; Ciclo Mensal (páginas): 5000; Envelopes; Garantia: 01 ano balcão; Linguagem Padrão: Host-based; Memória Máxima: 8 MB; Memória Padrão: 8 MB; Papel A4 (210X297 mm); Papel A5 (148X210 mm); Papel Carta (216X279 mm); Papel Executivo; Papel Ofício 2 (216X330mm); Papel Ofício 9 (215X315 mm); Porta USB: 01; Processador (MHz): 266; Qtde Bandeja Entr/Saída Máxima: 1/1; Qtde Bandeja Entr/Saída Padrão: 1/1; Conectividade: Porta USB 2.0 de alta velocidade; WiFi 802,11 b/g; Resolução Máxima (dpi): até 600X600; Velocid. Impressão Preto (ppm);até 19; Voltagem (V): 110; Peso Bruto: 5; Linha: Impressoras Laser. Um Toner reserva para cada impressora totalizando 10 toners.	580,00	5.800,00
04	10	Unidade	MICRO COMPUTADOR: 8363 8364 Intel Core 2 Duo E 7500 2,93 GHz Cache L2 de 3 MB; Intel; 4GB DDR2 800 MHz; 500 GB SATA 5400 RPM; DVD/RW (Gravador de CD, DVD, Leitor de CD e DVD); Full-duplex 10/100/1000 Mbps; On-board Intel; On-board; Slot PCI-Ex-16X; 2 Slot PCI; 4 X 1; Torre Smart; Teclado Multimídia ABNT2 PS2; Mouse óptico C/scroll PS2; USB; Sistema Operacional Windows 7 pro; Monitor LCD de 18.5	1.520,00	15.200,00
07	10	Unidade	Monitor LCD 18,5" widescreen	340,00	3.400,00
TOTAL: R\$ 24.400,00					

IPASC**Portaria n. 378, de 04 de Outubro de 2010.**

PORTARIA n. 378, de 04 de Outubro de 2010.

Concede aposentadoria especial de professor, a Sergio Roberto Capote Gomes, nos termos do art.6º da EC,nº 41/03 da Constituição Federal.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar, SERGIO ROBERTO CAPOTE GOMES, portador do CPF- 705.081.008-87 CI- 10/R 5340.820-9 PIS - 170.495.587.86, nos termos do art. 6º da EC 41/03, detentor da matrícula nº 639, ocupante do cargo de provimento efetivo de professor, da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria especial de professor em caráter integral correspondente a 100% da média de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 1.294,53 mensais, (Um mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e três centavos) que será pago mensalmente pelo IPASC. A partir de 04 de outubro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de Outubro de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n. 382, de 22 de Outubro de 2010.

PORTARIA n. 382, de 22 de Outubro de 2010.

Concede aposentadoria por idade em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º III □b', da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional n. 41/2003, do art. 37 da lei municipal 093/2006. e do art.1º da Lei Federal nº 10887/04, espécie sem paridade.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pela lei municipal 093/06.

Resolvem,

Art. 1º Aposentar por idade, nos termos do art. 40, §.1º III □b' da CF e art. 37 da Lei Municipal n. 093/06 a servidora MARIA SALETE WERLANG LEBELEIN, portadora CPF- 142888260-04, e do RG nº 2017500246 Inscrito no PASEP- 102.582.321-50, detentora da matrícula nº 741, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bioquímico 20 horas, da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade em caráter proporcional correspondente a 64,92% de sua remuneração de contribuição, observada a metodologia de cálculo definida pela Lei Federal nº 10887/4 de espécie sem paridade, perfazendo um total de R\$ 2.025,25, (dois mil vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos que será pago mensalmente pelo IPASC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,
Registre-se e Publique-se,

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de Outubro de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor presidente

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa

Portaria n.º 379 de 04 de Outubro de 2010.

PORTARIA n.º 379 de 04 de Outubro de 2010.

Concede Pensão por Morte.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03.

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a LIVERCINA DE OLIVEIRA BADLHUK, matrícula nº 5916, na condição de esposa, do Servidor Público Municipal Aposentado, PAULO BADLHUK, falecido em 18/09/2010, com proventos integrais e sem paridade, correspondentes ao valor total de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 19 de Setembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de Outubro de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Diretora Administrativa.

Portaria n.º 380 de 04 de Outubro de 2010.

PORTARIA n.º 380 de 04 de Outubro de 2010.

Concede Pensão por Morte.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o Art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03.

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Conceder pensão por morte a PAULINA CASTANHEIRA, matrícula nº 5917, na condição de companheira, do Servidor Público Municipal Aposentado, JUVENAL RIBEIRO, falecido em 24/09/2010, com proventos integrais e sem paridade, correspondentes ao valor total de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 25 de Setembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 04 de Outubro de 2010.

FERNANDO SCOLARO
Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Diretora Administrativa.

Portaria n.º 383, de 27 Outubro de 2010.

PORTARIA n.º 383, de 27 Outubro de 2010.

Portaria que encerra o contrato de IVETE PEREIRA AGOSTINHO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no Art. 178, I, da Lei Complementar n.º 56, de 24/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E M:

Art. 1º Encerrar o contrato por prazo determinado de IVETE PEREIRA AGOSTINHO, contratada pela portaria nº 324 de 06/01/2010 e prorrogado pela portaria 363 de 20/07/2010, a partir de 31 de Outubro de 2010.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de Outubro 2010.

FERNANDO SCOLARO
Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Diretora Administrativa.

Portaria n.º 384, de 01 de Novembro de 2010.

PORTARIA n.º 384, de 01 de Novembro de 2010.

Nomeia Fernanda Fiorelli.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições legais conforme Lei Complementar n.º 93 de 29/12/2006, Lei Complementar n.º 56 de 20/12/2004 e o previsto no Edital de Concurso Público nº 01/2010

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Nomear Fernanda Fiorelli, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, Referência 17 do Grupo Ocupacional Administrativo, do IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, com a carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, tomando posse e iniciando o exercício em 01 de Novembro de 2010, percebendo vencimento mensal de R\$ 1.161,35 (um mil, cento e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 01 de Novembro de 2010.

FERNANDO SCOLARO

Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Diretora Administrativa.

Portaria n.º 385, de 01 de Novembro de 2010.

PORTARIA n.º 385, de 01 de Novembro de 2010.

Nomeia Ivete Pereira de Agostinho.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições legais conforme Lei Complementar n.º 93 de 29/12/2006, Lei Complementar n.º 56 de 20/12/2004 e o previsto no Edital de Concurso Público nº 01/2010

R E S O L V E M:

Art. 1.º - Nomear Ivete Pereira de Agostinho, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Referência 01 do Grupo Ocupacional Serviços Gerais, do IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, com a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, tomando posse e iniciando o exercício em 01 de Novembro de 2010, percebendo vencimento mensal de R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 01 de Novembro de 2010.

FERNANDO SCOLARO
Diretor Presidente.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Diretora Administrativa.

Balancete Financeiro - Setembro/2010**IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	802.486,40	Despesa Orçamentária	403.401,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	159.584,07	Despesas exceto Intra-orçamentárias	403.401,35
RECEITA PATRIMONIAL	268.276,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	402.398,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.002,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	307.070,04		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.690,22		
Receita Extra - Orçamentária	627.852,26	Despesa Extra - Orçamentária	501.975,53
DEPOSITOS	92.919,10	DEPOSITOS	92.234,54
CONSIGNACOES	32.148,06	CONSIGNACOES	32.887,15
PREVIDENCIA SOCIAL	723,45	PREVIDENCIA SOCIAL	772,35
PENSAO ALIMENTICIA	267,46	PENSAO ALIMENTICIA	267,46
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.464,58	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	11.154,77
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	14.999,54	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	14.999,54
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5.693,03	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5.693,03
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	60.771,04	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	59.347,39
DEPOSITOS A TRANSFERIR	38.287,02	DEPOSITOS A TRANSFERIR	37.711,96
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	22.484,02	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	21.635,43
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	409.384,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	409.740,99
OBRIGACOES A PAGAR	409.384,52	OBRIGACOES A PAGAR	409.740,99
FORNECEDORES	6.761,03	FORNECEDORES	6.983,16
PESSOAL A PAGAR	15.339,84	PESSOAL A PAGAR	15.339,84
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.488,37	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.622,71
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	385.795,28	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	385.795,28
INTERFERENCIAS ATIVAS	131.531,81		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	131.531,81		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS PI	131.531,81		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-5.983,17		
Saldos anteriores	25.364.669,73	Saldos atuais	25.889.631,51
BANCO C/ MOVIMENTO	8.076,46	BANCO C/ MOVIMENTO	7.648,50
INVESTIMENTOS DO RPPS	25.356.593,27	INVESTIMENTOS DO RPPS	25.881.983,01
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	26.795.008,39	Total	26.795.008,39

*Nota: Os valores da conta "Despesas Empenhadas a Liquidar" referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Caxador, 22/11/2010

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora-CRC-SC-025.356/O-0

Joice Luiza Flores de Matias Wagner
Diretora Administrativa

Fernando Scolaro
Diretor Presidente

Balancete Financeiro - Outubro 2010**IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	850.656,00	Despesa Orçamentária	411.342,35
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	161.490,63	Despesas exceto Intra-orçamentárias	411.342,35
RECEITA PATRIMONIAL	305.734,38	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	407.531,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	721,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	310.124,50	INVESTIMENTOS	3.089,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	72.440,68		
Receita Extra - Orçamentária	663.198,53	Despesa Extra - Orçamentária	503.569,68
DEPOSITOS	95.364,80	DEPOSITOS	92.955,58
CONSIGNACOES	32.838,80	CONSIGNACOES	32.184,54
PREVIDENCIA SOCIAL	771,45	PREVIDENCIA SOCIAL	723,45
PENSAO ALIMENTICIA	471,46	PENSAO ALIMENTICIA	267,46
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.754,10	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.351,84
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	15.138,83	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	15.138,83
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5.702,96	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5.702,96
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	62.526,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	60.771,04
DEPOSITOS A TRANSFERIR	39.400,06	DEPOSITOS A TRANSFERIR	38.287,02
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	23.125,94	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	22.484,02
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	410.241,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	410.614,10
OBRIGACOES A PAGAR	410.241,98	OBRIGACOES A PAGAR	410.614,10
FORNECEDORES	2.485,38	FORNECEDORES	2.989,35
PESSOAL A PAGAR	15.944,33	PESSOAL A PAGAR	15.944,33
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.620,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.488,37
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	390.192,05	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	390.192,05
INTERFERENCIAS ATIVAS	156.491,38		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	156.491,38		
REPASSES PREVIDENCIARIOS RECEBIDOS PI	156.491,38		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	1.100,37		
Saldos anteriores	25.889.631,51	Saldos atuais	26.488.574,01
BANCO C/ MOVIMENTO	7.648,50	BANCO C/ MOVIMENTO	678,58
INVESTIMENTOS DO RPPS	25.881.983,01	INVESTIMENTOS DO RPPS	26.487.895,43
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	27.403.486,04	Total	27.403.486,04

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Caçador, 22/11/2010

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora-CRC-SC-025.356/O-0

Joice Luiza Flores de Matias Wagner
Diretora Administrativa

Fernando Scolaro
Diretor Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.644 de 24 de Novembro de 2010

LEI Nº 3.644 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010
DECLARA ÁREA DE INTERESSE SOCIAL PARA
FINS DE PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam declaradas de interesse social, as áreas de terras situadas entre a Rua Carlos Schroeder, no Bairro Cascatas e a Rua das Flores do Conjunto Habitacional Bela Vista - Bairro Cascatas.

Parágrafo Único - O interesse social declarado através da presente Lei, dá-se em razão da necessidade de ampliação do Conjunto Habitacional Bela Vista, para fins de programa de Habitação Popular, com recursos a serem pleiteados no Ministério das Cidades, no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 24 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Resumo Contrato 82/2010 - PREF MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2010

Objeto: Aquisição de 3.300 unidades de mudas de erva mate e 38.550 unidades de mudas de eucalyptus, destinadas a distribuição gratuita aos produtores rurais cadastrados no programa específico de distribuição de mudas (criado através da Lei Municipal nº 3132/2006). Valor: R\$ 0,27 a unidade de muda de eucalyptus e R\$ 0,45 a unidade da muda de erva mate, totalizando o contrato o valor de R\$ 11.893,50. Dotação Orçamentária: 3.3.90.32.00.00.00.00.0136.0. Vigência: 29/10/2010 a 31/12/2010. Contratado: ARNALDO RAISER (produtor rural). Contratação em decorrência ao Processo Licitatório nº 106/2010, modalidade Pregão (presencial). Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato 83/2010 - PREF ADITIVO CONTRATUAL Nº 83/2010 TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE

UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

O Município de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 61/2010, originado do processo licitatório nº 55/2010, modalidade Convite, nos seguintes aspectos: a) Acrescer quantitativo no valor total de R\$ 6.727,75 (seis mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), considerando a Justificativa/ Solicitação do Serviço de Planejamento deste Município, Planilha de Orçamento da empresa contratada (Castro), parecer jurídico favorável e autorização por parte do Prefeito Municipal, nos termos e condições constantes das cláusulas aqui estabelecidas.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA, fica convencionado seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE QUANTITATIVO
Acresce ao contrato nº 61/2010 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

QTDE	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor Unit.(R\$)	Valor Total(R\$)
20	M³	BRITA 2 ESPALHADA SOBRE LONA PRETA NO PATIO INCLUSIVE CORTE E REGULARIZAÇÃO E ATERRO	127,2855	2.545,71
0,40	M²	PEDRA DE GRANITO CINZA ANDORINHA e=2,0 cm (balcão de alvenaria e churrasqueira)	565,85	226,34
1,00	Und.	SUORTE METALICO PARA ESPETOS	325,00	325,00
1,00	Und.	BALCÃO DE MADEIRA COM PINTURA BRANCA COM PRATELEIRAS 6,50X0,60X0,90M COM 6 PORTAS DE CORRER	3.265,70	3.265,70
1,00	Und.	READEQUAÇÃO DOS BALCÕES EXISTENTES	365,00	365,00
VALOR TOTAL DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO				6.727,75

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE

As despesas oriundas do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária:

- 06.02.1054.4.4.90.51.00.00.00.0772.55 (292), Ampliação e Reestruturação do Clube do Idoso Amor e Esperança, Serviço de Bem Estar Social, Secretaria Municipal de Saúde de Desenvolvimento Social.

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 61/2010 permanecerem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 03 de novembro de 2010.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal
Contratante

CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
OAB/SC nº 15.760

Campos Novos

SAMAE

TP032010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, realizar-se-á o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 12/2010 - TOMADA DE PREÇO Nº 03/2010, tipo MENOR PREÇO por item.

2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 14/12/2010, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do Samae, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários.das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00Horas e no site www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do Samae.

ext ct 2320100

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CONTRATO CNO- 23/2010
PROCESSO 00428/2009

DATA DE ASSINATURA: 09 de Novembro de 2010.
OBJETO: Manutenção e Hospedagem site na internet e publicações das contas publicas.
CONTRATADA: IB Agencia de publicidade Ltda
VALOR: R\$ 272,16 (duzentos e setenta e dois reais) mensais
PRAZO: 09.11 a 08.11.2011
Campos Novos - SC., 09 de Novembro de 2010.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

ext ct 242010

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CONTRATO CNO- 24/2010

DATA DE ASSINATURA: 17 de Novembro de 2010.
OBJETO: Locação, manutenção e atualização do Software de emissão e controle de contas
CONTRATADA: Data Shopping Software Ltda
VALOR: R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) mensais
PRAZO: 17.11 a 2010 a 16.11.2011
Campos Novos - SC., 17 de Novembro de 2010.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

ext ct2220100

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CONTRATO CNO- 22/2010
PROCESSO 0496/2010

DATA DE ASSINATURA: 08 de Novembro de 2010.
OBJETO: Serviços de Acessoria Técnica, para a implantação do Programa de Controle perdas.
CONTRATADA: Hidratech Saneamento S/C Ltda
VALOR: R\$ 1.995,00 (hum mil novecentos e noventa e cinco reais) mensais
PRAZO: 08.11 a 07.03.2011
Campos Novos - SC., 08 de Novembro de 2010.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Carta Convite n.º 31/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO N.º 134/2010
CARTA CONVITE N.º 31/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 06/12/2010, às 14:15 h, abertura das propostas, para aquisição de formulas infantis, destinadas aos Centros de Educação Infantil do Município de Canoinhas. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail, licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621 7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Pregão eletrônico n.º FMAS 02/2010

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO N.º FMAS 38/2010
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMAS 02/2010
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, tona público a anulação do Pregão eletrônico n.º FMAS 02/2010. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Edital de Pregão eletrônico n.º FMS 082010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 40/2010
PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 11/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10 realizará no dia 09/12/2010, às 09:30 horas, Pregão Eletrônico para aquisição de um veículo novo, versão sedan, 04 portas e 01 veículo novo com 02 portas, destinados aos Programas existentes na Atenção Básica, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica. Cadastro de propostas no site até às 08:30 horas do dia 09/12/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br. N.º de Identificação no site do Banco do Brasil 340806.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Editais de Pregão Presencial n.º 28/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 135/2010
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 28/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 10/12/2010, às 14:05 horas, a abertura das propostas para aquisição de diversos kits de material escolar, destinados aos alunos do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino. Recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 10/12/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Editais de Pregão Presencial n.º 29/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 136/2010
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/12/2010, às 10:05 horas, Pregão Presencial para aquisição de equipamentos e materiais destinados aos semáforos instalados no Município. Recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 10/12/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Eletrônico Nº 0140/2010 - Generos alimentícios creches

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0140/2010

OBJETO: Aquisição de produtos de gêneros alimentícios e material de limpeza para manutenção das atividades nas Creches e pré-escolas Municipais, RECURSOS PRÓPRIOS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site www.cidadecompras.com.br Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 09/12/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:
No endereço www.cidadecompras.com.br
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No site: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE No (0__49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 26 de novembro de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Pregão Presencial Nº 0139/2010 - Informática

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/2010

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e materiais permanentes com recursos próprios, para uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 09/12/2010.

MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0__49) 3555-2222 ramal 222, FAX Nº 3555-1490

Capinzal, 26 de novembro de 2010.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

Termo Aditivo 001/2010 Contrato 46/2009 - PMC

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO T.A 001/2010
CONTRATO SUPERIOR 0046/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL
CONTRATADA: BRANPIX DETONAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aumento das quantidades em 24% (vinte e quatro pontos percentuais), acrescendo o valor do contrato original em R\$ 12.576,00 (doze mil, quinhentos e setenta e seis reais), de acordo com a justificativa em anexo.

VALOR R\$: 12.576,00
VIGÊNCIA: 25/11/2010 A 31/12/2010

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/5069/10

PORTARIA P/5069/10, de 17.11.10
"Revoga Portaria anterior de Servidor"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

R e s o l v e
REVOGAR, a pedido da Servidora Municipal Vânia Aparecida Bucco



Giacomin a Portaria P/4892/10, que nomeou para as funções do Cargo em Comissão de Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, Nível CC-01, com 20 vinte horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, retornando a Servidora ao seu Cargo de Origem de Professora, Nível CE-03-521-D, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos deste cargo

Este ato tem seus efeitos a partir da presente data.

Catanduvas, 17 de novembro de 2010
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4892/10

Portaria P/5071/10

PORTARIA P/5071/10, de 22.11.10

"Demite, antes do termo final de contratação temporária, Valdir Alves"

Gisa Aparecida Giacomin, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do Servidor Valdir Alves, ocupante do Cargo Motorista, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/4875/10.

Catanduvas, 22 de novembro de 2010.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4875/10

Portaria P/5072/10

PORTARIA P/5072/10, de 22.11.10

"Altera carga horária de Janete Couto de Oliveira"

Gisa Aparecida Giacomin, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária do(a) funcionário(a) Janete Couto de Oliveira, ocupante do Cargo de Assistente Social, com 20 horas semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, para desempenhar as mesmas funções de com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2010, quando o(a) servidor(a) passa a exercer suas novas funções, elevando-o até 15 de janeiro de 2011, com revogação da Portaria P/5045/10.

Catanduvas, 22 de novembro de 2010
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5045/10

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0115/2010

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Catanduvas

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0115/2010

Pregão Presencial nº 0035/2010 (Processo Licitatório nº 0110/2010).

Objeto: contrato de aquisição de pedrisco, pó de pedra e pedra brita nº 1 para execução e conserto de calçamento em pedras regulares e paralelepípedos nas vias públicas municipais.

Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Contratado (a): PEDREIRA JOAÇABA LTDA.

Para alterá-lo conforme segue:

PRIMEIRA - Para suprir as necessidades devido ao aumento da demanda do atendimento, faz-se necessário aditar o presente contrato em 25% (vinte e cinco por cento), estando em conformidade ambas as partes.

SEGUNDA - O valor do contrato que antes era de R\$ 29.010,00 (vinte e nove mil e dez reais), após o acréscimo de 25% (R\$ 7.252,50 - sete mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) passa a ser de R\$ 36.262,50 (trinta e seis mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) que serão assim distribuídos:

a) Para execução de calçamentos R\$ 4.322,50 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos);

b) Para conserto de calçamentos R\$ 2.930,00 (dois mil novecentos e trinta reais)

TERCEIRA - As despesas decorrentes da presente contratação ficarão a conta de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas através da seguinte classificação:

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0601.15.451.0046.1037 Pavimentação de estradas e passeios

06.0601.15.451.0046.1037.40000000 Despesas de capital

06.0601.15.451.0046.1037.44900000.0100.0 151 Aplicações diretas

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051 Manutenção dos serviços urbanos

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

06.0602.26.782.0039.2051.33900000.0100.0 178 Aplicações diretas

QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Data e assinatura do contrato: 22 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 21/2010

DECRETO LEGISLATIVO Nº 021/2010, de 25 de novembro de 2010.

"AUTORIZAÇÃO ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL"

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo em conformidade com o Artigo 18, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei Municipal nº 2.284 de 11 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 32.100,00 (Trinta e dois mil e cem reais), das seguintes dotações

orçamentárias:

ORGÃO 01 Câmara Municipal de Vereadores
UNID. ORÇ. 0101 Câmara Municipal
2001 Funcionamento e Manutenção da Câmara
33500000 Outras Despesas Correntes R\$ 6.100,00
Despesas de Capital R\$ 26.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 32.100,00 (Trinta e dois mil e cem reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, nas seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO 01 Câmara Municipal de Vereadores
UNID. ORÇ. 0101 Câmara Municipal
2001 Funcionamento e Manutenção da Câmara
31900000 Despesas Correntes R\$ 8.000,00
33900000 Outras Despesas Correntes R\$ 24.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas, 25 de novembro de 2010.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado em Secretaria em 25 de novembro de 2010.

ODAIR JOSE GABRIELLI ARLINDO TULIO REATO
Presidente da Câmara 1º Secretário da Câmara

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 360/2010 de 25.11.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 360/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder e autorizar o servidor MAURICIO JASPER, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, gozar as férias regulamentares, conforme art.78 da LC nº 008, de 23.12.99, relativas ao período aquisitivo de 2009/2010, para serem gozadas de 25.11.2010 à 24.12.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de novembro de 2010.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 082/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 082/2010 - PM

Número do contrato: 082/2010

Vigência: 26/11/2010 à 31/12/2010

Prazo de Execução: 90 dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Processo Licitatório nº 071/2010 - PM

Contratado/Credenciado: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME.

Valor: R\$ 133.190,88 (cento e trinta e três mil cento e noventa reais e oitenta e oito centavos).

Objeto: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ANTONIO RAMOS DA CRUZ (2.123,67 M²) DA ESTACA OPP A ESTCA 11+ 10,702 M, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, QUADRO DE QUANTIDADES E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIROS.

DATA DA ASSINATURA: 26 de novembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Extrato de Termo Aditivo do Contrato N005/2010

Extrato de Termo Aditivo do Contrato nº 005/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 005/2010

Número do contrato: 005/2010

Processo Licitatório nº 002/2010

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Objeto: A Câmara de Vereadores, na forma do Art. 65, Inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei 8.883, de junho de 1994, resolve alterar quantitativos, parte integrante do Objeto do Processo licitatório nº 002/2010; mais precisamente as especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração;

Data da assinatura: 16 de novembro de 2010

CHARLES AIRES
Presidente

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação MODALIDADE Pregão Presencial Nº 138/2010 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 138/2010- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de serviço

de horas máquina, serviço de guindaste, transporte de calcário e cascalho, em conformidade com as especificações constantes no Anexo "C" do Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 15/12/2010.

Abertura: dia 15/12/2010, às 14h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 22 de novembro de 2010

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 32/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2010

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Rutinéia Rossi, Diretora de Compras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação de empresa para fornecimento de refeições para servidores que trabalham no interior do Município na região do Contorno Norte, em favor da empresa: TAIONARA SIMON MOCELLIN, no valor de R\$3.307,50 (três mil trezentos e sete reais e cinquenta centavos).

Concórdia SC, 24 de novembro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio -SST/FEAS/FMAS/ Alta Complexidade - Custeio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município, a liberação de recursos proveniente Convênio -SST/FEAS/FMAS/ Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 11.733,34 (onze mil e setecentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), de 03 de novembro de 2010 e mais uma parcela de R\$11.733,34 (onze mil e setecentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) de 22 de novembro de 2010.

Concórdia SC, 25 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Convênio -SST/FEAS/FMAS/ CREAM Média Complexidade - custeio

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município,

a liberação de recursos proveniente Convênio -SST/FEAS/FMAS/ CREAM Média Complexidade - custeio, no valor de R\$ 8.640,00 (oito mil e seiscentos e quarenta reais) na data de 03 de novembro de 2010 e mais uma parcela no mesmo valor, em 22 de novembro de 2010.

Concórdia SC, 25 de novembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº105/2010

DECRETO Nº 105/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01.26.782.2511.1.006-4.4.90.00 - 02.24 - 86 - Aplicações Diretas 150.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do Convênio nº 11.724/2010-6 celebrado entre o Município e a Secretaria de Estado da Infra Estrutura.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto Nº106/2010

DECRETO Nº 106/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 86.405,90 para a seguinte dotação

orçamentária:

08 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01 - Secretaria Municipal de Infra Estrutura

08.01.26.782.2511.1.006-4.4.90.00 - 03.00 - 100 - Aplicações Diretas 86.405,90

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro da Fonte de Recursos Ordinários do Exercício Anterior.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto Nº107/2010

DECRETO Nº 107/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.523,42 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.2505.2.019-3.1.90.00 - 01.64 - 13 - Aplicações Diretas 3.523,42

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do repasse dos recursos do Programa Saúde Bucal.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de novembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Notificação de Recebimento Recursos Federais dia 24/11/2010
Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2010

Data do Recebimento: 24/11/2010

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.558,46
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.558,46
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.558,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	2.135,08
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.423,38

Corupá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1009/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ELVIS JESSE SCHIOCHET

Portaria N º 1009/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR ELVIS JESSE SCHIOCHET PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor ELVIS JESSE SCHIOCHET, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro n º 04215964633, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 1010/10 - DIREÇÃO VEICULAR - CLAUDIO BLOEDORN

Portaria N º 1010/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR CLAUDIO BLOEDORN PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor CLAUDIO BLOEDORN, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro n º 02663166889, categoria AC, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 1011/10 - DIREÇÃO VEICULAR - CHARLES MOESCH

Portaria N º 1011/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR CHARLES MOESCH PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o

disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor CHARLES MOESCH, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro n º 01394509427, categoria AE, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 1012/10 - DIREÇÃO VEICULAR - DJENIFER DOMBROUCZ VARQUES

Portaria N º 1012/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR DJENIFER DOMBROUCZ VARQUES PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor DJENIFER DOMBROUCZ VARQUES, ocupante do Cargo de Professor II, portador da CNH Registro n º 02659640605, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria 1013/10 - DIREÇÃO VEICULAR - FELIPE RAFAELI RODRIGUES

Portaria N º 1013/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR FELIPE RAFAELI RODRIGUES PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor FELIPE RAFAELI RODRIGUES, ocupante do Cargo de Coordenador Administrativo, Financeiro de Planejamento, na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, portador da CNH Registro n º 02327443080, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade do Município de Corupá, cedido para a Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1014/10 - DIREÇÃO VEICULAR - RICARDO da SILVA

Portaria N.º. 1014/2010
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR RICARDO CAMARGO DA SILVA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor RICARDO CAMARGO DA SILVA, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro n.º 04288920000, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1015/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ROBERTO ZEININGER

Portaria N.º 1015/2010
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR ROBERTO ZEININGER PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor ROBERTO ZEININGER, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão de Turismo, na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, portador da CNH Registro n.º 01361862709, categoria AE, competência para dirigir os veículos de propriedade do Município de Corupá, cedida para a Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1016/10 - DIREÇÃO VEICULAR - LOREANO ROGÉRIO COSTA

Portaria N.º 1016/2010
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR LORIANO ROGERIO COSTA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor LORIANO ROGERIO COSTA, ocupante do Cargo de Presidente da Fundação Municipal de Esportes, portador da CNH Registro n.º 02747263247, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1018/10 - DIREÇÃO VEICULAR - CHRISTIANO GOULARL MACHADO

Portaria N.º 1018/2010
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR CHRISTIANO GOULARL MACHADO PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor CHRISTIANO GOULARL MACHADO, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro n.º 02707473554, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1019/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ANDRÉ MULLER

Portaria N.º 1019/2010
DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR ANDRE MULLER PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor ANDRE MULLER, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, portador da CNH Registro n º 02676133178, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1020/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ANTONIO NORBERTO MORETTI

Portaria N º 1020/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR ANTÔNIO NORBERTO MORETTI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor ANTÔNIO NORBERTO MORETTI, ocupante do Cargo de Coordenador de Serviços, na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, portador da CNH Registro n º 02379280804, categoria AC, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1021/10 - DIREÇÃO VEICULAR - JOÃO ROCHA SOBRINHO

Portaria N º 1021/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR JOÃO ROCHA SOBRINHO PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor JOÃO ROCHA SOBRINHO, ocupante do Cargo de Trabalhador Braçal, portador da CNH Registro n º 03259879417, categoria AC, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1022/10 - DIREÇÃO VEICULAR - JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL

Portaria N º 1022/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL, ocupante do Cargo de Técnico Agrícola, portador da CNH Registro n º 04163632170, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1023/10 - DIREÇÃO VEICULAR - THIAGO VINICIUS LEAL

Portaria N º 1023/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR THIAGO VINICIUS LEAL PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor THIAGO VINICIUS LEAL, ocupante do Cargo de Diretor de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, portador da CNH Registro n º 0324331220, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1024/10 - DIREÇÃO VEICULAR - PAULO CESAR RUTHES

Portaria N º 1024/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR PAULO CESAR RUTHES PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor PAULO CESAR RUTHES, ocupante do Cargo de Técnico Agrícola, portador da CNH Registro nº 02906916406, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1025/10 - BERNADETE CORREA HILLBRECHT

Portaria N º 1025/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA BERNADETE CORREA HILLBRECHT PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora BERNADETE CORREA HILLBRECHT, ocupante do Cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, portador da CNH Registro nº 03331559663, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1026/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ICRAIR PEREIRA

Portaria N º 1026/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ICRAIR PEREIRA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora ICRAIR PEREIRA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, portador da CNH Registro nº 01966420169, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1027/10 - SILVANA ZOLETI da SILVA FERNANDES

Portaria N º 1027/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão de Assistência Social, portador da CNH Registro nº 03323559923, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1028/10 - DIREÇÃO VEICULAR - SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Portaria N º 1028/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR SANDRO ROGÉRIO GLATZ PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor SANDRO ROGÉRIO GLATZ, ocupante do Cargo de Secretário de Administração e Fazenda, portador da CNH Registro nº 00847573858, categoria C, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1029/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ERNESTO FELIPE BLUNK

Portaria N º 1029/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR ERNESTO FELIPE BLUNK PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor ERNESTO FELIPE BLUNK, ocupante do Cargo de Diretor de Administração, portador da CNH Registro n º 01796290226, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1030/10 - DIREÇÃO VEICULAR - STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA

Portaria N º 1030/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA DE LIMA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora STEPHANIE GISELA MENDES PADILHA DE LIMA, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, portadora da CNH Registro n º 03693412376, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1031/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ELIANE MINEL

Portaria N º 1031/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ELIANE MINEL PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora ELIANE MINEL, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, portador da CNH Registro n º 00813438411, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1032/10 - DIREÇÃO VEICULAR - MAURI EDGAR PADILHA de LIMA

Portaria N º 1032/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, ocupante do Cargo de Gerente de Administração, portador da CNH Registro n º 03246236331, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1033/10 - DIREÇÃO VEICULAR - FABÍOLA APARECIDA JANSEN

Portaria N º 1033/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA FABÍOLA APARECIDA JANSEN PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora FABÍOLA APARECIDA JANSEN, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, portador da CNH Registro n º 04581912860, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1034/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ANTÔNIO ROQUE HILLBRECHTQUE

Portaria N º 1034/2010

DELEGA COMPETÊNCIA O SERVIDOR ANTÔNIO ROQUE HILLBRECHT PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar o servidor ANTÔNIO ROQUE HILLBRECHT, ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar, portador da CNH Registro nº 03910200025, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria 1035/10 - DIREÇÃO VEICULAR - ADILCE PASQUALINA PACHECO

Portaria N º 1035/2010

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ADILCE PASQUALINA PACHECO PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar a servidora ADILCE PASQUALINA PACHECO, ocupante do Cargo de Conselheira Tutelar, portador da CNH Registro nº 02519581382, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1007/10 - DIREÇÃO de VEÍCULOS - MARIO KUHL

Portaria N º 1007/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR MARIO KUHL PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor MARIO KUHL, ocupante do Cargo de Professor II, portador da CNH Registro nº 007594848446, categoria E, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1008/10 - DIREÇÃO VEÍCULOS - EDSON SCHIMANSKI

Portaria N º 1008/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR EDSON SCHIMANSKI PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor EDSON SCHIMANSKI, ocupante do Cargo de Professor ACT, portador da CNH Registro nº 04952075010, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 1017/10 - DIREÇÃO VEICULAR - GENERSON OSVALDO ROCHA

Portaria N º 1017/2010

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR GENERSON OSVALDO ROCHA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6 da Lei Complementar Municipal nº 014/2009 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE :

Art. 1º - Delegar ao servidor GENERSON OSVALDO ROCHA, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão de Esporte e Lazer, na Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, portador da CNH Registro nº 02299357279, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade do Município de Corupá, cedido para a Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 20 de outubro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 047/10

EXTRATO DO CONTRATO 047/10

Processo de licitação nº 067/10

Modalidade Dispensa nº 016/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: OCEANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 11.677.237/0001-28, estabelecida na

Rua Prefeito Cirino Adolfo Cabral, 1330, Bairro Beira Mar, CEP 88375-000, Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Objeto: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico de ampliação de unidade de saúde - PSF.

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Data da Assinatura: 29/06/2010

Data da Vigência: 29/07/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 053/10

EXTRATO DO CONTRATO 053/10

Processo de licitação nº 055/10

Modalidade Tomada de Preço nº 005/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, 1878, Bairro Vila Lalau, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COMUNITÁRIA entre os lindeiros dos imóveis e o Município de Corupá, conforme Lei Complementar Municipal nº 007/2009, da Rua 111 Izabel e Trecho da Rua 04 - Roberto Seidel (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma extensão de 425,60 metros.

Valor do Contrato: R\$ 108.180,57 (Cento e Oito Mil, Cento e Oitenta Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Data da Assinatura: 09/07/2010

Data da Vigência: 09/10/2010

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 054/10

EXTRATO DO CONTRATO 054/10

Processo de licitação nº 068/10

Modalidade Inexigibilidade nº 006/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0002-25, estabelecida na Rua Alwin Rutzen, 101, Bairro Itoupavazinha, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina,

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção preventiva no Equipamento Escavadeira Hidráulica, Marca Komatsu, Modelo PC160LC-7B Série B20914 Nova, Motor SAA4D102E-2.

Valor do Contrato: R\$ 11.716,20 (Onze Mil, Setecentos e Desesseis Reais e Vinte Centavos).

Data da Assinatura: 12/07/2010

Data da Vigência: 12/07/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 075/10

EXTRATO DO CONTRATO 075/10

Processo de licitação nº 086/10

Modalidade Dispensa nº 021/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, bairro Itacorubi, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83843912/0001-52.

Objeto: Possibilitar, por meio da realização de estágios, desenvolvimento no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, nas dependências da UNIDADE CONCEDENTE, de acordo com a Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Valor do Contrato: R\$ 7.200,00 (Sete mil e Duzentos Reais).

Data da Assinatura: 10/09/2010

Data da Vigência: 10/09/2011

Extrato do Contrato 076/10

EXTRATO DO CONTRATO 076/10

Processo de licitação nº 087/10

Modalidade Dispensa nº 022/10

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, 2765, bairro Itacorubi, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83843912/0001-52.

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar oficina de capacitação para os jovens e adultos do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 7.200,00 (Sete mil e Duzentos Reais).

Data da Assinatura: 10/09/2010

Data da Vigência: 10/09/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 350, de 17 de Novembro de 2010.

PORTARIA Nº. 350, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010.

DESIGNA O SERVIDOR LUIZ RENATO STEINER PARA PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designa o servidor LUIZ RENATO STEINER, exercente da função de Coordenador do Plano Municipal de Saneamento Básico, a prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de novembro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de novembro de 2010.

DIEGO PASSARELA

Secretário de Governo

Extrato de Contrato FMS Nº. 60/2010

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 60/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO - contratação de empresa especializada para realizar exames diversos e leitura dos mesmos.

VALOR - R\$ 5.175,00 (cinco mil cento e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2010

DOTAÇÃO - 1701.2.052.3.3.90 (23)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 18/FMS/2010

DATA DA ASSINATURA - 17 de novembro de 2010

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 2561/2010

PORTARIA Nº 2.561, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022, de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora REZILDA DE

ALCÂNTARA FERNANDES que se encontra afastada em Auxílio Doença, não ocorrendo a vacância do cargo público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NEIVA PIRES DE SOUZA CAETANO, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº. 665.271.559-72, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2562/2010

PORTARIA Nº 2.562, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora JUDITE DIAS DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença, não ocorrendo a vacância do cargo público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o contrato da servidora THAIZA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 055.303.959-88, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, por 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2563/2010

PORTARIA Nº 2.563, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com Edital n.º 0022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato

Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o contrato da servidora MARILENA APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 511.873.619-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, por 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2564/2010

PORTARIA N.º 2.564 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;
Considerando que está substituindo a servidora MARILDA DO PILLAR LENCHOFF DE JESUS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARILUCI LEITE DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.952.879-79, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 02 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2565/2010

PORTARIA N.º 2.565 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, a professora MARIA SALETE SCHNEIKER, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA FATIMA DE OLIVEIRA CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 445.611.729-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 02 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2566/2010

PORTARIA Nº 2.566, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora DULCE DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.491.849-09, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2567/2010

PORTARIA N.º 2.567 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor MAURÍCIO CICERI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 430.290.430-53, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 11 horas semanais, pelo período de pelo período de 13 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2568/2010

PORTARIA Nº 2.568, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021, de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 479.985.399-68, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 60, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2569/2010

PORTARIA Nº 2.569, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.079/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 999.217.669-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, no período de 02 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2570/2010

PORTARIA Nº 2.570, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.
Prorrogar a Ampliação da Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar nº. 111/2010; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1.078/2010 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora ROSENILDA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 893.419.969-53, contratada em caráter temporário no cargo de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, no período de 02 de dezembro de 2010 até 17 de dezembro de 2010, com a respectiva remuneração proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de novembro de 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0139/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/2010 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0067/2010

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de leite de fórmula infantil para doação as famílias carentes do Município. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Junho de 2011. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 16/12/2010. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de novembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 0020/2010

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº CV10PMF0020

Concedente: Município de Fraiburgo - SC

Conveniente: Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz

Objeto: Auxiliar o CONVENIENTE no atendimento do Projeto Social e Cultural na área de música para crianças, adolescentes, jovens e adultos da comunidade fraiburguense, cuja verba será destinada ao pagamento de professor responsável em ministrar estas aulas. Valor Total do Convênio: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Vigência: 05 de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011.

Assinatura do Convênio: 05 de outubro de 2010.

Data de homologação no Legislativo: 25 de novembro de 2010.

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 181/2010

DECRETO N.º 181, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.345,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.345.000 (um mil e trezentos e quarenta e cinco reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.345,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.345,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social	1.345,00
3.3.90.0.1.29.000006 - Aplicações Diretas	1.345,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 1.345.000 (um mil e trezentos e quarenta e cinco reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Novembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 26/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 783/2010

PORTARIA N.º 783, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato FRANCISCO MARCOS DE MELO, CPF n.º 648.468.143-00, aprovado e classificado como 2º colocado, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de VIGILANTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de Novembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 26/11/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso de Errata de Ata de Registro de Preço Nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

Errata nº. 01 ao extrato de Ata nº. 17/2010

No Aviso de Extrato de Ata nº. 17/2010, Processo nº. 48/2010; publicado no DOM dia 10/06/2010, onde se lê:

Ata nº. 17/2010; Processo nº. 48/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Objeto: Aquisição parcelada conforme a

necessidade de veículos para renovação da frota da administração municipal; Contratada: BOB Maquinas Hidromecanica Garcia Ltda.; Valor: 121.500,00; Contratada: Dimas Comercio de Automóveis Ltda.; Valor: 751.790,00; Contratada: Link SA Equipamentos Rodoviários e Industriais; Valor: 400.000,00; Contratada: Unita Veículos Ltda.; Valor: 107.600,00; Data da Assinatura: 10/06/2010.

Leia-se:

Ata nº. 17/2010; Processo nº. 48/2010; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Objeto: Aquisição parcelada conforme a necessidade de veículos para renovação da frota da administração municipal; Contratada: BOB Maquinas Hidromecanica Garcia Ltda.; Valor: 121.500,00; Contratada: Dimas Comercio de Automóveis Ltda.; Valor: 781.080,00; Contratada: Link SA Equipamentos Rodoviários e Industriais; Valor: 400.000,00; Contratada: Unita Veículos Ltda.; Valor: 107.600,00; Data da Assinatura: 10/06/2010

Extrato de Homologação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº. 49/2010

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, referente à Inexigibilidade de Licitação nº. 02/2010, que objetiva: Credenciamento de empresa para fornecimento de óculos com armações a pacientes carentes cadastrados no setor de assistência social, no Município de Garopaba/SC, HOMOLOGO o correspondente credenciamento em favor da empresa Alianna Comercial Ltda. - Data da homologação: 23/11/2010.

Valores credenciados

Item	Descrição	Preço unitário
01	Lentes orgânicas com armação	60,00
02	Lentes bifocais com armação	80,00
03	Lentes multifocais com armação	90,00

Extrato de Homologação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº. 50/2010

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, referente à Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2010, que objetiva: Credenciamento de empresa para fornecimento de óculos com armações a pacientes carentes cadastrados no setor de assistência social, no Município de Garopaba/SC, HOMOLOGO o correspondente credenciamento em favor da empresa Relojoaria e Ótica Tiago Ltda. - ME - Data da homologação: 23/11/2010.

Valores credenciados

Item	Descrição	Preço unitário
01	Lentes orgânicas com armação	60,00
02	Lentes bifocais com armação	80,00
03	Lentes multifocais com armação	90,00

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 502/2010

PORTARIA Nº. 502, de 30 de setembro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, MOACIR DE FREITAS TOLEDO, inscrito no CI-RG 10432422-3 e CPF 674.948.030-68, na função de Médico Clínico Geral, por 55 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor no dia 01/10/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

NIVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM

Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 503/2010

PORTARIA Nº. 503, de 30 de Setembro de 2010

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor LUIZ HENRIQUE DA SILVA.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira de Professor, Classe II, referencia "J".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir da próxima competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01/10/2010.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal



MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 504/2010

PORTARIA Nº. 504, de 30 de setembro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Portaria n. 429/2010;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no período de 29/09/2010 a 17/10/2010.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29/09/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 505/2010

PORTARIA Nº. 505, de 30 de setembro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora SANDRA ZIETZ, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no período de 29/09/2010 a 17/10/2010.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29/09/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 506/2010

PORTARIA Nº. 506, de 30 de setembro de 2010

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

Considerando, Ofício da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária mensal de 110 horas para 220 horas do servidor FABIO CORADI SEGALA, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 1º/10/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NÍVIA MARIA COSTA DE ARAUJO ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 507/2010

PORTARIA Nº. 507, de 01 de outubro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDORA NOMEADA PELA PORTARIA 476/2010, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 476/2010, DE 16/08/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Psicóloga, a servidora Lucia Bisevski, CPF nº 022.729.499-83, RG nº 3.542.437, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, por 110 (cento e dez) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira de Especialista Superior, Classe Junior, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 04/10/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 508/2010

PORTARIA Nº 508, de 01 de outubro de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO A PEDIDO DE EMPREGADO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, a pedido, a empregada pública ELISA PEREIRA VICENTINI, do cargo de Médica Clínico Geral, admitida através da portaria nº. 462/2009 de 30 de julho de 2010.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

NIVIA ESTEVAM
Secretária Municipal de Saúde

Portaria Nº 509/2010

PORTARIA Nº 509, de 01 de outubro de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JULIANA NAGEL, do cargo de Professora Nível I, admitida através da portaria nº. 478/2010, de 19 de agosto de 2010.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 510/2010

PORTARIA Nº 510, de 06 de outubro de 2010

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ELIANE FATIMA BORDIN, do cargo de PSICÓLOGA, admitida através da portaria nº. 301/2009, de 07 de outubro de 2009.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENÉLCIO BRUNETTO
Secretário Municipal de Desenv. Social

Portaria Nº 511/2010

PORTARIA Nº. 511, de 07 de outubro de 2010.

"DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO DE SERVIDOR EM LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, memorando 129/2010 da Secretaria de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Autorizar retorno da licença por motivo de doença na família, à servidora pública municipal SIONETE JEANE KRUTZSCH SALES, ocupante do cargo de Monitora de Creche.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MARCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 512/2010

PORTARIA Nº 512, de 07 de outubro de 2010

"Designa servidora para prestar informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

O Prefeito Municipal DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, II, g, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Tânia Nara Vageleski Alves, exercente do cargo de Controladora Interna, a prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 513/2010

PORTARIA Nº. 513, de 07 de outubro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 20 horas da servidora SANDRA ZIETZ, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/10/2010 a 17/12/2010.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 514/2010

PORTARIA Nº. 514, de 07 de outubro de 2010

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a Portaria n. 429/2010;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Educação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 012/2001 DE 14/11/01, 18/2002 DE 29/05/02 E 045/09 DE 15/10/09;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 20 horas da servidora LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/10/2010 a 17/12/2010.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA
Secretária Municipal de Educação

Portaria Nº 515/2010

PORTARIA Nº 515, de 13 de outubro de 2010.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO as solicitações de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O Prefeito Municipal DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E

ALTERAÇÕES;**RESOLVE:**

ART. 1º. Admitir em caráter temporário DANIELE HOFSTATTER DOS SANTOS, inscrita no CI-RG 4.092.735 e CPF 048.171.429-44, na função de Assistente Social, por 110 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor no dia 14/10/2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

GENÉLCIO BRUNETTO
Secretário M. Desenv. Social e Habitação

Aviso de Licitação PMG Nº 051/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial PMG nº 051/2010
Tipo de julgamento: Menor Preço Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SANEAMENTO AMBIENTAL.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: dia 09/12/2010 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br - licitações - Prefeitura Municipal de Garuva

Garuva, 24 de novembro de 2010.

JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto Nº. 4.086 de 08 de Novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 4.086 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR JUNTO AO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, EDNEI DE SOUZA, inscrito no CPF nº 799.283.079-20 e o Diretor de Tesouraria, ALCEU DE ALMEIDA TORRES JÚNIOR, inscrito no CPF sob nº. 404.964.909-82, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Assistência Social das contas bancárias aqui descritas, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo Municipal, inscrito junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 12.592.033/0001-57:



I - Banco 001 - Banco do Brasil, conta corrente 262.638-1, agência 0921;

II - Banco 001 - Banco do Brasil, conta corrente 262.646-2, agência 0921;

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.094 de 23 de Novembro de 2010.

DECRETO Nº. 4.094 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

FIXA O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 11, inciso III, 72, incisos IV e XX da Lei Orgânica do Município e o art. 30, inciso V, da Constituição Federal e com fundamento na Lei Complementar nº 4, de 25 de fevereiro de 2002 e na Lei nº 2.205, de 24 de abril de 2002 e, ainda,

CONSIDERANDO o pedido formulado pela concessionária do serviço público de Transporte Coletivo Municipal, buscando o aumento do valor da tarifa, em decorrência do aumento verificado em insumos utilizados na prestação do serviço de transporte coletivo, tais como óleo diesel, pneus, lubrificantes, entre outros;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato de concessão estabelecido com a empresa Auto Viação do Vale, entre outras. DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a tarifa para o transporte coletivo no Município de Gaspar, no valor de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), a partir da 00 hora do dia 30 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata á Portaria Nº 2.257/2010

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 2.257, de 20 de outubro de 2010, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 609 de 05 de novembro de 2010 nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

VERA LÚCIA SIMÃO

Leia-se:

VERA LÚCIA SANSÃO SCHMITT

Gaspar - SC, 25 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso do Convite Nº 122/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 122/2010

O OBJETO é a cobertura da quadra da Escola Ana Lira. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 06/12/2010 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/12/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do

Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 25 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso do Convite Nº 123/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Convite nº 123/2010

O OBJETO é a prestação de serviços com fornecimento de materiais para a reforma da sala do Centro de Inclusão Digital. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 03/12/2010 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 03/12/2010 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 25 de novembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA DE VEREADORES

Extrato de Contrato - CM 003/2010

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO - CM 003/2010

Objeto: prestação de serviço de cessão pelo uso, atualização e instalação nas escolas, relativo ao software de votação eletrônica a ser utilizado nas eleições do Programa Vereador Mirim.

Contratado: Gilson da Silva.

Valor: R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais).

Prazo: 30 dias

Data: 23/11/2010

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contrato 182/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 182/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratada: CASTRO CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE FORRO COM LAMBRIL DE PVC E CALÇADA PARA COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA DAS 59 UNIDADES HABITACIONAIS - COHAB.

Valor: R\$ 141.600,00 (Cento e quarenta e hum mil e seiscentos reais)

Vigência: INÍCIO: Data Ordem de Serviço TÉRMINO: 90 Dias do início

Licitação: Convite nº 135/2010

Guaramirim-SC, 26 de Outubro de 2010

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 386/2010

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 386, de 24 de novembro de 2010.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando o disposto no Processo n.º 13360, de 18 de outubro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor PAULO LAUDELINO DE SENNA, Bioquímico, inscrito no CPF sob o n.º 578.692.519-68, admitido em 01 de março de 1995, contrato n.º 446, referente aos quinquênios dos períodos devidos, com fruição conforme o quadro a seguir:

Períodos aquisitivos	Períodos de Fruição
2005 a 2010	01.01.2011 a 30.01.2011 02.01.2012 a 31.01.2012 01.01.2013 a 30.01.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 24 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato de Publicação Concorrência 05/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2010

PROCESSO Nº 213/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 28 de dezembro de 2010, licitação na modalidade de Concorrência, tipo maior preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Alienação com encargos, de bens públicos (imóveis) do patrimônio de propriedade do município de Imbituba, localizados no Condomínio Industrial à margem oeste da Br 101, na altura do Km 283/284, mediante a transferência do direito de propriedade uso a particulares vencedores da presente licitação. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 26 de novembro de 2010.

MILENE RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Dispensa 81/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 209/2010

DISPENSAS Nº 81/2010

Objeto: Implantação da pavimentação, com pré-moldadas de concreto - PCC, da rua nº 56, situada em Vila Nova.

Valor Total: R\$ 13.175,62

Empresa: Construvila Ltda.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 82/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 211/2010

DISPENSAS Nº 82/2010

Objeto: Contratação de empresa para recuperação de pavimentação, com peças pré-moldadas de concreto - PCC, da rua Dr. Antonio J. Ramos Leite, Situada em Vila Esperança

Valor Total: R\$ 6.610,95

Empresa: Imbimolde Pré-moldados & Construções Ltda EPP.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Edital Nº 003.2010 Contribuição de Melhorias

EDITAL Nº 003/2010

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

O Prefeito Municipal de Imbituba, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Capítulo IV, artigo 365, da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, em concomitância com a Lei nº 3.556 de 07 de outubro de 2009 torna público o presente edital que relata custos incidentes sobre os imóveis lindeiros ao trecho a ser pavimentado com sua respectiva valorização conforme disposto no artigo 2º, § 2º, VI, Lei Complementar nº 3.018 de 28 de dezembro de 2006, conforme anexos I, II e III, à saber:

* Anexo I - Rua Etelvina de Souza Pereira;

* Anexo II - Rua Vanderlei de Carvalho;

* Anexo III - Rua Manoel Araujo.

Os interessados poderão examinar o Memorial Descritivo do projeto, orçamento do custo do melhoramento, o plano de rateio e os valores correspondentes na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sito à Rua Quintino Bocaiuva, nº 769, Centro, Imbituba, SC das 13 as 17 horas durante o período de 30 dias contados da data de publicação deste Edital.

Imbituba, 10 de novembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

FRANCISCO DUARTE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal da Fazenda

Anexos I, do Edital nº 003.2010 Contribuição de Melhoria

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
 Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Departamento de Projetos

ANEXO I

PLANO DE RATEIO - pavimentação de via pública														
Rua: Etelvina de Souza Pereira		Trecho: Av. Brasil / Av. Renato Ramos da Silva						Bairro: Paes Leme						
Imóveis Beneficiados		Propav						Contribuição de Melhoria						
1. Proprietário, Possuidor ou Titular do Imóvel	2. Cadastro Imobiliário Fiscal nº	3. Testada do Imóvel (m)	4. Largura da Pista (m)	5. Meia Pista (m)	6. Área de Pavimentação Individualizada API (m²) API = 3x5	7. Preço das PPCs* (lajota) (R\$/m²)	8. Valor PROPAV - VP** (R\$) VP = 6x7	9. Valor Venal do Imóvel (VVI)	10. Somatório do Valor Venal de Todos os Imóveis da Zona de Influência	11. Fator Individual de Valorização (FIV) FIV = 9/10	12. Limite Total da Contribuição de Melhoria - LTCM = Custo Total da Obra (R\$)	13. Limite Individual da Melhoria - LIM LIM = 11x12	14. Limite Individual da Valorização Imobiliária LIVI = (2/9)x9	15. Contribuição de Melhoria Individualizada CMI CMI = LIM
Célio Espezim	01.01.052.111.0062.001	7,00	7,00	3,50	24,50	24,32	595,84	31860,49	484983,13	0,06569	21.593,57	1418,57	7080,11	1418,57
Osvaldo T. Ferreira	01.01.052.111.0074.001	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	28260,63	484983,13	0,05827	21.593,57	1258,29	6280,14	1258,29
João Celir Luz	01.01.052.111.0092.000	18,00	7,00	3,50	63,00	24,32	1532,16	37210,71	484983,13	0,07673	21.593,57	1656,78	8269,05	1656,78
Renato Ferreira	01.01.052.111.0107.001	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	43932,70	484983,13	0,09059	21.593,57	1956,08	9762,82	1956,08
Jefferson F. da Rosa	01.01.052.111.0122.001	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	35254,29	484983,13	0,07269	21.593,57	1569,68	7834,29	1569,68
Lourival Ramos Junior	01.01.052.111.0137.001	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	38899,33	484983,13	0,08021	21.593,57	1731,97	8644,30	1731,97
Ademar Sombrio	01.01.052.111.0194.001	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	39580,55	484983,13	0,08161	21.593,57	1762,30	8795,68	1762,30
Richard G. de Carvalho	01.01.079.111.067.001	28,14	7,00	3,50	98,49	24,32	2395,28	111355,44	484983,13	0,22961	21.593,57	4958,03	24745,65	4958,03
Escola Annes Gualberto	01.01.079.111.0369.001	79,00	7,00	3,50	276,50	24,32	6724,48	118628,99	484983,13	0,24460	21.593,57	5281,88	26362,00	5281,88
Somatórios		219,14			766,99		18653,20	484983,13			21593,57			21593,57

*PPC: peça Pré-moldada de Concreto (lajota)

**Valor do Propav: refere-se unicamente ao custo das PCCs (lajotas) a ser disponibilizadas diretamente pelos Aderentes (Proprietário/Possuidor/Titular do imóvel)

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO PROPAV

Custo Total da Obra - CTO (=12)		Município				Beneficiários			
		Teto Máximo		Participação Efetiva (CTO - ∑ 8)		Teto Mínimo		Participação Efetiva	
Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% do CTO	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% do CTO	Valor (R\$)	%
21593,57	100,00%	16195,18	75,00%	2940,37	13,62%	5398,3925	25,00%	18653,20	86,38%

Anexo II, do edital nº 003.2010 Contribuição de Melhoria**ANEXO II**

PLANO DE RATEIO - pavimentação de via pública														
Rua: Vanderlei de Carvalho		Trecho: Rua André M. de Oliveira / Rua Aristides B. Francelaci							Bairro: Village					
Imóveis Beneficiados		Propav							Contribuição de Melhoria					
1. Proprietário, Possuidor ou Titular do Imóvel	2. Cadastro Imobiliário Fiscal nº	3. Testada do Imóvel (m)	4. Largura da Pista (m)	5. Meia Pista (m)	6. Área de Pavimentação Individualizada API (m²) API = 3x5	7. Preço das PPCs** (lajota) (R\$/m²)	8. Valor PROPAV - VP*** (R\$) VP = 6x7	9. Valor Venal do Imóvel (VVI)	10. Somatório do Valor Venal de Todos os Imóveis da Zona de Influência	11. Fator Individual de Valorização (FIV) FIV = 9/10	12. Limite Total da Contribuição de Melhoria - LTCM = Custo Total da Obra (R\$)	13. Limite Individual da Melhoria - LIM LIM=11x12	14. Limite Individual da Valorização Imobiliária LIVI= (2/9)x9	15. Contribuição de Melhoria Individualizada CMI CMI=LIM
*Manoel de O. Martins Jr.	01.01.108.107.0295.000	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	19923,88	1013694,05	0,01965	98306,66	1932,19	4427,53	1932,19
*Alexandro T. Pamato	01.01.108.107.0310.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	23985,83	1013694,05	0,02366	98306,66	2326,11	5330,18	2326,11
*Marcio Ricardo Jorge	01.01.108.107.0325.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	26748,55	1013694,05	0,02639	98306,66	2594,04	5944,12	2594,04
*Patrício Siqueira	01.01.108.107.0340.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	28951,22	1013694,05	0,02856	98306,66	2807,65	6433,60	2807,65
*Ondina Caetano Garcia	01.01.108.107.0355.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	17014,50	1013694,05	0,01678	98306,66	1650,04	3781,00	1650,04
*Luiz Gonzaga	01.01.108.107.0370.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	22289,36	1013694,05	0,02199	98306,66	2161,59	4953,19	2161,59
*Celio Adão Mathias	01.01.108.107.0385.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	17014,50	1013694,05	0,01678	98306,66	1650,04	3781,00	1650,04
*Mirian de S. B. Carvalho	01.01.108.107.0399.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	21484,08	1013694,05	0,02119	98306,66	2083,50	4774,24	2083,50
*Ailton S. Sabino	01.01.108.107.0413.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	15880,20	1013694,05	0,01567	98306,66	1540,04	3528,93	1540,04
*Ailton S. Sabino	01.01.108.107.0012.000	30,20	7,00	3,50	105,70	24,32	2570,62	31927,73	1013694,05	0,03150	98306,66	3096,31	7095,05	3096,31
*Juarez Teixeira	01.01.107.107.0311.000	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	43135,66	1013694,05	0,04255	98306,66	4183,24	9585,70	4183,24
*Celiane da S. P. de Carvalho	01.01.107.107.0326.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	19780,63	1013694,05	0,01951	98306,66	1918,30	4395,70	1918,30
*Alexandre B. Rodrigues	01.01.107.107.0339.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	22075,30	1013694,05	0,02178	98306,66	2140,83	4905,62	2140,83
*Guilherme Adam Borba	01.01.107.107.0353.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	15880,20	1013694,05	0,01567	98306,66	1540,04	3528,93	1540,04
*Nair Maria da Silva	01.01.107.107.0367.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	25829,63	1013694,05	0,02548	98306,66	2504,92	5739,92	2504,92
*João Carlos da Silva	01.01.107.107.0381.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	17684,48	1013694,05	0,01745	98306,66	1715,02	3929,88	1715,02
*Aloisio Gonçalves	01.01.107.107.0395.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	15880,20	1013694,05	0,01567	98306,66	1540,04	3528,93	1540,04
*Aloisio Gonçalves	01.01.107.107.0409.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	15880,20	1013694,05	0,01567	98306,66	1540,04	3528,93	1540,04
*Rui Carlos de Orleans	01.01.107.107.0423.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	23164,90	1013694,05	0,02285	98306,66	2246,50	5147,76	2246,50
*Miguel da Silva Oliveira	01.01.107.107.0021.000	36,20	7,00	3,50	126,70	24,32	3081,34	29847,96	1013694,05	0,02944	98306,66	2894,61	6632,88	2894,61
*Jose Candemil Neto	01.01.106.107.0248.000	32,00	7,00	3,00	96,00	24,32	2334,72	21935,09	1013694,05	0,02164	98306,66	2127,23	4874,46	2127,23
*Aline Mª Ramos de Carvalho	01.01.106.107.0198.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	26092,77	1013694,05	0,02574	98306,66	2530,44	5798,39	2530,44
*Maria Vera dos Santos	01.01.106.107.0183.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	28812,90	1013694,05	0,02842	98306,66	2794,24	6402,87	2794,24
*Paulo Sergio Siqueira	01.01.106.107.0168.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	42428,01	1013694,05	0,04185	98306,66	4114,61	9428,45	4114,61
*Francisco de P. Querino	01.01.106.107.0153.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	27776,35	1013694,05	0,02740	98306,66	2693,71	6172,52	2693,71
*Maria de Souza Alves	01.01.106.107.0138.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	24576,48	1013694,05	0,02424	98306,66	2383,39	5461,44	2383,39
Paulo Roberto C. de A.	01.01.106.107.0123.000	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	25945,52	1013694,05	0,02560	98306,66	2516,16	5765,67	2516,16
*Bruno Delatorre de Azevedo	01.01.106.107.0108.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	21242,76	1013694,05	0,02096	98306,66	2060,09	4720,61	2060,09
*Maria da Gloria Silveira	01.01.106.107.0094.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	15880,20	1013694,05	0,01567	98306,66	1540,04	3528,93	1540,04
Carla L. dos S. Ramos	01.01.106.107.0080.000	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	28415,62	1013694,05	0,02803	98306,66	2755,71	6314,58	2755,71
*Lucemar T. Duarte Rodrigues	01.01.105.107.0251.000	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	40173,26	1013694,05	0,03963	98306,66	3895,95	8927,39	3895,95
*Abecio de Oliveira	01.01.105.107.0199.000	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	25010,80	1013694,05	0,02467	98306,66	2425,51	5557,96	2425,51

*Stela Lane Napoleão	01.01.105.107.0185.00	14,00	7,00	3,50	49,00	24,32	1191,68	26033,31	1013694,05	0,02568	98306,66	2524,67	5785,18	2524,67
*Zulamir Cardoso da Rosa	01.01.105.107.0171.00	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	30301,92	1013694,05	0,02989	98306,66	2938,64	6733,76	2938,64
*Magda Cesconeto da Silva	01.01.105.107.0156.00	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	46140,27	1013694,05	0,04552	98306,66	4474,62	10253,39	4474,62
*Celio Nunes do N. Jr.	01.01.105.107.0141.00	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	17014,50	1013694,05	0,01678	98306,66	1650,04	3781,00	1650,04
*João Borges Moraes	01.01.105.107.0126.00	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	28999,82	1013694,05	0,02861	98306,66	2812,36	6444,40	2812,36
Mauro de Souza Vieira	01.01.105.107.0111.00	30,00	7,00	3,50	105,00	24,32	2553,60	48129,05	1013694,05	0,04748	98306,66	4667,49	10695,34	4667,49
*Kadyr Sebolt Cargnin	01.01.105.107.0081.00	31,70	7,00	3,50	110,95	24,32	2698,30	34406,41	1013694,05	0,03394	98306,66	3336,69	7645,87	3336,69
Somatórios		716,10			2490,35		60565,31	1013694,05			98306,66			98306,66

*Aderentes ao PROPAV

**PPC: peça Pré-moldada de Concreto (lajota)

***Valor do Propav: refere-se unicamente ao custo das PCCs (lajotas) a ser disponibilizadas diretamente pelos Aderentes (Proprietário/Possuidor/Titular do imóvel)

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO PROPAV

Custo Total da Obra - CTO (=12)		Município		Beneficiários			
		Teto Máximo	Participação Efetiva (CTO - Σ 8)	Teto Mínimo	Participação Efetiva		
Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% do CTO	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
98306,66	100,00%	73729,995	75,00%	44125,35	44,89%	24576,665	25,00%
						54181,31	55,11%

Anexo III, do Edital nº 003.2010 Contribuição de Melhoria**ANEXO III**

PLANO DE RATEIO - pavimentação de via pública														
Rua: Manoel Araújo		Trecho: Rua Santana / Rua Otavio B. Teixeira						Bairro: Vila Nova						
Imóveis Beneficiados		Propav						Contribuição de Melhoria						
1. Proprietário, Possuidor ou Titular do Imóvel	2. Cadastro Imobiliário Fiscal nº	3. Testada do Imóvel (m)	4. Largura da Pista (m)	5. Meia Pista (m)	6. Área de Pavimentação Individualizada API (m²) API = 3x5	7. Preço das PPCs** (lajota) (R\$/m²)	8. Valor PROPAV - VP*** (R\$) VP = 6x7	9. Valor Venal do Imóvel (VVI)	10. Somatório do Valor Venal de Todos os Imóveis da Zona de Influência	11. Fator Individual de Valorização (FIV) FIV = 9/10	12. Limite Total da Contribuição de Melhoria - LTCM = Custo Total da Obra (R\$)	13. Limite Individual da Melhoria - LIM LIM=11x12	14. Limite Individual da Valorização Imobiliária LIVI= (2/9)x9	15. Contribuição de Melhoria Individualizada CMI CMI=LIM
*Grecco Ferreira da Silva	02.01.001.205.0044.001	16,40	7,00	3,50	57,40	24,32	1395,97	13700,25	184578,50	0,07422	42.072,19	3122,79	3044,50	3122,79
José Carlos Ignacio	02.01.001.205.0056.001	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	14497,30	184578,50	0,07854	42.072,19	3304,46	3221,62	3304,46
*Nilton Manoel dos Santos	02.01.001.205.0068.001	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	17450,43	184578,50	0,09454	42.072,19	3977,59	3877,87	3977,59
*Anita Maria Eliseu de Jesus	02.01.001.205.0080.001	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	16009,87	184578,50	0,08674	42.072,19	3649,23	3557,75	3649,23
*Lennon Barreiros	02.01.001.205.0092.000	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	14292,18	184578,50	0,07743	42.072,19	3257,71	3176,04	3257,71
Maria Zenaide da Silva	02.01.001.205.0132.000	12,00	7,00	3,50	42,00	24,32	1021,44	15721,40	184578,50	0,08517	42.072,19	3583,48	3493,64	3583,48
Área Pública		14,60	7,00	3,50	51,10	24,32	1242,75		184578,50					
*Joaquim Amorim de Deus	01.01.002.202.0099.001	24,00	7,00	3,50	84,00	24,32	2042,88	27602,16	184578,50	0,14954	42.072,19	6291,54	6133,81	6291,54
*Sandro de Castro Medeiros	02.01.002.206.0060.001	15,00	7,00	3,50	52,50	24,32	1276,80	19036,33	184578,50	0,10313	42.072,19	4339,08	4230,30	4339,08
*Wandrey Marcos de Melo	02.01.002.206.0045.001	11,80	7,00	3,50	41,30	24,32	1004,42	19326,57	184578,50	0,10471	42.072,19	4405,23	4294,79	4405,23
*Gabriel Garcia	02.01.002.206.0033.001	13,80	7,00	3,50	48,30	24,32	1174,66	15337,03	184578,50	0,08309	42.072,19	3495,87	3408,23	3495,87
*José César Justino Luz	02.01.002.206.0021.001	9,50	7,00	3,50	33,25	24,32	808,64	11604,98	184578,50	0,06287	42.072,19	2645,20	2578,89	2645,20
*Sagi Justino Luz	02.01.002.206.0012.001	9,7	7,00	3,50	33,95	24,32	825,66	11.066,00	184578,50	0,05995	42.072,19	2522,35	2459,11	2522,35
Francisco Xavier Ribeiro	02.01.002.205.0320.001	10,00	7,00	3,50	35,00	24,32	851,20	43.951,27	184578,50	0,23812	42.072,19	10018,10	9766,95	10018,10
Somatórios		184,80			646,80		15730,18	184578,50			31178,56			31178,56

*Aderentes ao PROPAV

**PPC: peça Pré-moldada de Concreto (lajota)

***Valor do Propav: refere-se unicamente ao custo das PCCs (lajotas) a ser disponibilizadas diretamente pelos Aderentes (Proprietário/Possuidor/Titular do imóvel)

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NO PROPAV

Custo Total da Obra - CTO (=12)		Município				Beneficiários			
		Teto Máximo		Participação Efetiva (CTO - ∑ 8)		Teto Mínimo		Participação Efetiva	
Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% do CTO	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% do CTO	Valor (R\$)	%
31178,56	100,00%	23383,92	75,00%	11593,34	37,18%	7794,64	25,00%	15730,18	50,45%

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 604/2010

LEI Nº. 604 DE 27 DE OUTUBRO 2010.

Autoriza a alienação de Bens Móveis Inservíveis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a alienar através de leilão ou dação em pagamento, os bens móveis que especifica:

Espécie/modelo: Caminhão Volkswagen 24220
Combustível: óleo diesel Cor: Prata
Ano de fabricação: 1998
Ano Modelo: 1998
Chassi: 9BWYTAKTOWRB02676
Placas: AHV-1127

Espécie/modelo: Caminhão Volkswagen 24220
Combustível: óleo diesel Cor: Prata
Ano de fabricação: 1981
Ano Modelo: 1981
Chassi: 9BWYTAKT6MDB00277REM
Placas: ACG-8183

Art. 2º O preço mínimo será estabelecido de acordo com laudo de avaliação a ser elaborado por comissão nomeada pelo Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 27 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 605/2010

LEI Nº. 605 DE 10 DE NOVEMBRO 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/09 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
07.01	Fundo Municipal de Saúde
2061	Manutenção Fundo de Saúde
33900000	Aplicações Diretas
102.00	Recursos de Impostos e Transf. de Impostos de Saúde
	R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07.00	Fundo Municipal de Saúde
07.01	Fundo Municipal de Saúde
2070	Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000	Aplicações Diretas
102.00	Recursos de Impostos e Transf. de Impostos de Saúde
	R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 606/2010

LEI Nº. 606 DE 10 DE NOVEMBRO 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/09 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura de Iomerê, no valor de R\$ 148.730,74 (cento e quarenta e oito mil setecentos e trinta reais setenta e quatro reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Secretaria de Administração e Finanças
2007	Contribuição ao PASEP
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 15.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Secretaria de Administração e Finanças
2006	Manutenção da Secretaria de Administração
31900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 8.850,00
04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000	Aplicações Diretas
101.00	Recursos de Impostos e Transf. Impostos Educação
	R\$ 90.150,00
04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
2016	Transporte Escolar - Ensino Superior
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 8.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 26.730,74

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação da Fonte 01 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Educação e também pela anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2017 Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 35.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
1023 Construção, Ampliação e Reforma de Escola
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
1019 Construção, Ampliação e Reforma de Creche
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 7.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2043 Captação, Preservação e Armazenamento de Água.
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 41.730,74

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1080 Pavimentação de Estradas Vicinais
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 607/2010

LEI Nº. 607 DE 10 DE NOVEMBRO 2010.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 558/09 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 705,00 (setecentos e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção Fundo de Saúde
31710000 Transferência a Consórcios Públicos
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 600,00

44710000 Transferência a Consórcios Públicos
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 105,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2009 :

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 608/2010

LEI Nº. 608 DE 24 DE NOVEMBRO 2010.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE IOMERÊ PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de IOMERÊ, para o exercício de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 9.543.470,32 (nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 8.724.292,36 (oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 465.189,27 (quatrocentos e sessenta cinco mil cento e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos) e, fixa a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ (sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e dezessete reais e dezenove centavos).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a Arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES.....	7.799.292,36
1.1. Receita Tributária.....	263.457,00
1.2. Receita de Contribuições	42.360,00
1.3. Receita Patrimonial	62.500,00
1.6. Receita de Serviços.....	44.000,00
1.7. Transferências Correntes	9.007.748,04
1.9. Outras Receitas Correntes	41.324,93
9.0. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB....	(1.662.097,61)
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	925.000,00

2.2. Aliações de Bens.....	25.000,00
2.4. Transferências de Capital.....	900.000,00

TOTAL 8.724.292,36

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza distribuídas da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Poder Legislativo	465.189,27
02 - Gabinete do Prefeito	253.000,00
03 - Secretaria de Administração	924.799,99
04 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	2.795.911,00
05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	1.039.695,92
06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos	1.795.466,42
09 - Reserva de Contingência.....	50.000,00

TOTAL 7.324.062,60

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa.....	465.189,27
04 - Administração	1.168.399,99
06 - Segurança Pública	9.400,00
12 - Educação.....	2.413.411,00
13 - Cultura	127.000,00
15 - Urbanismo	904.106,42
17 - Saneamento.....	111.000,00
20 - Agricultura	1.039.695,92
23 - Comércio e Serviços	2.500,00
25 - Energia	118.360,00
26 - Transportes.....	662.000,00
27 - Desporto e Lazer	253.000,00
99 - Reserva de Contingência.....	50.000,00

TOTAL: 7.324.062,60

CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 - Encargos Especiais.....	263.000,00
0001 - Processo Legislativo	465.189,27
0002 - Gabinete do Prefeito	253.000,00
0003 - Administração e Finanças	652.399,99
0004 - Segurança Pública.....	9.400,00
0006 - Educação Básica	1.742.911,00
0007 - Atendimento a Criança de 0 a 5 anos	350.000,00
0008 - Ensino Médio.....	150.000,00
0009 - Ensino Superior	165.000,00
0010 - Educação Especial	5.500,00
0011 - Desporto Amador.....	203.000,00
0012 - Promoção de Festas e Eventos Municipais....	50.000,00
0013 - Acervo Cultural	127.000,00
0014 - Promoção ao Turismo.....	2.500,00
0015 - Promoção e Extensão Rural	1.004.695,92
0016 - Melhoria Genética	35.000,00
0017 - Obras e Serviços Urbanos.....	904.106,42
0018 - Saneamento Básico.....	111.000,00
0021 - Iluminação Pública.....	118.360,00
0023 - Malha Rodoviárias.....	662.000,00
9999 - Reserva de Contingência	50.000,00

TOTAL: 7.324.062,60

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	5.575.498,68
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	2.349.538,99
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes.....	3.225.959,69
DESPESAS DE CAPITAL.....	1.698.563,92
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	1.698.568,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	50.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	50.000,00

TOTAL: 7.324.062,60

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ.

Art. 3º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 809.877,96 (oitocentos e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.276.440,64 (um milhão duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos) e fixa as Despesas em R\$ 2.086.318,60 (dois milhões, oitenta e seis mil, trezentos e dezoito reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	489.877,96
1.3.Receita Patrimonial	2.000,00
1.7.Transferências Correntes	485.877,96
1.9. Outras Transferências Correntes	2.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL.....	320.000,00
2.2. Aliações de Bens.....	20.000,00
2.4. Transferências de Capital.....	300.000,00
SOMA.....	809.877,96
Transferências Financeiras	1.276.440,64

TOTAL 2.086.318,60

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde de Iomerê será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma.

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde..... 2.086.318,60

SOMA: 2.086.318,60

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.754.343,70
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais.....	904.166,34
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes.....	850.177,36
DESPESAS DE CAPITAL.....	331.974,90
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	331.974,90

TOTAL: 2.086.318,60

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ

Art. 4º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, para o exercício de 2010, estima a receita em R\$ 9.300,00 (nove mil, e trezentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 123.789,12 (cento e vinte e três

mil, setecentos e oitenta e nove reais e doze centavos) e fixa as Despesas em R\$ 133.089,12 (cento e trinta e três mil, oitenta e nove reais e doze centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	9.300,00
1.3.Receita Patrimonial	400,00
1.7.Transferências Correntes	9.800,00
1.9. Outras Receitas Correntes	100,00
SOMA	9.300,00
Transferências Financeiras	123.789,12
 TOTAL	 133.089,12

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	133.089,12
SOMA:	133.089,12

CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	133.089,12
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	133.089,12
SOMA:	133.089,12

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Iomerê	
99 - Reserva de Contingência	50.000,00
 TOTAL	 50.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recurso:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executadas e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso no fluxo de caixa respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de crédito adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10 Durante o exercício de 2011 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

Art. 11 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13 Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 24 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 609/2010

LEI Nº. 609 DE 24 DE NOVEMBRO 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/09 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 18.892,00 (dezoito mil oitocentos e noventa e dois reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
31900000 Aplicações Diretas
12300 Recursos Ordinários
R\$ 18.892,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
1068 Terreno para o SAMU
31900000 Aplicações Diretas
12300 Recursos Ordinários
R\$ 18.892,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 610/2010

LEI Nº. 610 DE 24 DE NOVEMBRO 2010.

Autoriza o Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores, Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a efetuar o pagamento de despesas do exercício anterior no montante de até R\$ 1.190.000,00 (um milhão, cento e noventa reais), referente o repasse em atraso de parcelas vinculadas ao Contrato de Apoio Financeiro nº 8508/2008-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e Prefeitura Municipal de Iomerê.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da abertura de crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Manutenção da Secretaria de Administração
2011 Despesas de Exercícios Anteriores
44900000 Aplicações Diretas
124.0 Transferências de Convênios Outros

Art. 3º - A abertura de crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do ingresso financeiro do referido Contrato.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 611/2010

LEI Nº. 611 DE 24 DE NOVEMBRO 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Conceder Brinde de Natal aos Servidores Municipais, no Exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a conceder aos servidores do Município, como brinde de Natal 1 (uma) Ave Frango tipo Classi ou assemelhado.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, no valor de até R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração
2006 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 24 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1048/2010

DECRETO Nº. 1048 DE 05 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1049/2010

DECRETO Nº. 1049 DE 05 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 8.770,00 (oito mil setecentos e setenta reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2006	Manutenção da Secretaria de Administração
33900000	Aplicações Diretas
300.00	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2015	Manutenção do Convênio Polícia Militar
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 2.770,00

05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041	Manutenção da Secretaria de Agricultura
33900000	Aplicações Diretas
300.00	Recursos Ordinários
	R\$ 1.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2009 e também pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2015	Manutenção do Convênio Polícia Militar
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 2.770,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de outubro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1050/2010

DECRETO Nº 1050 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Transfere ponto facultativo alusivo ao Dia do Funcionário Público e dá providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 23 da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido para o dia 1º de novembro do corrente ano o ponto facultativo do dia 28 de outubro, data em que se comemora o Dia do Funcionário Público.

Art. 2º. As atividades referentes aos serviços públicos essenciais, não serão paralisadas, sendo organizadas e executadas em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º. Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 19 de outubro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1051/2010

DECRETO Nº. 1051 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 43795,23 (quarenta e três mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2006	Manutenção Secretaria de Administração
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 10.000,00

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2007	Contribuição ao PASEP
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 2.000,00

05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041	Manutenção Secretaria de Agricultura
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 17.000,00

117.00 Recursos Ordinários
R\$ 9.795,23

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1052/2010

DECRETO Nº. 1052 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção Fundo de Saúde
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1052/2010

DECRETO Nº. 1052 DE 20 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção Fundo de Saúde
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 20 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1053/2010

DECRETO Nº 1053, de 27 de outubro de 2010.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRENO URBANO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, em exercício, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 23, "e" da Lei Orgânica Municipal e combinado com os arts. 2º e 6º do Decreto-Lei 3.365, de 21/06/1941,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, as áreas dos terrenos urbanos, sem benfeitorias, partes dos imóveis matriculados sob nºs. 3.622 e 16.845 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com as medidas e confrontações constantes do memorial descritivo anexo, que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 2º. As áreas dos terrenos urbanos a que se refere o artigo 1º destinam-se à criação e melhoramento de centros de população; exploração e conservação de serviços públicos; abertura, conservação e melhoramento de vias e logradouros públicos; a execução de plano de urbanização; parcelamento do solo em lotes

populares; construção do 1º Distrito Industrial de Iomerê; construção de edifícios públicos e criação de quadras de esportes, previsto nas letras "e", "h", "i", "m" e "n" do Decreto Lei nº 3.364/41.

Art. 3º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê (SC), 27 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Decreto 1054/2010

DECRETO Nº. 1054 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

AUTORIZA GUARDA E AVALIAÇÃO DE MÁQUINA TRATOR DE ESTEIRA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei;

DECRETA:

Art. 1.º Fica autorizada a empresa Miranda & Miranda Comércio de Peças e Serviços de Máquinas Pesadas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 85.193.860/0001-41, localizada na Rodovia BR 282, Km 399, no Distrito Industrial, na cidade de Joaçaba - SC, a guardar em sua oficina a máquina trator de esteira D50, ano 1989, marca Komatsu, cadastrada no Patrimônio Municipal sob nº 417.

Art. 2.º Fica autorizada a referida empresa a proceder avaliação e pré-orçamento para recuperação da caixa da referida máquina.

Art. 3.º A avaliação e o pré-orçamento deverão ser encaminhados a Prefeitura Municipal e a máquina deverá permanecer na oficina, a disposição da municipalidade.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iomerê, 27 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 27 de outubro de 2010, nesta Secretaria de Administração e Finanças.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1055/2010

DECRETO Nº. 1055 DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

08.00	Fundo Municipal de Assistência Social
2076	Manutenção do Programa Melhor Idade

33900000	Aplicações Diretas
152.00	Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social
	R\$ 6.000,00

08.00	Fundo Municipal de Assistência Social
2075	Manutenção do Fundo de Assistência Social
33900000	Aplicações Diretas
152.00	Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social
	R\$ 4.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 27 de outubro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1056/2010

DECRETO Nº. 1056 DE 04 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2061	Manutenção do Fundo de Saúde
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Próprios
	R\$ 6.000,00

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2073	Manutenção da Farmácia Básica
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Próprios
	R\$ 6.000,00

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2071	Manutenção do Programa e Campanhas de Vacinação
33900000	Aplicações Diretas
166.00	Recursos Vigilância em Saúde
	R\$ 1.300,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação e também pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2071	Manutenção do Programa e Campanhas de Vacinação
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Vigilância em Saúde
	R\$ 1.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 04 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1057/2010

DECRETO Nº. 1057 DE 04 DE OUTUBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura de Iomerê, o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2015	Manutenção do Convênio Policia Militar
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Próprios
	R\$ 500,00

05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041	Manutenção da Secretaria de Agricultura
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Próprios
	R\$ 1.900,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 04 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1058/2010

DECRETO Nº. 1058 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
2071	Manutenção do Programa e Campanhas de Vacinação
33900000	Aplicações Diretas
366.00	Recursos Vigilância em Saúde
	R\$ 1.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 09 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1059/2010

DECRETO Nº. 1059 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 605/2010 de 10 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
07.01	Fundo Municipal de Saúde
2061	Manutenção Fundo de Saúde
33900000	Aplicações Diretas
102.00	Recursos de Impostos e Transf. de Impostos de Saúde
	R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07.00	Fundo Municipal de Saúde
07.01	Fundo Municipal de Saúde
2070	Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000	Aplicações Diretas
102.0	Recursos de Impostos e Transf. de Impostos de Saúde
	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1060/2010

DECRETO Nº. 1060 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 606/2010 de 10 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura de Iomerê, no valor de R\$ 148.730,74 (cento e quarenta e oito mil setecentos e trinta reais setenta e quatro reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Secretaria de Administração e Finanças
2007	Contribuição ao PASEP
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 15.000,00
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Secretaria de Administração e Finanças
2006	Manutenção da Secretaria de Administração
31900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 8.850,00
04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000	Aplicações Diretas
101.00	Recursos de Impostos e Transf. Impostos Educação
	R\$ 90.150,00
04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
2016	Transporte Escolar - Ensino Superior
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 8.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059	Manutenção da Malha Rodoviária
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 26.730,74

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação da Fonte 01 Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Educação e também pela anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
2017	Merenda Escolar
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 35.000,00

04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
1023	Construção, Ampliação e Reforma de Escola
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00

04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01	Secretaria de Educação
1019	Construção, Ampliação e Reforma de Creche
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 7.000,00

05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2043	Captação, Preservação e Armazenamento de Água.
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 41.730,74

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1080	Pavimentação de Estradas Vicinais
44900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 10 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1061/2010

DECRETO Nº. 1061 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 558/09 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 607/2010 de 10 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 705,00 (setecentos e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00	Fundo Municipal de Saúde
07.01	Fundo Municipal de Saúde
2061	Manutenção Fundo de Saúde
31710000	Transferência a Consórcios Públicos
300.00	Recursos Ordinários
	R\$ 600,00
44710000	Transferência a Consórcios Públicos
300.00	Recursos Ordinários
	R\$ 105,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2009 :

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 10 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1062/2010

DECRETO Nº 1062, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010.
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - A partir de 16 de novembro de 2010 o horário de expediente do Paço Municipal de Iomerê, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente será das 08h00 as 12h00 e das 13h30 as 17h30, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - Os horários da Secretaria de Saúde e Ação Social e a Secretária de Educação, Cultura e Esportes, bem como, creches e escolas permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor em 16 de novembro de 2010, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 1039 de 08 de setembro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê (SC), 11 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1063/2010

DECRETO Nº 1063, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.
Altera o artigo 1º do Decreto nº 0119, de 25 de maio de 1999, que cria o Centro Educacional Municipal e dá providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal nº 0119, de 25 de maio de 1999, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º. Fica criado o Centro Educacional do Município de Iomerê, para atendimento de toda demanda do ensino fundamental do 1º ao 6º ano, com implantação gradativa até o 9º ano."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1064/2010

DECRETO Nº 1064, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.
Cria o Centro Municipal de Educação Infantil e dá providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o "Centro Municipal de Educação Infantil", para atendimento de toda demanda do ensino infantil de 0 (zero) a 5(cinco) anos.

Art. 2º. Os recursos necessários correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 16 de novembro de 2010.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.
VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1065/2010

DECRETO Nº. 1065 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
2006	Manutenção da Secretaria de Administração
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 5.000,00
04.00	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2036	Manutenção das Atividades Culturais
33900000	Aplicações Diretas
100.00	Recursos Ordinários
	R\$ 10.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 16 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1066/2010

DECRETO Nº. 1066, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.

AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. LUIZ VITÓRIO NORA, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 167.281,50m² (cento e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 14.796:

Área nº 01
Quadra 02
Inscrição Imobiliária 01.01.02.1
Área 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações: NORTE - Confronta-se com área remanescente, 20,00m;
SUL - Confronta-se com Rodovia SC 453, 20,00m;
LESTE - Confronta-se com área 02, 40,00m;
OESTE - Confronta-se com área de Marcenaria Lazzari, 40,00m.

Área nº 02
Quadra 02
Inscrição Imobiliária 01.01.02.1
Área 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações: NORTE - Confronta-se com área remanescente, 20,00m;
SUL - Confronta-se com Rodovia SC 453, 20,00m;
LESTE - Confronta-se com área 03, 40,00m;
OESTE - Confronta-se com área 01, 40,00m.

Área nº 03
Quadra 02
Inscrição Imobiliária 01.01.02.1
Área 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações: NORTE - Confronta-se com área remanescente, 20,00m;
SUL - Confronta-se com Rodovia SC 453, 20,00m;
LESTE - Confronta-se com área 04, 40,00m;
OESTE - Confronta-se com área 02, 40,00m.

Área nº 04
Quadra 02
Inscrição Imobiliária 01.01.02.1
Área 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações: NORTE - Confronta-se com área remanescente em duas linhas distintas, sendo a primeira com 10,00m e a segunda com 10,51m;
SUL - Confronta-se com Rodovia SC 453, com uma linha em forma de arco, 20,00m;

LESTE - Confronta-se com área 05, 40,00m;
OESTE - Confronta-se com área 03, 40,00m.

Área nº 05
Quadra 02
Inscrição Imobiliária 01.01.02.1
Área 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações: NORTE - Confronta-se com área remanescente, 20,00m;
SUL - Confronta-se com Rodovia SC 453, com uma linha em forma de arco, 20,00m;
LESTE - Confronta-se com área remanescente, 47,63m;
OESTE - Confronta-se com área 04, 40,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê (SC), 18 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

Decreto 1067/2010

DECRETO Nº. 1067 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 609/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 18.892,00 (dezoito mil oitocentos e noventa e dois reais), na seguinte dotação orçamentária.

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2067 Manutenção do SAMU
31900000 Aplicações Diretas
12300 Recursos Ordinários
R\$ 18.892,00

Art. 2º - A abertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
1068 Terreno para o SAMU
31900000 Aplicações Diretas
12300 Recursos Ordinários
R\$ 18.892,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 24 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1068/2010

DECRETO Nº. 1068 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Especial alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 610/2010 de 24 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária.

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Manutenção da Secretaria de Administração
2011	Despesas de Exercícios Anteriores
44900000	Aplicações Diretas
124.0	Transferências de Convênios Outros

Art. 2º - A abertura de crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do ingresso financeiro do Contrato de Apoio Financeiro nº 8508/2008-1, celebrado entre o Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e Prefeitura Municipal de Iomerê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 24 de novembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1094/2010

PORTARIA Nº 1094/2010

De: 22 de novembro de 2010.

EXONERA O(A) SERVIDOR(A), A PEDIDO.

ERVINO SPERANDIO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) a pedido, o(a) servidor(a) PRISCILA ZAWADZKI, matrícula 1369-2, ocupante do cargo de Enfermeiro I, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de novembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Nota Suspensão

MUNICIPIO DE JOAÇABA

NOTA DE SUSPENSÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 98/2009/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 2/2009/PMJ

OBJETO: Permissão para o transporte individual de passageiros, no município de Joaçaba, em veículos de aluguel providos de táxi-metro, e conformidade com o disposto nas Leis Complementares Municipais nº 125/2006, 148/2007 e 170/2008 e as demais condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

MOTIVO: Fica suspensa a licitação acima mencionada, haja vista o recebimento pelo Município de apelação em efeito suspensivo - autos 037.09.004098-4.

O prosseguimento do certame será comunicado nos mesmos meios de comunicação em que foi publicado o edital.

Joaçaba (SC), 24 de novembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Pauta CMC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 43/2010

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 3.567 de 16 de abril de 2010, torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 06 de dezembro de 2010, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata nº 59 de 04 de novembro de 2010.
2. Distribuição por sorteio do Processo nº116.936 em nome de SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE.
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 24 de novembro de 2010.

GRACIELA GLASENAPP

Secretária do CMC

José Boiteux

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 854/2010

Lei n. 854/2010, de 17 de novembro de 2010.

Altera Inciso I, do artigo 6º e artigo 37 da Lei n. 826/2009 que Dispõe sobre a política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece outras providências.

Josélio da Silva, Prefeito Municipal de José Boiteux faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente lei complementar:

Art. 1º - Fica alterado o Inciso I, do artigo 6º da Lei 826/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º- ..

I - 1 (um) representante da Secretaria De Assistência Social;

II - ..

III - ..

IV - ..

V - ..I

Art. 2º - Fica alterado o artigo 37 da Lei 826/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 - A remuneração salarial da função de Conselheiro Tutelar será de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) pelo período de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

José Boiteux, 17 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

Lei Complementar 024/2010

Lei Complementar n. 024/2010, de 24 novembro de 2010.

Institui o Código de Posturas do Município de José Boiteux e dá outras providências.

Josélio da Silva, Prefeito Municipal de José Boiteux faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente lei complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente lei institui normas e procedimentos administrativos para o Município de José Boiteux em matéria de higiene, segurança, ordem social, costumes e na utilização dos espaços públicos, visando disciplinar o funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, bem como, o tratamento adequado do uso da propriedade privada e dos bens públicos.

Parágrafo Único - As normas aqui estabelecidas regulamentam as necessárias relações jurídicas entre o Poder Executivo e seus munícipes, bem como os interesses de terceiros, visando disciplinar o uso dos direitos individuais e garantir o bem estar coletivo.

Art. 2º. Todas as funções referentes à execução desta lei complementar, bem como à aplicação das sanções nela previstas, serão

exercidas por órgãos do Município cuja competência para tanto estiver definida em leis, regulamentos e regimentos próprios.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 3º. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta lei complementar ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Chefe do poder executivo municipal no uso de suas atribuições administrativas.

Art. 4º. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constringer, induzir, coagir ou auxiliar alguém a praticar o ato de infração.

Parágrafo Único - Poderão responder de forma solidaria os encarregados da execução das leis que tendo conhecimento da infração, contribuírem para sua realização.

Art. 5º. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis e, independentemente das que possam estar prevista nas demais legislações, as infrações aos dispositivos deste código poderão ser punidas com penalidades que além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, ensejem em multa, apreensão de material, produto ou mercadoria e ainda na interdição de atividades, observados os limites máximos estabelecidos nesta lei complementar.

Art. 6º. A multa imposta de forma regular e pelos meios hábeis, caso o infrator se recuse a pagá-la no prazo legal, será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada.

Parágrafo único. Os infratores que estiverem inscritos na dívida ativa em razão de multa de que trata o "caput", não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Município, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 7º. As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único - Na imposição da multa e para graduá-la, serão considerados:

I - a maior ou menor gravidade da infração;

II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições desta lei complementar.

Art. 8º. Nas reincidências as multas serão aplicadas progressivamente, em dobro.

Parágrafo único. Infrator reincidente é o que violar preceito desta lei complementar, por cuja infração já tiver sido autuado e punido no período anterior de até 2 (dois) anos.

Art. 9º. Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, com base na legislação em vigor na data da liquidação das importâncias devidas, incidindo ainda juros moratórios legais.

Art. 10. A graduação das multas entre os limites, máximo e mínimo, conforme estabelecido neste Código será regulamentada posteriormente, observado o disposto no artigo 7º deste capítulo.

SEÇÃO II

DA APREENSÃO DE BENS

Art. 11. A apreensão é o ato que consiste na tomada dos objetos

que constituírem prova material de infração aos dispositivos estabelecidos nesta Lei Complementar e demais normas pertinentes.

Parágrafo único. Na apreensão lavrar-se-á, inicialmente, Auto de Apreensão que conterá a descrição dos objetos apreendidos e a indicação do lugar onde ficarão depositados e, posteriormente, serão tomados os demais procedimentos previstos no processo de execução de penalidades.

Art. 12. Nos casos de apreensão, os objetos apreendidos serão recolhidos ao depósito do Município, ou em local por ela designado.

§ 1º. Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos àquele depósito, ou quando a apreensão se realizar fora da área urbana, poderão ser depositados em mão de terceiros ou do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

§ 2º. Desde que não exista impedimento legal consubstanciado em legislação específica de caráter municipal, estadual ou federal, a devolução dos objetos apreendidos só se fará após pagas às multas que tiverem sido aplicadas e, de indenizado ao Município das despesas que tiverem sido feitas com a sua apreensão, transporte e guarda.

Art. 13. No caso de não serem reclamadas ou retiradas dentro de 30 (trinta) dias, os objetos apreendidos poderão ser levados a leilão público pelo Município, na forma da lei.

§ 1º. A importância apurada será aplicada na quitação das multas e despesas efetuadas e entregue o saldo, se houver, ao proprietário, que será notificado no prazo de 15 (quinze) dias para, mediante requerimento devidamente instruído, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§ 2º. Prescreve em 30 (trinta) dias o direito de retirar o saldo dos objetos vendidos em leilão, depois desse prazo ficará ele em depósito para ser distribuído, a critério do Município às instituições de assistência social.

§ 3º. No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da apreensão.

§ 4º. As mercadorias não retiradas no prazo estabelecido no parágrafo 3º, se próprias para o consumo, poderão ser doadas a instituições de assistência social, se impróprias deverão ser inutilizadas.

§ 5º Não caberá, em qualquer caso, responsabilidade ao Município pelo perecimento das mercadorias apreendidas em razão de infração desta Lei Complementar.

SEÇÃO III DAS PENAS

Art. 14. A responsabilidade pela infração, as sanções e penas previstas serão de responsabilidade de quem as praticar de fato e de direito.

Parágrafo único. Em caso de pessoa menor de idade, a responsabilidade recairá:

- I - sobre os pais, tutores ou pessoas em cuja guarda estiver o menor;
- II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o incapaz;
- III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 15. Verificando-se infração a esta Lei Complementar, será expedida contra o infrator, uma Notificação para que imediatamente ou no prazo de até noventa (90) dias, conforme o caso regularize

sua situação.

Parágrafo único. O prazo para regularização da situação será enquadrado pelo agente fiscal no ato da notificação, respeitando os limites mínimos e máximos previsto neste artigo, podendo ser prorrogado.

Art. 16. A Notificação será feita em formulário destacável de talonário próprio, onde ficará cópia, na qual o notificado assinará o seu ciente ao receber a primeira via da mesma, e conterá os seguintes elementos:

- I - nome do notificado ou denominação que o identifique;
- II - dia, mês, ano, hora e lugar da lavratura da notificação;
- III - prazo para a regularização da situação;
- IV - descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido;
- V - a multa ou pena a ser aplicada em caso de não regularização no prazo estabelecido;
- VI - nome e assinatura do agente fiscal notificante.

§ 1º. Recusando-se o notificado a dar seu ciente, será tal recusa declarada na notificação pela autoridade notificante, devendo este ato ser testemunhado por duas pessoas.

§ 2º. A recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via da Notificação lavrada, não favorece nem prejudica o infrator.

Art. 17. Não caberá Notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado:

- I - quando pego em flagrante;
- II - nas infrações definidas na seção II deste capítulo.

Art. 18. Esgotado o prazo legal, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, será lavrado o respectivo Auto de Infração.

SEÇÃO IV DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 19. Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição da infração aos dispositivos desta Lei Complementar, pela pessoa física ou jurídica, e deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem rasuras.

Art. 20. Do Auto de Infração deverá constar:

- I - dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;
- II - o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver das testemunhas;
- III - o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes e, quando for o caso, referências da Notificação;
- IV - o valor da multa a ser paga pelo infrator;
- V - o prazo de que dispõe o infrator para efetuar o pagamento da multa ou apresentar sua defesa e suas provas;
- VI - identificação e assinatura do agente fiscal que lavrou o Auto de Infração.

§ 1º. As omissões ou incorreções do Auto de Infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação do infrator e da infração.

§ 2º. A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do Auto de Infração, sua aposição não implicará em confissão e nem tampouco sua recusa agravará a pena.

§ 3º. Se o infrator, ou quem, o represente, não puder ou não quiser assinar o Auto de Infração far-se-á menção de tal circunstância, admitindo ser comprovado pelo testemunho de duas pessoas.

Art. 21. O Auto de Infração poderá ser lavrado cumulativamente com a Apreensão de Bens, de que trata esta Lei Complementar, e neste caso conterá também os seus elementos.

SEÇÃO V DA DEFESA

Art. 22. O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, contados a partir da data do recebimento comprovado do Auto de Infração.

Art. 23. A defesa far-se-á por requerimento dirigido ao titular do órgão municipal responsável pelo cumprimento desta Lei Complementar, facultado instruir sua defesa com documentos que deverão ser anexados ao processo.

Art. 24. Pelo prazo em que a defesa estiver aguardando julgamento serão suspensos todos os prazos de aplicação das penalidades ou cobranças de multas, exceto as penalidades sobre perecíveis e que haja cessado qualquer agravante do fato gerador.

Art. 25. A decisão deverá ser dada no prazo de 15 (quinze) dias, fundamentada por escrito, concluindo pela procedência ou não do Auto de Infração.

Art. 26. O autuado será notificado da decisão:
I - pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão proferida e contra recibo;
II - por carta, acompanhada de cópia da decisão e com Aviso de Recebimento;
III - por edital publicado em jornal local, se desconhecido o domicílio do infrator ou este recusar-se a recebê-la.

Art. 27. Na ausência do oferecimento da defesa no prazo legal, ou de ser ela julgada improcedente, será validada a multa já imposta, que deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, além das demais penalidades previstas e prazos para cumpri-las.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento das penalidades impostas neste artigo será contado a partir da notificação do infrator da decisão.

Art. 28. Da decisão da autoridade julgadora, poderá aquele que se julga prejudicado, interpor recurso ao Prefeito Municipal, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do comprovado recebimento da notificação.

Art. 29. As decisões definitivas serão cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias pelo responsável.

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. É dever do Município, no âmbito de suas competências, zelar pela manutenção da segurança pública em todo o território do Município de José Boiteux, de acordo com as disposições da legislação municipal e das normas adotadas pelo Estado e pela União.

SEÇÃO II DO TRÂNSITO

Art. 31. As normas de trânsito no Município de José Boiteux será disciplinado pelo Código Brasileiro de Trânsito e de acordo com as demais leis vigentes, sendo sua regulamentação no âmbito municipal condicionada ao objetivo de manter a segurança, a ordem e

o bem-estar da população em geral.

Art. 32. Fica vedado impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas vias, logradouros e passeios de uso público, exceto para efeito de obras ou eventos autorizados pela Administração Pública ou quando exigências policiais o determinem.

Parágrafo único. Considera-se um impedimento ao livre trânsito de pedestres a exposição de mercadorias de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, nos passeios e sob marquises, toldos, ou suportes, cuja projeção recaia sobre o passeio público.

Art. 33. As interrupções totais ou parciais de trânsito, provenientes da execução de obras na via pública ou qualquer solicitação de alteração temporária de trânsito, só serão possíveis mediante autorização expressa do órgão municipal responsável pelo trânsito.

Parágrafo único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização adequada, conforme determinações próprias do órgão municipal competente e das normas do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 34. É proibido nos logradouros públicos:

- I - danificar ou retirar placas e outros meios de sinalização, colocados nos logradouros para advertência de perigo ou impedimento de trânsito;
- II - pintar faixas de sinalização de trânsito, ou qualquer símbolo ou, ainda identificação, ainda que junto ao rebaixo do meio-fio, sem prévia autorização do Município;
- III - inserir quebra-molas, redutores de velocidades ou quaisquer objetos afins, no leito das vias públicas, sem autorização prévia da Administração Pública;
- IV - depositar ou estacionar caçambas ou similares;

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo:

I - quando se tratar de caçambas de recolhimento individual de lixo de grande porte, entulhos ou outros inservíveis, nas vias públicas, desde que comprovadamente seja impossível seu acesso ao interior do lote.

§ 2º. Para a utilização das vias públicas por caçambas, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- I - somente ocuparem área de estacionamento permitido;
- II - serem depositadas, rente ao meio-fio, na sua maior dimensão;
- III - quando excederem as dimensões máximas das faixas de estacionamento estarem devidamente sinalizadas;
- IV - estarem pintadas com tinta ou película refletiva;
- V - observarem a distância mínima de 10 m (dez metros) das esquinas;
- VI - não permanecerem estacionadas por mais de 48 h (quarenta e oito horas);

§ 3º. Para utilização de caçambas nas vias públicas localizadas na área urbana, devem ser atendidas as determinações estabelecidas por lei específica.

Art. 35. É proibido utilizar os passeios e calçadas para:

- I - conduzir, trafegar ou estacionar veículos de qualquer espécie;
- II - conduzir, trafegar ou estacionar animais de tração ou montaria;

Art. 36. O veículo encontrado em estado de abandono em quaisquer vias ou logradouros públicos será apreendido e transportado ao depósito municipal ou da Polícia Militar, respondendo seu proprietário pelas respectivas despesas, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Será caracterizado abandono a partir de 90 dias.

Art. 37. Na infração de qualquer artigo desta seção, quando não prevista pena no Código de Trânsito Brasileiro, será imposta multa correspondente ao valor de 50 a 500 UFMs, bem como serão apreendidos, quando for o caso, os materiais, mercadorias e veículos que ocasionaram a infração.

SEÇÃO III

DAS OBRAS E SERVIÇOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 38. Os serviços e obras de manutenção, reparo, substituição, verificação, implantação, construção ou similares realizados nos passeios, leito das vias e demais logradouros públicos, que importem em levantamento de pavimentação, abertura e escavação, alteração de meio-fio, ou que de alguma forma, alterem o fluxo normal de pessoas ou veículos, dependerão de autorização prévia do Município.

Art. 39. As obras e serviços de manutenção, reparo, pintura, substituição, implantação e limpeza de fachadas, realizadas em terrenos, muros ou edificações públicas ou privadas, quando repercutirem sobre passeios, vias e demais logradouros públicos, dependerão de autorização prévia da Administração Pública.

Art. 40. Os responsáveis pela execução das ações descritas nos logradouros públicos ficam obrigados, no que couber, a respeitar as determinações do disposto no Código de Trânsito Brasileiro, na sua regulamentação e nas demais normas estabelecidas pelo Executivo Municipal, no âmbito da sua competência.

Art. 41. A recomposição do pavimento de vias e passeios e demais logradouros públicos, e ações necessárias ao restabelecimento da condição original dos logradouros, poderão ser executadas pelo Município com ônus ao interessado no serviço que, no ato da licença, depositará o montante necessário para cobrir as despesas, ou diretamente pelo interessado, mediante o cumprimento das determinações executivas e fiscalização da Administração Pública.

Art. 42. Os responsáveis autorizados a realizarem as obras de que trata a presente Seção, nas vias públicas e logradouros, ficarão responsáveis civilmente pelos danos causados em decorrência do não cumprimento das normas de segurança estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 43. O Município poderá exigir do proprietário do terreno edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos, para desvio de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou dano ao logradouro público.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo aos proprietários de terrenos lindeiros a logradouros públicos que disponham de rede para captação de águas pluviais.

Art. 44. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 50 a 500 UFMs.

SEÇÃO IV

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 45. No interesse público, o Município fiscalizará, em colaboração com o Corpo de Bombeiros, autoridades estaduais e federais, a fabricação, o comércio, o transporte e o emprego de inflamáveis e explosivos, nos termos da legislação federal pertinente.

Art. 46. São considerados inflamáveis, além daqueles previstos pela legislação pertinente:

- I - fósforo e os materiais fosfóricos;
- II - gasolina e demais derivados de petróleo;
- III - éteres, álcoois, aguardente e óleos em geral;
- IV - carburetos, alcatrão e matérias betuminosas líquidas;

V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de 135°C (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 47. Consideram-se explosivos:

- I - fogos de artifícios;
- II - nitroglicerina e seus compostos e derivados;
- III - pólvora e algodão de pólvora;
- IV - espoletas e os estopins;
- V - fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;
- VI - cartuchos de caça e minas.

Art. 48. É expressamente proibido:

- I - fabricar explosivos nas zonas urbanas do Município e em local não autorizado pelo Município ou pelo órgão estadual competente;
- II - manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos, sem atender às exigências legais quanto à construção e à segurança dispostas no Código de Obras e na Legislação de Prevenção Contra Incêndio, bem como nas demais legislações pertinentes;
- III - depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos;
- IV - transportar explosivos ou inflamáveis sem as devidas precauções estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 49. A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis e de explosivos deverão atender às diretrizes constantes no Código de Obras e demais normas legais pertinentes.

Art. 50. Em todo depósito, armazém a granel ou qualquer outro imóvel onde haja armazenamento de explosivos e inflamáveis, deverá existir instalações contra incêndio e extintores portáteis de incêndio, em quantidade e disposição conforme determina a legislação.

§ 1º. Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construídos com material incombustível.

§ 2º. Junto à porta de entrada dos depósitos de explosivos ou inflamáveis deverão ser pintados, de forma visível, os dizeres INFLAMÁVEIS ou EXPLOSIVOS - CONSERVE O FOGO A DISTÂNCIA, com as respectivas tabuletas e o símbolo representativo de perigo.

§ 3º. Em locais visíveis deverão ser colocadas tabuletas ou cartazes com o símbolo representativo de perigo e com os dizeres - É PROIBIDO FUMAR.

§ 4º. Aos varejistas é permitido conservar em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pelo Município, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo, que não ultrapasse a venda provável de 20 (vinte) dias.

§ 5º. Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250,00 m (duzentos e cinquenta metros) da habitação mais próxima, e a 150,00 m (cento e cinquenta metros) das ruas ou estradas; se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 500,00 m (quinhentos metros) é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 51. É expressamente proibido:

- I - queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas voltadas para os mesmos;
- II - soltar balões em todo o território do Município;
- III - fazer fogueiras nos logradouros públicos;
- IV - vender fogos de artifício a menores de idade.

§ 1º. As proibições dispostas nesta seção poderão ser suspensas

quando previamente autorizadas pelo Município e pelo órgão estadual competente.

§ 2º. Os casos previstos no § 1º, deste artigo, serão regulamentados pelo Executivo Municipal, que poderá inclusive, estabelecer exigências necessárias ao interesse da segurança pública.

Art. 52. Na infração a qualquer artigo deste Capítulo, será imposta multa correspondente ao valor de 100 a 800 UFMs, e a interdição da atividade, até a regularização do fato gerador.

SEÇÃO V DA EXPLORAÇÃO MINERAL E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

Art. 53. A exploração de atividades de mineração, terraplenagem e olarias, dependerá de licença da Administração Pública e demais órgãos competentes, sendo regidas no que concerne à legislação municipal, estadual e federal pertinente e ao disposto nesta seção.

Art. 54. Será interditada a atividade, ainda que licenciada, desde que posteriormente se verifique que sua exploração acarreta perigo em dano à vida, à saúde pública, ou se realiza em desacordo com o projeto apresentado, ou, ainda, quando se constatem danos ambientais não previstos por ocasião do licenciamento.

Art. 55. O Município poderá, a qualquer tempo, determinar ao licenciado a execução de obras na área ou local de exploração das propriedades circunvizinhas, ou para evitar efeitos que comprometam a salubridade e segurança do entorno.

Art. 56. A exploração de pedreiras e corte em rochas, com o uso de explosivos, fica sujeita as seguintes condições:

- I - declaração da capacidade de estocagem de explosivos, a ser apresentada quando do licenciamento;
- II - intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre cada série de explosões;
- III - içamento, antes da explosão, de uma bandeira vermelha à altura conveniente para ser vista à distância;
- IV - toque por três (03) vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sirene, e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo.
- V - TERMO DE RESPONSABILIDADE E TESTE DE "SISMOGRAFIA" NUM RAIOS DE 10Km.

Parágrafo único. Não será permitida a exploração de pedreiras a fogo nas zonas urbanas consolidadas do Município.

Art. 57. A instalação de indústria cerâmica no Município, além da licença mencionada, deve obedecer ainda às seguintes prescrições:

- I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos, pela fumaça ou emissões nocivas;
- II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida que for retirado do material.

Art. 58. As atividades de terraplenagem, além da licença prevista, devem obedecer às prescrições do Código de Obras do Município.

Art. 59. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção, será imposta multa correspondente ao valor de 50 a 100 UFMs.

CAPÍTULO IV DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. É dever do Município zelar pela higiene pública em todo o território de José Boiteux, de acordo com as disposições deste

Capítulo, legislação municipal complementar e as demais normas estaduais e federais.

Art. 61. A fiscalização das condições de higiene objetiva proteger a saúde da comunidade e compreende basicamente:

- I - higiene das vias e logradouros públicos;
- II - limpeza e desobstrução dos cursos de água e valas;
- III - higiene dos terrenos e das edificações;
- IV - coleta do lixo.

Art. 62. Em cada inspeção que for verificada alguma irregularidade o agente fiscal emitirá a competente notificação prévia, nos termos deste Código.

Parágrafo único. O setor competente da Administração Pública Municipal tomará providências cabíveis ao caso quando estas forem de alçada do Governo Municipal, ou remeterão relatório às autoridades competentes, estaduais ou federais, quando as providências a serem tomadas forem da alçada das mesmas.

SEÇÃO II DA LIMPEZA DAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 63. O serviço de limpeza das vias e logradouros públicos será executado diretamente pelo Município ou por concessionárias credenciadas na forma da lei.

Art. 64. A limpeza do passeio fronteiro, pavimentado ou não, às residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, ou mesmo terreno baldio, será de responsabilidade de seus ocupantes ou proprietários, devendo ser efetuada, sem prejuízo aos transeuntes, recolhendo-se ao depósito particular de lixo todos os detritos resultantes da limpeza.

Art. 65. Para preservar a estética e a higiene pública é proibido:

- I - manter terrenos baldios ou não, com detritos ou vegetação indevida;
- II - fazer escoar águas servidas das residências, estabelecimentos comerciais, industriais ou de qualquer outra natureza, para as vias ou logradouros públicos;
- III - lançar na rede de drenagem, águas servidas e/ou esgotos, sem que tenham passado por sistema de tratamento de efluentes domésticos, cujo projeto deverá ser aprovado por órgão competente do Município, e atender as normas técnicas e legislação pertinente;
- IV - conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais, objetos, produtos ou animais que resultem ou não na sua queda e/ou derramamento, comprometendo a segurança, estética e asseio das vias e logradouros públicos, bem como a arborização pública;
- V - queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nociva à saúde;
- VI - fazer varredura de lixo do interior dos passeios, terrenos, residências, estabelecimentos comerciais, industriais, veículos ou de qualquer outra natureza, para as vias públicas e/ou bocas-de-lobo;
- VII - lavar animais ou veículos em rios, vias, passeios, praças ou outros logradouros públicos;
- VIII - atirar lixo, detritos, papéis velhos ou outras impurezas através de janelas, portas e aberturas e do interior de veículos para as vias e logradouros;
- IX - utilizar janelas, escadas, saliências, terraços, balcões, etc. com frente para logradouro público, para colocação de objetos que apresentem perigo aos transeuntes;
- X - reformar, pintar ou consertar veículos nas vias e logradouros públicos;
- XI - depositar entulhos ou detritos de qualquer natureza nos logradouros públicos;
- XII - impedir, dificultar ou prejudicar o livre escoamento das águas

pluviais e servidas pelos canos, tubos, valas, sarjetas, ou canais dos logradouros públicos, desviando ou destruindo tais servidões; XIII - comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular;

XIV - escoar goteiras provenientes de condicionadores-de-ar, nos passeios, vias e logradouros públicos;

§ 1º. No caso de transporte de materiais argilosos, areias e outros, decorrente de corte, aterro, barreiros, pavimentação, ou assemelhados, deverá ser adotado dispositivos ou ação permanente que mantenha as vias onde está localizada a área, livre de qualquer interferência relacionada ao material em transporte.

§ 2º. No caso de obstrução de galeria de águas pluviais, ocasionado por obra particular de qualquer natureza, a Administração Pública providenciará a limpeza da referida galeria correndo todo o ônus por conta do proprietário do imóvel, obedecido o disposto em lei.

Art. 66. Os condutores de veículos de qualquer natureza não poderão impedir, prejudicar ou perturbar a execução dos serviços de limpeza a cargo do Município, sendo obrigados a desimpedir os logradouros públicos, afastando os seus veículos quando solicitados a fazê-lo, de maneira a permitir que os mesmos serviços possam ser realizados em boas e devidas condições.

Art. 67. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 300 a 1200 UFMs.

SEÇÃO III

DA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS VALAS

Art. 68. É proibido desviar o leito dos cursos d'água, bem como obstruir, de qualquer forma o seu leito, respeitada a legislação pertinente.

Art. 69. As águas correntes nascidas nos limites de um terreno e que correm por ele, poderão, respeitadas as limitações impostas pela legislação federal ou estadual, ser reguladas e retificadas dentro dos limites do mesmo terreno, mas nunca serão desviadas de seu escoamento natural, represadas ou obstruídas em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas.

Art. 70. Todos os proprietários ou ocupantes de terras às margens das vias públicas são obrigados a roçar as testadas das mesmas, conservar limpas e desobstruídas as valas e valetas existentes em seus terrenos ou que com eles limitarem, removendo convenientemente os detritos.

Art. 71. É proibido fazer despejos e atirar detritos em qualquer corrente d'água, canal, lago, poço e chafariz.

Art. 72. Na área rural não é permitida a localização de privadas, chiqueiros, estábulos e assemelhados, a menos de 30,00m (trinta metros) de qualquer curso d'água e que não estejam de acordo com as normas da Vigilância Sanitária.

Art. 73. É proibida em todo o território municipal, a conservação de águas estagnadas, nas quais possam desenvolver-se larvas de insetos.

Art. 74. Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa de 250 a 1000 UFMs.

SEÇÃO IV

DA HIGIENE DOS TERRENOS E DAS EDIFICAÇÕES

Art. 75. O proprietário do imóvel é responsável direto perante o Município, pela conservação, manutenção e higiene da edificação,

do quintal, jardins, pátios e terrenos, de modo a não comprometer a saúde pública, devendo obedecer, além das normas previstas nesta Seção, as determinadas pela legislação estadual e federal pertinentes.

Art. 76. Os terrenos não edificadas, localizados na área urbana deverão ser mantidos limpos e drenados.

Parágrafo Único - O responsável pelo imóvel em que forem encontrados focos ou viveiros de insetos e animais nocivos fica obrigado à execução das medidas determinadas a sua extinção.

Art. 77. O Município poderá declarar insalubre toda edificação que não reúna as condições de higiene indispensáveis, podendo inclusive, ordenar sua interdição ou demolição.

Art. 78. Em qualquer pavimento das edificações destinadas a comércio ou prestação de serviços poderão localizar-se, observado no Plano Diretor, quaisquer atividades desde que:

I - não comprometam a segurança, higiene e salubridade das demais atividades;

II - não produzam ruído acima do admissível considerado por lei junto à porta de acesso da unidade autônoma, ou nos pavimentos das unidades vizinhas;

III - não produzam fumaça, poeira ou odor acima dos níveis admissíveis por lei;

IV - eventuais vibrações não sejam perceptíveis do lado externo das paredes perimetrais da própria unidade autônoma ou nos pavimentos das unidades vizinhas.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos onde, no todo ou em parte se processarem o manuseio, fabricação ou venda de gêneros alimentícios, deverão ser satisfeitas todas as normas exigidas pela Legislação Sanitária vigente.

Art. 79. Somente será permitida a instalação de estabelecimentos comerciais destinados a depósito, compra e venda de ferros-velhos, depósito de veículos, papéis, plásticos, garrafas, sucatas ou outros materiais a serem reutilizados, se forem cercados por muros de alvenaria ou concreto, de altura não inferior a 2,50m (dois metros) e pátio de estocagem coberto, devendo as peças estarem devidamente organizadas, a fim de que não se prolifere a ação de insetos e roedores.

Parágrafo único. É vedado aos depósitos mencionados neste artigo:

I - expor material nos passeios, bem como afixá-los externamente nos muros e paredes, estas quando construídas no alinhamento predial;

II - permitir a permanência de veículos destinados ao comércio de ferro-velho nas vias e/ou logradouros públicos.

Art. 80. Aos depósitos existentes e classificados no artigo anterior, mas em desconformidade com esta Seção, será dado um prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta lei-complementar, para cumprimento do disposto na mesma.

Art. 81. As piscinas de clubes desportivos e recreativos deverão atender às prescrições da legislação sanitária vigente.

§ 1º. Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente.

§ 2º. Em todas as piscinas públicas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle das águas.

Art. 82. Ao serem notificados pelo Município para executar as obras ou serviços necessários, os proprietários que não atenderam à notificação ficarão sujeitos, além da multa correspondente, ao

pagamento do custo dos serviços feitos pelo Município ou por terceiros por ela contratados, acrescidos de 20% (vinte por cento), a título de administração.

Parágrafo único - Decorridos 30 (trinta) dias do término das obras ou serviços e, não comparecendo o proprietário ou seu representante, o débito será lançado em dívida ativa para imediata cobrança administrativa ou judicial, acumulada de juros e correção monetária.

Art. 83. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 200 a 800 UFMs.

SEÇÃO V DA COLETA DE LIXO

Art. 84. O lixo resultante de atividades residenciais, comerciais e de prestação de serviços será removido nos dias e horários pré-determinados pelo serviço de limpeza pública urbana, através do serviço de coleta, que lhe dará a destinação final adequada e legalmente prevista.

§ 1º. O lixo deverá ser acondicionado em recipientes próprios ou sacos plásticos, com capacidade máxima de 100 (cem) litros, devendo ser colocado em lugar apropriado, conforme determinado pelo Código de Obras do Município, com os cuidados necessários para que não venha a ser espalhado nas vias e logradouros públicos.

§ 2º. Os resíduos constituídos por materiais perfuro-cortante deverão ser acondicionados de maneira a não por em risco a segurança dos coletores.

§ 3º. Na área de coleta, além dos dias predeterminados pelo serviço de limpeza urbana, deverá ser respeitado o horário de colocação do lixo nas vias e logradouros públicos, conforme lei específica.

Art. 85. Para efeito do serviço de coleta domiciliar de lixo não serão passíveis de recolhimento, resíduos industriais, de oficinas, os restos de material de construção ou entulhos provenientes de obras ou demolições, bem como, folhas, galhos de árvores dos jardins e quintais particulares.

§ 1º. O lixo enquadrado no "caput" deste artigo será removido às custas dos respectivos proprietários, ou responsáveis, devendo os resíduos industriais destinarem-se a local previamente designado e autorizado pela Administração Pública e, no que couber, pelos órgãos ambientais competentes.

§ 2º. Fica facultada, mediante análise, conveniência e autorização do proprietário, a obtenção de autorização especial do Município para o aterramento de terrenos baldios com detritos, entulhos provenientes de obras ou demolições ou similares, respeitada a legislação pertinente.

Art. 86. O lixo hospitalar e/ou o produto de incineração promovida pelo próprio hospital deverá ser depositado em coletores apropriados com capacidade, dimensão e características estabelecidas pela Norma Brasileira, sendo o recolhimento, transporte e destino final, feito pelo serviço especial de coleta diferenciada.

Art. 87. Os cadáveres de animais encontrados nos logradouros públicos, na área urbana, serão recolhidos pelo Município que providenciará destino final adequado.

Art. 88. Nas edificações residenciais coletivas com mais de dois (02) pavimentos, deverá existir depósito coletor geral no pavimento térreo, situado em local de fácil acesso aos coletores, conforme

o disposto no Código de Obras.

Art. 89. As caçambas móveis de recolhimento individual, destinado a coleta de lixo, entulhos e similares, deverão obedecer as Normas pertinentes.

Art. 90. As atividades de limpa-fossas só poderão ser exercidas por empresas licenciadas pelo Município.

Art. 91. O lixo gerado na área e no seu entorno, de eventos coletivos, tais como: feiras, circos, rodeios, shows, ou similares, será de responsabilidade dos promotores, desde a coleta até a destinação final adequada.

Art. 92. Na infração de qualquer dispositivo desta Seção, será imposta multa de 200 a 800 UFMs.

CAPÍTULO V DA ORDEM PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 93. O Município deverá zelar pela manutenção da ordem e do sossego público em todo o território do Município, de acordo com as disposições da legislação municipal e das normas adotadas pelo Estado e pela União.

Art. 94. No interior dos estabelecimentos que vendam ou não bebidas alcoólicas, e que funcionem no período noturno, os proprietários, gerentes ou equivalentes serão responsáveis pela manutenção da ordem e da moralidade.

Parágrafo único. As desordens, algazarras ou barulhos, porventura verificados no interior dos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada, na reincidência, a licença para seu funcionamento, fechando-se de imediato o estabelecimento.

Art. 95. É proibido pichar, escrever, pintar ou gravar figuras nas fachadas dos prédios, nas casas, nos muros, nos postes, nas passarelas e nas placas de sinalização ou em qualquer superfície localizada em logradouros públicos, exceto autorizado pelo órgão competente.

Art. 96. É proibido rasgar, riscar ou inutilizar editais ou avisos afixados em lugares públicos.

Art. 97. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção, será imposta multa correspondente ao valor de 500 a 1200 UFMs.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Art. 98. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, associação ou entidade diversa, poderá funcionar sem a prévia licença do Município, que só será concedida mediante requerimento do interessado, observada as disposições deste Código, e demais normas legais regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. Deverá ser fechado todo estabelecimento que exercer atividade sem a necessária licença, expedida em conformidade com o "caput" deste artigo, e demais normas definidas nesta Seção.

Art. 99. Para ser concedida licença de funcionamento pelo Município, a edificação e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviços, qualquer que

seja o ramo de atividade a que se destina, deverá ser previamente vistoriada pelo órgão competente, no que diz respeito às seguintes condições:

- I - compatibilidade da atividade com as diretrizes do Plano Diretor;
- II - adequação do prédio e das instalações às atividades que serão exercidas, em conformidade com o Código de Obras;
- III - relativas à segurança, prevenção contra incêndio, moral e sossego público, previstas neste Código e demais legislações pertinentes;
- IV - requisitos de higiene pública e proteção ambiental, de acordo com normas específicas, elaboradas pela Município.

§ 1º. O Alvará de Licença deverá ser renovado anualmente, sob pena de interdição do estabelecimento, além da cobrança das eventuais multas devidas.

§ 2º. Para mudança de local de estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço, deverá ser solicitada a necessária permissão ao Município, que verificará se o novo local satisfaz às disposições legais.

Art. 100. Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o Alvará de Localização em lugar visível, e o exibirá à autoridade competente, sempre que esta o exigir.

Art. 101. Com base em legislação específica, não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que, pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública ou causar incômodo à vizinhança.

Parágrafo único. As indústrias instaladas no Município deverão obedecer às normas técnicas ambientais estaduais e federais pertinentes.

Art. 102. A licença de localização poderá ser cassada:

- I - quando se tratar de atividade diferente do requerido;
- II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, do sossego, da segurança pública e da proteção ambiental;
- III - se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;
- IV - por solicitação da autoridade competente, mediante provas fundamentadas.

Parágrafo único - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 103. Aplica-se o disposto nesta Seção, ao comércio de alimentos preparados e de refrigerantes, quando realizados em quiosques, vagões, vagonetes, "trailers" e quando montados em veículos automotores ou por estes tracionáveis.

§ 1º. É vedado o estacionamento desses veículos ou de seus componentes em vias e logradouros públicos do Município, salvo se autorizado na forma da lei.

§ 2º. O pedido de licença deste tipo de comércio deverá ser instruído com prova de propriedade do terreno aonde irá se localizar, ou documento hábil, no qual o proprietário autoriza o interessado a estacionar o comércio sobre o imóvel de sua propriedade.

Art. 104. Os requerimentos para a instalação de qualquer estabelecimento previsto nesta Seção, fornecidos pelo Município através de formulário próprio, deverão conter os seguintes dados:

- I - nome completo ou razão social do requerente;
- II - endereço completo do requerente e o endereço onde se pretende instalar a atividade;
- III - CPF ou identidade, quando for pessoa física e CNPJ, quando for pessoa jurídica;

IV - indicar se o alvará é referente a estabelecimento de autônomo ou firma, e a data do início das atividades;

V - local e data;

VI - título de propriedade do imóvel ou autorização do proprietário, no caso de comércio que se enquadre no disposto neste Código.

VII - assinatura do requerente ou seu representante legal.

Parágrafo único. Deverão acompanhar o pedido os seguintes documentos:

I - contrato social (CNPJ) para pessoa jurídica;

II - carteira de identidade para pessoa física;

III - alvará sanitário, quando for o caso.

Art. 105. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 500 a 1500 UFMs.

SEÇÃO III DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 106. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, tanto atacadistas como varejistas é livre, devendo obedecer às normas desta seção e os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho, e obedecer ao plano diretor participativo Municipal.

Art. 107. Mediante ato especial, o Prefeito Municipal poderá limitar ou estender o horário de funcionamento dos estabelecimentos, quando:

I - houver, a critério dos órgãos competentes, necessidade de escalonar o horário de funcionamento dos diversos usos, a fim de evitar congestionamentos no trânsito;

II - atender às requisições legais e justificativas das autoridades competentes, sobre estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam o decoro público, ou reincidam nas infrações da legislação do trabalho;

III - da realização de eventos tradicionais do Município.

Art. 108. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 500 UFMs.

SEÇÃO IV DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 109. Para efeitos deste Código, considera-se:

I. comércio ambulante - a atividade comercial ou de prestação de serviços em logradouros públicos, cuja instalação é fixa, em locais aprovados pelo órgão competente do Município;

II. comércio ambulante transportador - a atividade comercial ou de prestação de serviços em logradouros públicos, cuja instalação é móvel, devendo estar em circulação;

III. comércio ambulante eventual - a atividade comercial ou prestação de serviços exercida em festas, exposições e eventos de curta duração.

§ 1º. Enquadra-se na categoria de comércio ambulante, descrito no inciso I, deste artigo, as Feiras Livres e Feiras de Artesanato, quando houver.

§ 2º. Não se enquadra na categoria de comércio ambulante o comércio de alimentos preparados e de refrigerantes, quando realizados em quiosques, vagões, vagonetes, trailers e quando montados em veículos automotores.

SUBSEÇÃO I DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 110. O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial do Município, mediante requerimento do

interessado.

Art. 111. A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem cumprir os critérios desta lei-complementar, sendo pessoal e intransferível.

Art. 112. Para obtenção da licença como Comércio Ambulante o interessado formalizará requerimento de Análise Prévia, que será protocolado na Prefeitura Municipal, acompanhado de:

- I - cópia do documento de identificação;
- II - comprovante de residência;
- III - carteira de saúde ou documento que a substitua;
- IV - declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;
- V - logradouros pretendidos.

Art. 113. De posse do requerimento, o Município através de seu órgão competente formulará laudo sobre a situação sócio-econômica do interessado, onde será analisado:

- I. as condições de saúde para o exercício do comércio ambulante, atestado pelo órgão competente;
- II. o grau de deficiência física se for o caso;
- III. a situação financeira e econômica no momento da licença;
- IV. o local, tipo e condições da habitação;
- V. o tempo de moradia no Município sendo de no mínimo 2 (dois anos);
- VI. histórico do exercício de atividades no Município;
- VII. não ser o interessado atacadista, atravessador ou exercer outro ramo de atividade que denote recursos econômicos não condizentes com os itens anteriores;
- VIII. não possuir mais de dois (02) membros da família a licença ou que a esteja pleiteando, considerando-se família, o marido, a mulher, os filhos e demais dependentes ou moradores da mesma casa unifamiliar;
- IX. certidão negativa de débitos municipais.

§ 1º. Aprovada a concessão da licença, ela será expedida após a apresentação do Alvará Sanitário, quando for o caso, fornecido pela autoridade competente e depois de satisfeitas as obrigações tributárias junto ao Município.

§ 2º. O não atendimento dessas obrigações, nos prazos estipulados, invalidará a licença especial.

§ 3º. Habilitado o interessado, será ele obrigado a exibir, sempre que solicitado pela fiscalização, a licença especial, sem a qual ficará sujeito à apreensão das mercadorias encontradas em seu poder.

Art. 114. A licença será requerida para um prazo mínimo de 30 (trinta) dias e o máximo de 12 (doze) meses contínuos, podendo ser renovável.

Art. 115. Ao comércio ambulante do tipo I, de acordo com o Artigo 109 é vedada a venda de:

- I. armas, munições, fogos de artifícios ou similares;
- II. medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;
- III. bebidas alcoólicas;
- IV. quaisquer outros produtos que possam causar danos à coletividade.

Parágrafo único - Aos licenciados é vedado ainda o uso de fogões, fogareiros, botijões de gás, aparelhos elétricos, vasilhames para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis na via pública, exceto quando embutidos no veículo transportador e destinados à confecção de pipoca, cachorro-quente, milho verde, pinhão, churros e similares, e devidamente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 116. Os licenciados têm obrigação de:

- I - comercializar, exclusivamente as mercadorias constantes da licença;
- II - exercer a atividade exclusivamente nos horários, locais e espaços demarcados e indicados na licença;
- III - só comercializar mercadorias em perfeitas condições de uso ou consumo;
- IV - manter-se em rigoroso asseio pessoal, das instalações e do espaço público ocupado;
- V - portar-se com respeito com o público, com os colegas e evitar a perturbação da ordem e tranquilidade pública;
- VI - transportar seus bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, sendo proibido usar os passeios para o transporte de volumes que atrapalhem a circulação de pedestres.

Parágrafo único - Será ainda exigido dos licenciados, uniforme, vassoura e cesto para lixo, e a critério do órgão competente, mesa e/ou carrocinha padronizada.

Art. 117. O abandono ou não aparecimento, sem justa causa, do licenciado ao local que lhe foi atribuído, por prazo superior a 30 (trinta) dias, bem como a ocupação de espaços que não o expressamente determinado, implicará na cassação da licença.

Art. 118. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta as seguintes sanções:

- I - multa de 50 a 200 UFM's;
- II - apreensão da mercadoria ou objetos;
- III - suspensão da licença por até 30 (trinta) dias;
- IV - cassação definitiva da licença.

Art. 119. Para o comércio de lanches rápidos, caracterizados por serem montados e realizados em carrinhos de lanches, trailers e/ou em veículos automotores, estabelecidos em espaços privados, dependerão de prévia autorização municipal e funcionarão com horários predeterminados pelo órgão competente, levando-se em conta as peculiaridades da legislação e das atividades existentes no local.

Art. 120. Para obtenção da licença especial, o interessado formalizará requerimento, que será protocolado na Prefeitura Municipal, de:

- I. cópia do documento de identificação;
- II. comprovante de residência, demonstrando que mora há mais de dois anos no Município;
- III. carteira de saúde ou documento que a substitua;
- IV. declaração sobre a origem e natureza das mercadorias a serem comercializadas;
- V. Possuir acesso a sanitários, sendo obrigatoriamente um feminino e um masculino;
- VI. Declaração do destino dos resíduos;
- VII. contrato de locação do local pretendido, com acesso a energia e água potável e tratamento de esgoto.

§ 1º Para o comércio de lanches rápidos é obrigatório o cumprimento da legislação pertinente ao Código Sanitário;

§ 2º A Vigilância Sanitária fiscalizará o tipo de lanche rápido a ser comercializado, considerando o espaço físico e equipamentos existentes no estabelecimento.

§ 3º Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado afixará a licença especial em lugar visível, e a exibirá à autoridade competente, sempre que esta o exigir.

Art. 121. Ao licenciado será permitido o uso de fogão, freezer, geladeira, fogareiro, botijão de gás, chapa para sanduíche, aparelhos elétricos, vasilhames para cozinhar, fritar, ferver ou preparar comestíveis, quando embutidos no veículo transportador e

destinados à confecção dos lanches rápidos desde que devidamente vistoriados pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 122. Nas infrações a qualquer dispositivo desta Seção serão impostas as seguintes sanções, isoladas ou cumulativas, conforme a natureza e gravidade destas:

- I - multa de 100 a 200 UFMs, duplicadas em caso de reincidência;
- II - apreensão da mercadoria ou objetos;
- III - suspensão da licença por até 30 (trinta) dias;
- IV - cassação definitiva da licença.

SEÇÃO V

DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS LOCALIZADOS NA ÁREA RURAL.

Art. 123. Aplicam-se, no que couber, aos estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais localizados na zona rural do Município, as prescrições contidas nesta lei e, em especial, o disposto nesta Seção.

Art. 124. As atividades agrícolas e industriais, tanto de fabricação ou beneficiamento, deverão respeitar no que couber, entre outras, as normas ambientais de macro drenagem, de saúde pública, trato de animais, sossego e higiene da propriedade.

Art. 125. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 300 a 1000 UFMs.

SEÇÃO VI

DOS EVENTOS PÚBLICOS

Art. 126. Os eventos públicos são os que se realizam nas vias públicas, em construções temporárias ou em recintos fechados, de livre acesso ao público, cobrando-se ou não ingresso.

Art.127. Nenhum divertimento, competição esportiva ou festejo de caráter público, como espetáculos, bailes, festas públicas, eventos e outros, poderá ser realizado sem licença do Município.

§ 1º. O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão e/ou ambiente para competição ou apresentações de espetáculos ou eventos, será instruído com:

- I - análise e aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;
- II - a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes ao zoneamento, à construção, adequação acústica, à higiene do edifício e à segurança dos equipamentos e máquinas, quando for o caso, e às normas de Proteção Contra Incêndios.

§ 2º. As exigências do § 1º não atingem as reuniões de qualquer natureza, sem entrada paga, realizadas nas sedes de clubes, entidades profissionais ou beneficentes, bem como as realizadas em residências.

§ 3º. A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 4º. As atividades citadas no "caput" deste artigo, só poderão ser licenciadas depois de vistoriadas todas as suas instalações pelos órgãos competentes.

Art. 128. Para permitir a armação de circos, barracas e similares em áreas públicas ou particulares, conforme disposto em lei, poderá o Município exigir um depósito caução de até o máximo de 2000 Unidades Padrões Municipais - UFMs como garantia de despesas com a eventual limpeza e recomposição dos logradouros.

Parágrafo único. O depósito de que trata este artigo será restituído

integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos, em caso contrário, serão deduzidas do mesmo, as despesas feitas com tais serviços.

Art. 129. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 300 a 1200 UFMs.

SEÇÃO VII

DOS SONS E RUÍDOS

Art. 130. É proibido perturbar o bem-estar e o sossego público ou de vizinhança com ruídos, barulhos, sons excessivos e incômodos de qualquer natureza, e que ultrapassem os níveis de intensidade sonoros superiores aos fixados no presente Código e legislação pertinente.

§ 1º. Os ruídos, barulhos ou sons excessivos referidos neste artigo são:

- I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosos, ou com estes em mal estado de funcionamento;
- II - os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;
- III - a propaganda sonora realizada através de veículos com alto-falantes, megafones, bumbos, tambores e cornetas, entre outros, sem prévia autorização do Município;
- IV - o uso de alto-falantes, amplificadores de som ou aparelhos similares, inclusive portáteis, usados por ambulantes, nas vias e passeios públicos, ou som proveniente de qualquer fonte sonora, mesmo instalada ou proveniente do interior de estabelecimentos, desde que se façam ouvir fora do recinto;
- V - os produzidos por arma de fogo;
- VI - os de moedores, bombas e demais fogos ruidosos, em qualquer circunstância, desde que não autorizado pelo órgão competente;
- VII - música excessivamente alta proveniente de lojas de discos e aparelhos musicais, academias de ginástica e dança, jogos eletrônicos, som automotivo e similares;
- VIII - os apitos ou sirenes de fábricas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos, ou depois das 22h00min (vinte e duas horas) até às 06h00min (seis horas);
- IX - os batuques e outros divertimentos congêneres, sem licença do Município.

§ 2º. Excetuam-se das proibições deste artigo:

- I - os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de ambulâncias, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;
- II - as máquinas, equipamentos, motores e aparelhos utilizados em construções ou obras de qualquer natureza, licenciados pelo Município, desde que funcionem das 7h00min (sete horas) às 20h00min (vinte horas), e respeitem os índices sonoros máximos estabelecidos no presente Código;
- III - os apitos das rondas e guardas policiais;
- IV - as manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões desportivas, festejos típicos, carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, banda de música, desde que se realizem em horários e locais previamente autorizados pelo Município, ou nas circunstâncias consagradas pela tradição;
- V - as vozes ou aparelhos usados em propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria;
- VI - os sinos de igrejas, templos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou anunciar atos religiosos, desde que não ultrapassem o volume estabelecido pela legislação pertinente.

Art. 131. As casas de comércio, prestação de serviços, indústrias, locais de diversão de acesso público como bares, restaurantes, boates, clubes e similares, nos quais haja ruído, execução ou reprodução de música, além das demais atividades, com restrições de intensidade sonora, autorizadas pelo Município, citados nesta

Seção, deverão adotar em suas instalações, materiais, recursos e equipamentos de modo a conter a intensidade sonora no seu interior, para não perturbar o sossego da vizinhança.

Art. 132. Os níveis máximos de intensidade de sons ou ruídos permitidos estão definidos por ZONA na Lei Complementar do Plano Diretor.

Art. 133. Na infração a qualquer dispositivo desta seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 600 UFM's;

SEÇÃO VII DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 134. Ficam sujeitos à proibição, desde que não atendam as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária, criar, manter ou tratar animais que produzam mau cheiro ou provoquem incômodo exagerado, tornando-se inconvenientes ao bem estar da vizinhança, nos limites do perímetro urbano do Município.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo, a criação de animais domésticos ou àqueles destinados ao abastecimento familiar.

Art. 135. A criação de animais para reprodução, montaria, corte e/ou produção de leite e ovos, em coqueiras, granjas avícolas, canis, estábulos, chácara, fazendas e sítios, que comprovadamente constituírem propriedades produtivas com existência anterior à sua inclusão no perímetro urbano, deverão ser regularizados pelo Município e Vigilância Sanitária.

Art. 136. Às atuais coqueiras, granjas avícolas, canis, estábulos ou instalações mencionadas no artigo anterior, que estejam em desacordo com as disposições desta lei, fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias, improrrogáveis, para a sua adaptação, findo o qual poderão as mesmas serem interditadas.

Art. 137. É proibida a permanência de animais soltos nas vias públicas localizadas na área urbana do Município, sem a devida responsabilidade de seu dono.

§ 1º. Qualquer animal considerado feroz, principalmente os das raças: "pit bull", rottweiler dobermann, boxer ou pastor alemão, somente poderão andar nas vias públicas desde que utilizem focinheira e estejam na companhia do seu dono ou responsável de maior idade, respondendo este, pelos danos de natureza cível e penal que o animal causar a terceiros.

§ 2º. Os animais encontrados soltos nas vias e logradouros públicos poderão ser recolhidos pela Municipalidade, devendo estes, serem retirados dentro do prazo máximo de cinco (05) dias úteis, mediante pagamento da multa e das taxas devidas.

§ 3º. Os animais não retirados no prazo designado no parágrafo anterior poderão ser:

I - doados a entidades de proteção aos animais;

II - doados a instituições filantrópicas ou universitárias para fins de experiências científicas;

§ 4º. Os animais encontrados com sinais evidentes de doença contagiosa e/ou perigosa serão imediatamente recolhidos, sacrificados, incinerados ou enterrados.

§ 5º. A exibição em logradouros públicos de animais e/ou perigosos, depende de prévia autorização municipal e a adoção de precauções necessárias para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 138. Ficam autorizados o ingresso e a permanência de cães-guia acompanhados de pessoas portadoras de deficiência visual

ou de treinador ou acompanhante habilitado, nas repartições públicas ou privadas, no transporte coletivo municipal, em todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial, de serviços ou de promoção, proteção e recuperação da saúde e demais locais públicos, aos quais outras pessoas têm direito ou permissão de acesso;

Art. 139. É proibido a qualquer pessoa maltratar animais ou praticar atos de crueldade, castigo, violência, sofrimento e abandono, que resultem ou não em perturbação à ordem, ao sossego e a higiene pública.

Art. 140. É proibido instalar armadilhas para caçar em qualquer local do território municipal, respeitadas as disposições da legislação pertinente.

Art. 141. Todo proprietário, arrendatário ou inquilino de casa, sítio, chácara ou terreno, cultivado ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros ou redutos de outros insetos nocivos existentes dentro de sua propriedade, de acordo com a Vigilância Sanitária.

§ 1º. Verificada a existência de formigueiros ou outros insetos nocivos, pelos agentes fiscais da Município, será feita a intimação ao responsável, para que no prazo de 20 (vinte) dias proceda seu extermínio.

§ 2º. Se no prazo fixado não forem extintos os insetos nocivos, o Município, às expensas do proprietário ou ocupante do imóvel, fará o extermínio.

Art. 142. Na infração a qualquer dispositivo deste Capítulo será imposta multa correspondente ao valor de 100 a 500 UFM's.

SEÇÃO VIII DO USO E OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 143. Todo o exercício de atividade transitória ou permanente, de caráter festivo, esportivo, comercial, de serviço publicitário, que se utilizem de qualquer forma de construção, instalação, uso de equipamento, perfurações ou ações similares, sobre o logradouro público, necessitarão de autorização específica do Município, atendidas no que couber, as disposições desta seção.

SUBSEÇÃO II DOS PASSEIOS, MUROS E CERCAS

Art. 144. Compete ao proprietário do imóvel ou ao seu ocupante, a execução e conservação de passeios, muros, cercas e muralhas de sustentação.

Art. 145. Nos imóveis localizados em vias pavimentadas é obrigatória a execução e manutenção de passeios, em toda extensão da sua testada.

Parágrafo único. Os passeios serão executados de acordo com especificações técnicas fornecidas pelo setor competente do Município, que observará, obrigatoriamente, o uso de material liso e antiderrapante no seu leito, sem obstáculos de qualquer natureza, exceto os indispensáveis e de utilidade pública, previstos oficialmente.

Art. 146. Os fechos e/ou muros divisórios de propriedades deverão respeitar as dimensões estabelecidas no código de obras.

Art. 147. É proibida a execução, na Macrozona Urbana do Município, de cerca de arame farpado ou similar, a menos de 2,50m

(dois metros e cinquenta centímetros) de altura em referência ao nível do passeio.

Art. 148. Sempre que o nível de qualquer terreno, edificado ou não, for superior ao nível do logradouro em que o mesmo se situe, o Município exigirá, quando for o caso, do proprietário, de acordo com as necessidades técnicas e o que dispuser o Código de Obras, a construção de muralhas de sustentação ou revestimento de terras.

Parágrafo único. Na ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Município poderá exigir ainda do proprietário do terreno, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro público ou aos proprietários vizinhos.

Art. 149. Ao serem notificados pelo Município a executar o fechamento de terrenos e outras obras necessárias, os proprietários que não atenderem à notificação ficarão sujeitos, além da multa correspondente, ao pagamento do custo dos serviços feitos pelo Município, acrescido de 20% (vinte por cento), a título de administração.

Art. 150. Na infração a qualquer dispositivo desta Subseção será imposta multa correspondente ao valor de 300 a 1.000 UFMs.

SUBSEÇÃO III DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

Art. 151. É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar a arborização pública, sendo estes serviços de competência exclusiva do Município.

§ 1º. A proibição deste artigo é extensiva às concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, ressalvados os casos em que houver autorização específica do Município e/ou quando a arborização oferecer risco iminente ao patrimônio ou a integridade física de qualquer cidadão, originado por fenômenos climáticos.

§ 2º. Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune ao corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico, ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições das leis estaduais e federais pertinentes.

Art. 152. Não será permitida a utilização da arborização pública para colocar cartazes, anúncios, faixas ou afixar cabos e fios, nem para suporte e apoio a instalações de qualquer natureza ou finalidade.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição deste artigo:

- I - a decoração natalina de iniciativa do Município;
- II - a decoração utilizada em desfiles de caráter público, executados ou autorizados pelo Município.

Art. 153. Nas praças e/ou logradouros públicos é proibido, sob pena de multa e reparo do dano causado:

- I - danificar árvores e caminhar sobre os gramados e canteiros, colher flores ou tirar mudas de plantas;
- II - danificar o pavimento ou remover, sem autorização, qualquer equipamento instalado;
- III - armar barracas, coretos, palanques ou similares ou fazer ponto de venda e propaganda, sem prévia autorização do Município.

Art. 154. Na infração a qualquer dispositivo desta Subseção será aplicada multa correspondente ao valor de 200 a 800 UFMs.

SUBSEÇÃO IV DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 155. Considera-se mobiliário urbano, as lixeiras, bancos, re-lógios, bebedouros, abrigos para usuários do transporte coletivo, postes da iluminação pública, sinalização, indicação do nome de ruas, floreiras, cabines telefônicas e assemelhados, instalados nas vias e praças públicas, tanto de iniciativa pública quanto privada.

Art. 156. O mobiliário referido no artigo anterior, com ou sem inscrição de propaganda comercial, ou da concessionária, só poderá ser instalado com autorização do Município, na forma da lei, se apresentar real interesse para o público, não prejudicar a estética da cidade e nem a circulação, bem como o acesso de pessoas ou veículos de qualquer espécie às edificações.

Art. 157. É expressamente proibido depredar, pichar, quebrar ou inutilizar equipamentos urbanos, sob pena de sofrer sanções previstas neste Código.

Art. 158. Na infração a qualquer dispositivo desta subseção, será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 700 UFMs.

SUBSEÇÃO V DA OCUPAÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS

Art. 159. Os passeios dos logradouros públicos, bem como as áreas de recuo frontal, podem ser ocupados para a colocação de mesas e cadeiras, por hotéis, bares, restaurantes e similares, legalmente instalados, desde que obedecido o disposto nesta Subseção, e no que couber nas demais normas pertinentes.

Art. 160. A ocupação referida no artigo anterior, dependerá de autorização fornecida a título precário pelo Município, devendo ser complementar e posterior à autorização de funcionamento do estabelecimento.

Art. 161. Os estabelecimentos que objetivarem autorização para ocupação de logradouro com mesas e cadeiras ficarão sujeitos a:

I - manter uma faixa livre mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) nas calçadas;

II - conservar em perfeito estado a área e o equipamento existente;

III - desocupar a área de forma imediata, total ou parcialmente, em caráter definitivo ou temporário, através de intimação pelo setor competente para atender:

- a) a realização de obra pública de reparo e/ou manutenção;
- b) a realização de desfiles, comemorações, ou eventos de caráter cívico, turísticos, desportivos e congêneres;
- c) ao interesse público, visando aproveitamento diverso do logradouro.

Parágrafo único. A desocupação decorrente das condições acima referidas, não incorrerá em nenhum ônus para a administração municipal.

Art. 162. Na infração a qualquer dispositivo desta Subseção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 700 UFMs.

SUBSEÇÃO VI DOS QUIOSQUES EM ÁREAS PÚBLICAS

Art. 163. A colocação de quiosques comerciais, nos logradouros públicos, depende de licença do Município, sendo considerada Permissão de Serviço Público.

§ 1º. A cada comerciante será concedida uma única licença, sempre de caráter provisório, não podendo assim o comerciante ser permissionário de mais um quiosque.

§ 2º. A permissão é exclusiva do permissionário, só podendo ser transferida para terceiros com anuência do Município, obedecido o disposto no §1º deste artigo, sob pena de cassação sumária da

permissão.

Art. 164. Os requerimentos da licença, firmados pela pessoa interessada e instruídos com croqui da planta de localização em duas vias, serão apresentados ao Município para serem analisados nos seguintes aspectos:

- I - não prejudiquem a visibilidade e o acesso das edificações frontais mais próximas;
- II - serem colocadas de forma a não prejudicarem o livre trânsito do público nas calçadas e a visibilidade dos condutores de veículos;
- III - apresentarem bom aspecto estético, obedecendo aos modelos e padrões propostos pelo Município;

Art. 165. Para atender ao interesse público e por iniciativa da Administração Pública, a qualquer tempo poderá ser mudado o local do quiosque.

Art. 166. As licenças para funcionamento das bancas devem ser afixadas em lugar visível.

Art. 167. Os comerciantes não poderão:

- I - fazer uso de árvores, postes, hastes da sinalização urbana, caixotes, tábuas e toldos para aumentar ou cobrir o quiosque;
- II - exibir ou depositar mercadorias em caixotes ou no solo;
- III - aumentar ou modificar o modelo do quiosque aprovado pelo Município;
- IV - mudar o local de instalação do quiosque.

Art. 168. Na infração a qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 700 UFMs.

SUBSEÇÃO VII DAS BARRACAS, CORETOS E PALANQUES

Art. 169. A armação, nos logradouros públicos, de barracas, coretos e palanques ou similares, provisórios, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, depende de licença do Municipal.

§ 1º. Na instalação de barracas deverão ser observados os seguintes requisitos:

- I - contar com a aprovação do tipo de barraca, pelo Município, apresentando bom aspecto estético;
- II - funcionar exclusivamente no horário, período e local do evento para a qual foram licenciadas;
- III - apresentarem condições de segurança;
- IV - não causarem danos a árvores, o sistema de iluminação, as redes telefônicas e de distribuição de energia elétrica;
- V - quando destinadas a venda de refrigerantes e alimentos, deverão ser obedecidas as disposições da Vigilância Sanitária relativas à higiene dos alimentos e mercadorias expostas à venda.

Art. 170. Na infração de qualquer dispositivo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 100 a 700 UFMs.

SUBSEÇÃO VIII DOS TOLDOS, LETREIROS E ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Art. 171. A instalação de toldos, móveis ou fixos, à frente de lojas ou de outros estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, construídos junto ao alinhamento predial, será permitido desde que satisfaçam as seguintes condições:

- I - obedeçam a um recuo de 0,70m (setenta centímetros) em relação ao meio-fio;
- II - não tenha no pavimento térreo nenhum dos seus elementos constitutivos inferior de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) em relação ao nível do passeio;
- III - não prejudiquem a arborização e a iluminação pública nem

ocultem placas denominativas de logradouros e/ou sinalização pública.

IV - não prejudiquem a caminhabilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme a normas técnicas da ABNT.

Parágrafo único. Será permitida a colocação de toldos metálicos constituídos por placa, providos ou não de dispositivos reguladores da inclinação com relação ao plano da fachada ou dotados de movimento de contração e distensão, desde que satisfaçam às seguintes exigências:

- I - o material utilizado deve ser seguro, não sendo permitida a utilização de material quebrável ou estilhaçável;
- II - o mecanismo de inclinação deverá garantir perfeita segurança e estabilidade ao toldo.

Art. 172. Fica facultado o uso de toldos, destinados ao acesso de pessoas, com extensão e apoio sobre o passeio, aos estabelecimentos que desenvolvam atividades no ramo de hotéis, restaurantes, clubes noturnos e cinemas, desde que possuam acesso frontal direto de veículos e estejam regularmente instalados, devendo respeitar:

- I - largura máxima, no sentido transversal à via, de 3,00m (três metros);
- II - altura mínima livre de 2,20m (dois metros e vinte centímetros);
- III - altura máxima construtiva de 3,00m (três metros);
- IV - recuo de 0,60m (sessenta centímetros) do meio-fio para apoio no passeio;
- V - não possuir vedação lateral;
- VI - vedação de cobertura através de tecido impermeabilizado, plástico, lona, borracha ou similares;
- VII - não prejudicar a arborização, a rede de energia elétrica e iluminação pública, nem ocultar placas de nomenclatura de logradouros e/ou sinalização pública.

Art. 173. Para a colocação de toldos, o requerimento ao Município deverá ser acompanhado de desenho explicativo na escala mínima de 1:100 (um para cem), representando uma seção perpendicular à fachada, na qual figurem o perfil da fachada, o toldo e a largura do passeio, com as respectivas cotas.

Art. 174. A afixação de letreiros e anúncios publicitários referentes a estabelecimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviços, depende de licença prévia do órgão competente da Municipalidade, encaminhada mediante requerimento do interessado.

Parágrafo único. A fixação de anúncios publicitários poderá ser feita também em edifícios residenciais, desde que obedecidas as demais exigências desta lei complementar.

Art. 175. Para os fins deste código, consideram-se:

- I - letreiros as indicações colocadas no próprio local onde a atividade é exercida, contendo no máximo o nome do estabelecimento, a marca, o "slogan", o nome fantasia, o logotipo, a atividade principal, o endereço físico ou eletrônico e o telefone;
- II - anúncios publicitários às indicações de referências de produtos, serviços ou atividades através de placas, painéis, totens, "outdoors" ou qualquer meio de veiculação de mensagem publicitária, colocados em local estranho àquele em que a atividade é exercida ou no próprio local, quando as referências extrapolarem às contidas no inciso anterior.

Parágrafo único. Toda e qualquer indicação colocada sobre a cobertura dos edifícios será considerada anúncio publicitário.

Art. 176. A licença de publicidade deverá ser requerida ao órgão municipal competente, instruído o pedido com as especificações técnicas e apresentação dos documentos do interessado.

Art. 177. Os letreiros e anúncios poderão ser afixados diretamente na fachada dos estabelecimentos, paralela ou perpendicularmente, ou quando houver recuo frontal, sobre aparato próprio de sustentação, até o alinhamento predial.

Art. 178. Para a expedição da licença dos letreiros e anúncios, serão observadas as seguintes normas:

I - para cada estabelecimento será autorizada uma área para o letreiro, nunca superior ao comprimento da fachada do próprio estabelecimento;

II - no caso de mais um estabelecimento no térreo de uma mesma edificação, a área destinada ao letreiro deverá ser subdividida proporcionalmente entre todos e, aqueles situados acima do térreo, deverão anunciar no "hall" de entrada;

III - será considerada, para efeito de cálculo da área de publicidade exposta, qualquer inscrição direta em toldos e marquises;

IV - será permitida a subdivisão do letreiro, desde que a soma das áreas de suas faces não ultrapasse a área total permitida;

V - será permitido letreiro com anúncio incorporado, desde que a área do anúncio não ultrapasse 1/3 (um terço) da área total do letreiro;

VI - os letreiros deverão respeitar uma altura livre mínima em relação ao nível do passeio de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para os perpendiculares e, 2,20m (dois metros e vinte centímetros) para os paralelos, sendo que estes não poderão distar do plano da fachada mais de 0,20m (vinte centímetros);

VII - os letreiros e anúncios perpendiculares à fachada, no caso de edificação situada no alinhamento predial, ficam limitados à largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros), não podendo a sua projeção ultrapassar a metade da largura do passeio;

VIII - nas edificações situadas no alinhamento predial e localizadas a menos de 10,00m (dez metros) das esquinas, os letreiros e anúncios deverão ter a sua posição paralela à fachada, não podendo distar do plano desta mais de 0,20m (vinte centímetros);

IX - os letreiros e anúncios não poderão encobrir elementos construtivos que compõem o desenho da fachada, interferindo na composição estética da mesma quando se tratar de edificação de valor histórico, artístico e cultural;

X - são permitidos anúncios em terrenos não edificadas, ficando sua colocação condicionada à capina e remoção de detritos, durante todo o tempo em que o mesmo estiver exposto, não sendo admitido corte de árvores para viabilizar a instalação dos mesmos;

XI - os anúncios deverão observar área máxima de 30,00 m² (trinta metros quadrados), contendo, em local visível, a identificação da empresa de publicidade e o número da licença afixado em placa de no máximo 0,15 x 0,30m (quinze por trinta centímetros), observados os seguintes parâmetros:

- a) um metro e meio em relação às divisas do terreno;
- b) recuo do alinhamento predial, de acordo com o exigido para a via na qual se implantar o anúncio, ou, excepcionalmente, havendo edificações contíguas, o menor recuo destas;
- c) em terrenos não edificadas lindeiros à faixa de domínio das rodovias, poderá ser autorizado o anúncio, desde que observados os parâmetros do presente artigo e uma faixa "non aedificandi" de 15,00m (quinze metros) além da faixa de domínio público das rodovias.

Art. 179. É vedada a publicidade quando:

I - em Áreas de Preservação Ambiental definidas por lei;

II - em bens de uso comum do povo, tais como: praças, parques, jardins, cemitérios, túneis, rótulas, trevos, canteiros, pontes, viadutos, passarelas, calçadas, postes, árvores e monumentos e outros similares;

III - obstruir a visão do Patrimônio Ambiental Urbano, tais como: conjuntos arquitetônicos ou elementos de interesse histórico, paisagístico ou cultural, assim definidos em Lei;

IV - obstruir ou reduzir o vão das portas, janelas ou qualquer abertura destinada à iluminação ou ventilação;

V - oferecer perigo físico ou risco material;

VI - obstruir ou prejudicar a visibilidade da sinalização do trânsito, placa de numeração, nomenclatura de ruas e outras informações oficiais;

VII - empregar luzes ou inscrições que conflitem com sinais de trânsito ou dificultem sua identificação.

VIII - em faixas, inscrições, plaquetas e similares ou balões de qualquer natureza, sobre as vias públicas;

IX - em volantes, panfletos e similares distribuídos em semáforos, e por lançamentos aéreos;

X - em faixas de domínio de rodovias, ferrovias, redes de energia e dutos em uso;

XI - atente à moral e aos bons costumes;

XII - ao ar-livre em base de espelho;

Art. 180. A critério do órgão municipal competente, ouvido o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial ou seu órgão similar, poderão ser admitidos:

I - publicidade sobre a cobertura de edifícios, de uso exclusivamente comercial, observado as normas estaduais e federais pertinentes, quando for o caso, devendo o respectivo requerimento ser acompanhado de:

a) fotografia do local;

b) projeto detalhado, subscrito por profissional responsável por sua colocação e segurança;

c) cópia da Ata da Assembléia ou documento equivalente aprovando a instalação e autorização expressa do síndico com firma reconhecida;

II - decorações e faixas temporárias, distribuição de volantes, panfletos e similares, relativos a eventos populares, religiosos, culturais, cívicos ou de interesse público nas vias e logradouros públicos ou fachadas de edifícios;

III - publicidade móvel, sonora ou não, mesmo em veículos, segundo legislação específica;

IV - publicidade em mobiliário e equipamento social e urbano;

V - painéis artísticos em muros e paredes;

VI - publicidade colada ou pintada diretamente em portas de aço, muros ou paredes frontais ao passeio, vias ou logradouros públicos ou visíveis destes;

Art. 181. A exibição de anúncios com finalidade educativa e cultural, bem como os de propaganda política de partidos e candidatos, regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral - TRE será permitida, respeitadas as normas próprias que regulam a matéria.

Parágrafo Único. Todos os anúncios, referentes à propaganda eleitoral, deverão ser retirados pelos responsáveis até 15 (quinze) dias após a realização de eleições e plebiscitos.

Art. 182. A licença para letreiros e anúncios será expedida por prazo indeterminado e, quando for o caso, a título precário, pelo órgão municipal responsável.

§ 1º. Poderá ser expedida uma única licença por conjunto de placas, painéis ou "outdoors", em um mesmo terreno, por empresa, indicada a posição de cada um e suas dimensões, respeitando-se o estabelecido no artigo 178 do presente código.

§ 2º. A mudança de localização da publicidade exigirá nova licença.

Art. 183. O Município, por motivo de segurança ou interesse público relevante, poderá determinar a remoção imediata do engenho publicitário, sem que caiba à licenciada o pagamento de qualquer indenização ou ressarcimento.

Art. 184. A transferência de concessão de licença entre empresas deverá ser solicitada previamente ao órgão competente, antes de sua efetivação, sob pena de suspensão da mesma.

Art. 185. O órgão competente notificará os infratores das normas estabelecidas nesta Sub-Seção, determinando o prazo de 15 (quinze) dias para a regularização do letreiro ou anúncio.

§ 1º. Considera-se infrator o proprietário do engenho publicitário, detentor da licença ou na falta deste, o anunciante.

§ 2º. Findo o prazo da notificação e verificada a persistência da infração, o órgão competente fará a remoção da publicidade às expensas do infrator, sem prejuízo das multas e penalidades cabíveis.

Art. 186. Os letreiros e anúncios atualmente expostos, em desacordo com as normas da presente lei, deverá ser regularizada, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação.

Art. 187. Na infração de qualquer dispositivo desta Sub-Seção, será imposta multa correspondente ao valor de 200 a 800 UFMs.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 188. O Poder Executivo expedirá os atos administrativos complementares que se fizerem necessários à fiel observância das disposições deste código.

Art. 189. Para o cumprimento do disposto neste Código e nas normas que o regulamentam, a autoridade municipal poderá valer-se do concurso de outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, mediante a celebração de convênios, consórcios, contratos ou outros ajustes.

§ 1º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que:

I - for determinado o não funcionamento da Prefeitura;

II - o expediente da Prefeitura for encerrado antes da hora normal;

§ 2º. Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia subsequente a notificação.

Art. 190. Para efeito deste Código, a Unidade Padrão Municipal será sempre a vigente na data em que a multa for aplicada.

Art. 191. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 192. Revogam-se as disposições em contrário..

José Boiteux, 24 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Decreto 107/2010

Decreto n.107/2010

REGULAMENTA HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Joselio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1- Fica limitado a 60 horas extras mensais o trabalho em jornada extraordinária a ser realizada pelo servidor, no âmbito da Administração Pública.

Art. 2º - A compensação de horas através do sistema de Banco de Horas será aplicada aos servidores do Município de José Boiteux.

§ 1º As horas suplementares realizadas acima do limite estabelecido no art. 1º deste Decreto, serão creditadas em Banco de Horas que, obrigatoriamente deverão ser convertidas em folgas sem o acréscimo dos percentuais relativos ao pagamento de horas extras, ou transformados em pecúnia sem acréscimo percentuais relativos ao pagamento de horas extras quando da não possibilidade de compensação das mesmas nos meses subsequentes.

§ 2º Poderão, ser compensadas:

I - as faltas ou ausências deferidas e justificadas pela chefia imediata;

II - as entradas tardias ou saídas antecipadas que não causam prejuízo ao serviço, reconhecidas pela chefia imediata e que não evidenciem conduta habitual, deverão ser compensadas até o final do mês da ocorrência.

III - conveniência administrativa;

§ 3º A compensação a que se refere o caput se dará a critério da chefia imediata com a dispensa do servidor em horas fracionadas, dias ou plantões de trabalho.

Art. 3º Nos locais em que não haja sistema eletrônico de registro e controle de frequência dos servidores públicos municipais, somente serão computadas como horas créditos com direito a compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas em cartão ponto e/ou registro manual através do livro ponto ou folha individual de frequência.

§ 1º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita pelo servidor, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art.4º -Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do Banco de Horas serão convertidas em pecúnia

Art. 5º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 23 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Decreto 108/2010

DECRETO nº 108/2010

Homologa Resultado do Processo Seletivo para Admissão de Professores em caráter temporário para o exercício de 2011.

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado a Classificação do Processo Seletivo para Admissão de Professores em caráter temporário para o exercício de 2011, constando relação em anexo.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de novembro de 2010.

JOSÉLIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PROFESSORES HABILITADOS

Anos Iniciais: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	029	168
2	039	164
3	032	95
4	011	89
5	026	86
6	062	84
7	048	79
8	006	75
9	072	73
10	013	73
11	007	67
12	063	66
13	025	60
14	045	60
15	049	57
16	012	52

Educação Infantil: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	029	168
2	039	164
3	032	95
5	026	86
6	062	84
7	048	79
9	072	73
12	063	66
13	025	60
14	045	60
15	049	57

Anos Iniciais e Finais: Educação Física

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	040	100
2	035	94
3	046	82
4	069	79
5	024	71
6	054	70
7	071	68
8	053	64
9	057	59

Anos Finais: HISTÓRIA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	008	81
2	055	71
3	005	67
4	010	50

Anos Finais: GEOGRAFIA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	051	88
2	037	73

Anos Finais: MATEMÁTICA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	004	72
2	042	69
3	027	54

Anos Finais: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	030	82
2	002	59
3	043	56

Anos Finais: PORTUGUÊS

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	021	107
2	001	72
3	065	56

Anos Iniciais/Finais: INGLÊS

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	020	102

Anos Iniciais/Finais: ARTES

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	034	74

Anos Finais: HISTÓRIA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	073	67

Professores Inscritos NÃO HABILITADOS

Anos Iniciais: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	030	62
2	023	53
3	031	47
4	014	42
5	068	39
6	059	30
7	009	30
8	028	28
9	058	28
10	060	26
11	041	25
12	067	24
13	050	18
14	064	9
15	015	8
16	038	5

Educação Infantil: PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	023	53
2	031	47
3	014	42
4	068	39
5	028	28
6	058	28

7	018	27
8	060	26
9	041	25
10	067	24
11	050	18
12	064	9
13	015	8
14	038	5

Anos Iniciais/Finais: Educação Física

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	070	39
2	061	37
3	019	35
4	056	34
5	047	31
6	066	30

Anos Iniciais/Finais: ARTES

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	044	66
2	016	61

Anos Finais: MATEMÁTICA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	033	8

Anos Finais: PORTUGUÊS

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	052	25

Anos Finais: HISTÓRIA

Ordem de Classificação	Número da Inscrição do Candidato	Pontuação
1	073	67

Portaria 420/2010

PORTARIA Nº 420/2010

Joselio da Silva, Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Isabel Darolt da Silva, a partir de 30.11.2010, admitida pela Portaria nº 114/2010 de 01.02.2010, no cargo temporário de Professor Nível III, com carga horária de 20 horas semanais.

José Boiteux, 17 de novembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 421/2010

PORTARIA Nº 421/2010

JOSÉLIO DA SILVA, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município e nos termos do artigo 39 da lei 170, de 28/02/1992 e art. 12 da Lei Complementar 001/2005, RESOLVE

CONCEDER, a servidora Terezinha Darolt Fossa, ocupante do cargo da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, Função Graticada FG-5, a partir de 01.11.2010.

José Boiteux, 19 de novembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 422/2010

PORTARIA Nº 422/2010

Josélio da Silva, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município combinado com o artigo 52 §2º da Lei 170/1992, RESOLVE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA 401/2010, QUE NOMEOU POR CONCURSO (01/2009), Araceli Silveira Fischer, para exercer o cargo da categoria funcional de Auxiliar Administrativo Operacional, com carga horária de 40 horas semanais, por não tomar posse do cargo dentro do prazo legal.

José Boiteux, 22 de novembro de 2010.
JOSÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL**Extrato Aviso Inexigibilidade Licitação 004.2010**

Aviso de Inexigibilidade de Licitação
Processo Licitatório 0094/2010

PREFEITURA DE LUZERNA
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2010
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0094/2010

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação da empresa HORN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME, referente à contratação do espetáculo "O Auto de Natal da Família Horn", a ser realizado no dia 12 de dezembro de 2010 nas dependências do Seminário São João Batista. Valor total contratado: R\$ 8.460,00 (oito mil quatrocentos e sessenta reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso III.

Luzerna (SC), 25 de novembro de 2010.
NORIVAL FIORIN
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1464/2010

LEI Nº. 1464/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO E DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Meleiro para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 10.165.000,00 (dez milhões, cento e sessenta e cinco mil, reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 4.235.000,00 (quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais).

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 12.920.000,00 (doze milhões, novecentos e vinte mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura - Poder Executivo em R\$ 10.320.000,00 (dez milhões, trezentos e vinte mil reais) e em R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1	RECEITAS CORRENTES.....	14.660.000,00
1.1	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.045.000,00
1.2	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	45.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	5.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.215.000,00
1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	230.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	175.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	20.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	12.000,00
2.3	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	140.000,00
9	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE.....	(1.915.000,00)
9.7	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(1.915.000,00)
	SOMA:	12.920.000,00
	TOTAL:.....	12.920.000,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.....	1.510.000,00
04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO	4.735.000,00
06	SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	1.925.000,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	45.000,00
08	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....	800.000,00
11	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	585.000,00
12	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	710.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	10.000,00
	SOMA:	10.320.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o FMS	1.955.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA- Extra-Orçamentário p/ o SAMAE	45.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES.....	600.000,00
	SOMA:	2.600.000,00
	TOTAL:.....	12.920.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração.....	1.510.000,00
08	Assistência Social.....	641.000,00
12	Educação	4.288.000,00
13	Cultura	175.000,00
15	Urbanismo.....	1.880.000,00
16	Habitação.....	69.000,00
17	Saneamento	45.000,00
20	Agricultura	486.000,00
22	Indústria	45.000,00
26	Transporte	99.000,00
27	Desporto e Lazer	272.000,00
28	Encargos Especiais.....	800.000,00
99	Reserva de Contingência.....	10.000,00
	SOMA:	10.320.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS	1.955.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE	45.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES.....	600.000,00
	SOMA:	2.600.000,00
	TOTAL:.....	12.920.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

000	Encargos Especiais.....	800.000,00
002	Administração Geral e Finanças.....	1.510.000,00
003	Educação para Todos	4.560.000,00
005	Água Potável e Saneamento.....	45.000,00
006	Promoção e Extensão Rural.....	585.000,00
007	Desenvolvimento Urbano	1.880.000,00
008	Meleiro Turismo e Cultura.....	175.000,00
009	Indústria e Comércio.....	45.000,00
010	Proteção Social	710.000,00
999	Reserva de Contingência.....	10.000,00
	SOMA:	10.320.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o FMS	1.955.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ o SAMAE	45.000,00
	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA VEREADORES.....	600.000,00
	SOMA:	2.600.000,00
	TOTAL:.....	12.920.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES.....	8.876.650,00
3.1.00.00.00.00.....	PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS.....	4.631.650,00
3.1.71.00.00.00.....	Transferências
a Consórcios Públicos.....	1.650,00
3.1.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	4.630.000,00
3.2.00.00.00.00.....	JUROS E EN-
CARGOS DA DÍVIDA.....	150.000,00
3.2.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	150.000,00
3.3.00.00.00.00.....	OUTRAS DES-
PESAS CORRENTES.....	4.095.000,00
3.3.50.00.00.00.....	Transferências
a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.....	367.000,00
3.3.71.00.00.00.....	Transferências
a Consórcios Públicos.....	2.000,00
3.3.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	3.726.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	1.433.350,00
4.4.00.00.00.00.....	INVESTIMEN-
TOS.....	933.350,00
4.4.71.00.00.00.....	Transferências
a Consórcios Públicos.....	350,00
4.4.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	933.000,00
4.6.00.00.00.00.....	AMORTIZAÇÃO
DA DÍVIDA.....	500.000,00
4.6.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	500.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA.....	10.000,00
9.9.00.00.00.00.....	RESERVA DE
CONTINGENCIA.....	10.000,00
9.9.99.00.00.00.....	Reserva de
Contingência.....	10.000,00
SOMA:.....	10.320.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário	
p/ o FMS.....	1.955.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário	
p/ o SAMAE.....	45.000,00
TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDA - Extra-Orçamentário p/ a CÂMARA	
VEREADORES.....	600.000,00
SOMA:.....	2.600.000,00
TOTAL:.....	12.920.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.955.000,00 (hum milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1 RECEITAS CORRENTES.....	875.000,00
1.1 RECEITA TRIBUTÁRIA.....	32.000,00

1.3 RECEITA PATRIMONIAL.....	2.000,00
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS.....	500,00
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	838.000,00
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	2.500,00
2 RECEITAS DE CAPITAL.....	50.000,00
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS.....	5.000,00
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	45.000,00
SOMA:.....	925.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	
1.955.000,00	
SOMA:.....	2.880.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional - programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.....	2.880.000,00
SOMA:.....	2.880.000,00
TOTAL:.....	2.880.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 SAÚDE.....	2.880.000,00
SOMA:.....	2.880.000,00
TOTAL:.....	2.880.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

004 SAÚDE PARA TODOS.....	2.880.000,00
SOMA:.....	2.880.000,00
TOTAL:.....	2.880.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES.....	2.639.000,00
3.1.00.00.00.00.....	PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS.....	1.401.500,00
3.1.71.00.00.00.....	Transferências
de Consórcios Públicos.....	20.000,00
3.1.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	1.381.500,00
3.3.00.00.00.00.....	OUTRAS DES-
PESAS CORRENTES.....	1.237.500,00
3.3.50.00.00.00.....	Transferências
a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.....	135.000,00
3.3.71.00.00.00.....	Transferências
de Consórcios Públicos.....	300.000,00
3.3.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	802.500,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	241.000,00
4.4.00.00.00.00.....	INVESTIMEN-
TOS.....	241.000,00
4.4.71.00.00.00.....	Transferências
de Consórcios Públicos.....	2.000,00
4.4.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas.....	239.000,00
SOMA:.....	2.880.000,00
TOTAL:.....	2.880.000,00

DO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Art. 4º - O Orçamento da Entidade do SAMAE - SERVIÇO

AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Serviços, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, com os seguintes desdobramentos:

1 RECEITAS CORRENTES.....	520.000,00
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	510.000,00
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00
2 RECEITAS DE CAPITAL	35.000,00
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	5.000,00
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.000,00
SOMA:	555.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - Extra-Orçamentário	
45.000,00	
TOTAL:.....	600.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

14 SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO	
600.000,00	
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 SANEAMENTO.....	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

005 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	455.000,00
3.1.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	185.000,00
3.1.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....	185.000,00
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES.....	270.000,00
3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....	270.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	145.000,00
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	145.000,00
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....	145.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO DE MELEIRO

Artigo 5º - O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE

VEREADORES DE MELEIRO para o exercício de 2011 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e fixa as Despesas em 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Recebida da PREFEITURA	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:	600.000,00

§ 2º - A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MELEIRO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 CÂMARA MUNICIPAL DE MELEIRO	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 LEGISLATIVO.....	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

001 PROCESSO LEGISLATIVO.....	600.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	545.000,00
3.1.00.00.00.00.....	PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS.....	460.000,00
3.1.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas	460.000,00
3.3.00.00.00.00.....	OUTRAS DES-
PESAS CORRENTES	85.000,00
3.3.90.00.00.00.....	Aplicações
Diretas	85.000,00
DESPESAS DE CAPITAL.....	55.000,00
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	55.000,00
4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....	55.000,00
SOMA:	600.000,00
TOTAL:.....	600.000,00

Art. 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

99 Reserva de Contingência.....	10.000,00
TOTAL:.....	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados dentro do mesmo Projeto ou Atividade, até o limite de seu saldo.

Art. 8º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12 - Durante o Exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 13 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio e/ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para execução de obras ou aquisição de equipamentos, materiais ou serviços de interesse do Município.

Art. 15 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termos de Parcelamentos de Débitos junto a outros órgãos da Administração Pública, relativos às eventuais com a CASAN, CERSUL, SECRETARIA DA RECEITRA FEDERAL e INSS.

Art. 18 - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.378/09 de 17 de Setembro de 2009 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011 - Lei Municipal nº. 1.444/10 de 08 de Setembro de 2010, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 19 - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogando as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de novembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 329/2010

PORTARIA n.º 329/2010

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 1409/2009, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora ELIANE ALEXANDRE COSTA PIROLA, ocupante do cargo de Professora act, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 11/11/2010.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 312/210.

Meleiro, 25 de Novembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 330/2010

PORTARIA n.º 330/2010

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, Lei nº 1408/2009 edital Processo seletivo, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto em substituição a Sonir Scarabelot Bordignon em virtude de término da licença prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 19/11/2010.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 301/2010.

Meleiro, 25 de novembro de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº 48/2010

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CONTRATO Nº 48/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.- CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLO LTDA. OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASALTO A RUA DOMINGOS RIGO, NUMA EXTENSÃO 2.640M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS Valor total: R\$ 93.395,36 reais. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS - Código Reduzido 02 e 35. Fundamentação legal: Processo de Licitação 25/2009 - TP 05/2009, e Art. 24, Inciso XI da lei 8666/93.

MONTE CARLO, 23/11/2010.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1416/2010

LEI Nº 1416/2010

“Dispõe sobre a distribuição de protetores solares aos funcionários públicos da prefeitura municipal de Morro da Fumaça, como fator de prevenção ao câncer de pele, e dá outras providências”.

O Excelentíssimo Senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer gratuitamente protetores solares aos funcionários públicos que, em horário laboral, mantiverem-se expostos à radiação solar.

Parágrafo Único - A relação oficial dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão, de contratados e empregados públicos da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça que serão beneficiados por meio da presente Lei, deverá ser expedida através de Portaria da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - O protetor solar de que trata a presente Lei, caso seja concedido aos servidores públicos pela Administração Municipal, passará a ser considerado ‘Equipamento de Proteção Individual’ - EPI.

§ 1º O protetor solar a ser distribuído deve possuir Fator de Proteção Solar - FPS igual ou superior a 15 (quinze).

§ 2º A distribuição do produto que trata o caput deste artigo deverá ser em quantidade suficiente para aplicabilidade em intervalo de 03 (três) horas.

§ 3º Entende-se por exposição à radiação solar todo funcionário que se mantiver ao ar livre por um tempo igual ou superior a 30 (trinta) minutos.

Art. 3º - A distribuição do protetor solar deverá estar acompanhada de recibo de entrega.

Parágrafo Único - No recibo de entrega deverá constar a data e a quantidade de entrega, a data da próxima entrega, a carga horária do funcionário público e sua respectiva assinatura.

Art. 4º - As eventuais despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por dotação orçamentária própria, consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de Novembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 098/2010

DECRETO Nº 098/2010, de 22 de novembro de 2010.

“REVOGA EM PARTE O DECRETO Nº 071/2009, E NOMEIA NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA - CONDEMA, REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL”.

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados novos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Morro da Fumaça - CONDEMA, representantes do poder público municipal, a saber:

I. Titular: Vanessa Mussói Garcia - Diretora de Departamento I
Suplente: Sandro Roberto Faraco - Assessor Jurídico

II. Titular: Baltazar de Roche - Secretário Interino de Administração e Planejamento
Suplente: Rangel de Fáveri Serafin

III. Titular: Márcia Salvan Gabriel Saviatto - Secretária da Educação e Cultura
Suplente: Mariana Guollo Recco

IV. Titular: Sônia Silveira Rocha Da Silva - Secretária Interina de Saúde
Suplente: Maria de Fátima Benincá Cechinel

V. Titular: Nelson Francisco Damázio - Secretário da Agricultura
Suplente: Deizelele Zaccaron Darolt

VI. Titular: Sérgio Casagrande - Secretário de Obras e Desenvolvimento Econômico
Suplente: Marcial Cabral Schmitz

VII. Titular: Paulo Henrique Napolini - Diretor Superintendente Interino da FUMAF
Suplente: José Luiz da Silva Sobrinho

Art. 2º - Mantêm-se as demais disposições

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de novembro de 2010.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e planejamento

Registre-se e publique-se:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário Interino de Administração e planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 452/2010

Lei Complementar Nº 452/2010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 55 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública no Morro da Cruz, fica acrescido da Ação 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública no Morro da Cruz, no valor de R\$ 1.585.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317, de 22/10/2009, referente ao Programa 55 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública no Morro da Cruz, fica acrescido da Ação 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública no Morro da Cruz, no valor de R\$ 1.585.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil reais), conforme Planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, decorre de recursos oriundos do convênio a ser firmado com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 453/2010

Lei Complementar nº 453/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, PROJETO/ATIVIDADE E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento, projeto/atividade e abrir crédito suplementar especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), para a aquisição de 02 (dois) veículos, uma ambulância e um automóvel, para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 14 - Saúde para Todos
Projeto/Ativ.: 1.047 - Aquisição de dois veículos: 01 ambulância e

01 automóvel.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas -Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 - Convênio com Ministério da Saúde R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre o valor da contrapartida de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício, com transferência para o Fundo Municipal de Saúde, e o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº 456

Lei Complementar Nº 456/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 57 - Aquisição terreno para a construção de habitações populares, fica acrescido da Ação: 1.050 - Aquisição de terreno para a construção de habitações populares, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317 de 22/10/2009, referente ao Programa 57 - Aquisição terreno para a construção de habitações populares, fica acrescido da Ação: 1.050 - Aquisição de terreno para a construção de habitações populares, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme planilha anexa a esta Lei.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta da transferência de recursos provenientes de convênio a ser firmado entre o Município e o Departamento Estadual de Defesa Civil, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de novembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial

dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº451/2010

Lei Complementar nº 451/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, PROJETO/ATIVIDADE E ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento e abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 1.585.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil reais), para Recuperação de encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública, acesso ao Morro da Cruz, conforme identificação a seguir:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

Unidade: 14.01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 695 - Turismo

Programa: 55 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública

Projeto/Ativ.: 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via Pública no Morro da Cruz

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0159.0 - Conv. com o Ministério da Integr.Nacional R\$ 1.550.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, decorre de recursos oriundos do convênio a ser firmado com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº454/2010

Lei Complementar Nº 454/2.010

Altera Planilha de Metas do Plano Plurianual - PPA 2010/2013 e Planilha de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2010.



O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Planilha de Metas do PPA 2010/2013, aprovado pela Lei Municipal nº 306, de 26/08/2009, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido da Ação: 1.047 - Aquisição de 02 veículos: 01 (uma) ambulância e 01 (um) automóvel, para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), conforme planilha anexa.

Art. 2º - A Planilha de Prioridades e Metas da LDO para 2010, aprovado pela Lei Municipal nº 317 de 22/10/2009, referente ao Programa 14 - Saúde Para Todos, fica acrescido da Ação: 1.047 - Aquisição de 02 veículos: 01 (uma) ambulância e 01 (um) automóvel, para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), conforme planilha anexa.

Art. 3º - A nova Ação incluída no PPA 2010/2013 e na LDO para 2010, correrá por conta de recursos provenientes do convênio firmado entre o município e o Ministério da Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício, com transferência para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam -se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº455/2010

Lei Complementar nº 455/2010

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA CRIAR ELEMENTO, PROJETO/ATIVIDADE E ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento, projeto/atividade e abrir crédito suplementar especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Função: 16- Habitação

Sub-Função: 482 - Habitação Urbana

Programa: 57 - Aquisição de Terreno para a Construção de Habitações Populares

Projeto/Ativ.: 1.050 - Aquisição de Terreno para a Construção de Habitações Populares

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0191-Aplicações Diretas - Transferência de Recursos - Convênio com a Defesa Civil Estadual..... R\$ 160.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º desta Lei, é decorrente de Convênio firmado entre o Município e o Departamento Estadual de Defesa Civil.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Complementar Nº457/2010

Lei Complementar nº 457/2010

Abre Crédito Suplementar e Anula Dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Proj./Ativ. 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil

(78) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

(72) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação parcial dos elementos abaixo, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação

Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação

Proj./Ativ. 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

(88) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas de Operações entre Órgãos Intergovernamentais R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial

dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 2.399

Lei nº 2.399 / 2010

Dispõe sobre a Autorização para o Repasse de Recursos Financeiros à Associação Comercial e Industrial de Nova Trento-ACINT, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Sr. Orivan Jarbas Orsi, usando das atribuições que lhe confere a Lei,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar recursos financeiros à Associação Comercial e Industrial de Nova Trento-ACINT, estabelecida à Rua Nicolau Bado, 200 - Sala 02, Bairro Bezenello, neste município, cadastrada no CNPJ sob o nº 02.860.822/0001-78, objetivando o custeio de cursos a serem realizados em parceria com indústrias estabelecidas nesta cidade.

Art. 2º - O repasse de recursos financeiros, é destinado a viabilizar a realização do projeto envolvendo diversos cursos de mão de obra qualificada, promovendo a geração de trabalho e renda, dentro das diversas áreas comerciais e industriais de Nova Trento.

Parágrafo Único: O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a serem repassados de comum acordo entre as partes.

Art. 4º - As despesas para a execução do projeto, correrá por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de novembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Lei MUNICIPAL Nº 2.400

Lei Nº 2.400/2.010

Dá Denominação a Logradouro Público.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Senhor Orivan Jarbas Orsi, usando das atribuições que lhe confere o item XXV, do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada " Rua Augusto Minatti," a via pública que inicia em frente a uma Rua Inominada, no Bairro Trinta Réis, neste município, até o seu final, tendo ao Lado Direito e Esquerdo, terras de propriedade do Sr. Alvim Bottamedi, conforme demonstra croqui em anexo.

Art. 2º - A artéria a ser denominada possui uma extensão de 223 (duzentos e vinte e três) metros, tendo a pista uma largura de 7

(sete) metros de frente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de novembro de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em Livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 106

DECRETO Nº 106/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII do Lei Orgânica Municipal e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 451, de 23/11/2010, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar especial no valor de R\$ 1.585.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil reais), para Recuperação de encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública, acesso ao Morro da Cruz, conforme identificação a seguir:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

Unidade: 14.01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico de Nova Trento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 695 - Turismo

Programa: 55 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via pública

Projeto/Ativ.: 1.046 - Recuperar encostas e 5 (cinco) mil metros de via Pública no Morro da Cruz

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0159.0 - Conv. com o Ministério da Integr.Nacional R\$ 1.550.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste decreto, decorre de recursos oriundos do convênio a ser firmado com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais), mais a contrapartida do município no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 107

DECRETO Nº 107/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 453, de 23/11/10, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), para a aquisição de 02 (dois) veículos, uma ambulância e um automóvel, para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
 Função: 10 - Saúde
 Sub-Função: 301 - Atenção Básica
 Programa: 14 - Saúde para Todos
 Projeto/Ativ.: 1.047 - Aquisição de dois veículos: 01 ambulância e 01 automóvel.
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas - Recursos OrdináriosR\$ 4.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0162 - Convênio com Ministério da SaúdeR\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste decreto, decorre o valor da contrapartida de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelo provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício, com transferência para o Fundo Municipal de Saúde, e o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2010.
 ORIVAN JARBAS ORSI
 Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
 Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 109

DECRETO Nº 109/2010

Abre Crédito Suplementar e Anula Dotação, dentro do Orçamento Vigente do Município e dá outras Providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 457, de 24/11/2010, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço das dotações abaixo descritas, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação
 Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação
 Proj./Ativ. 2.006 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil

(78) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações DiretasR\$ 90.000,00

(72) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação parcial dos elementos abaixo, dentro do orçamento vigente do Município:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Educação
 Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Educação
 Proj./Ativ. 2.005 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

(88) 3.1.91.00.00.00.00.0.1.0018 - Aplicações Diretas de Operações entre Órgãos IntergovernamentaisR\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 24 de novembro de 2010.
 ORIVAN JARBAS ORSI
 Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
 Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 110

DECRETO Nº 110/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e na forma autorizada pela Lei Complementar nº 455, de 24 de novembro de 2010, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar especial dentro do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), conforme identificação a seguir discriminado:

Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Função: 16- Habitação
 Sub-Função: 482 - Habitação Urbana
 Programa: 57 - Aquisição de Terreno para a Construção de Habitações Populares
 Projeto/Ativ.: 1.050 - Aquisição de Terreno para a Construção de Habitações Populares

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0191-Aplicações Diretas - Transferência de Recursos - Convênio com a Defesa Civil EstadualR\$ 160.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à suplementação do disposto no Art. 1º deste decreto, é decorrente de Convênio firmado entre o Município e o Departamento Estadual de Defesa Civil.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de novembro de 2010.
 ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº108

DECRETO nº 108/2010

Dispõe sobre medidas de contenção de despesas no âmbito municipal, com a finalidade de redução de gastos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a tendência de queda de arrecadação verificada no último ano e a projeção para o restante do exercício 2010;
CONSIDERANDO a necessidade de cumprir a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao equilíbrio orçamentário e financeiro do município;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de atividades essenciais e atendimentos à população;

CONSIDERANDO a existência de R\$ 422.597,37 (quatrocentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos) referentes a restos a pagar do exercício 2009, os quais são reflexos financeiros decorrentes das elevadas precipitações pluviométricas, ocorridas desde o final de 2008 e início de 2009, e que deram razão à edição do Decreto nº 109, de 22 de novembro de 2008, que declarou Estado de Calamidade Pública no Município, pelo prazo de 90 dias, tendo sido homologado pelo Decreto Estadual nº 2055, publicado no DOE em 16 de janeiro de 2009, e que, em razão da continuidade da situação crítica, originou o Decreto nº 010/2009, de 20 de fevereiro de 2009, que prorrogou a situação de calamidade pública, por mais 90 (noventa) dias, tendo o Governo do Estado por sua vez, reconhecido a situação anormal em que se encontravam 89 (oitenta e nove) municípios catarinenses, dentre eles Nova Trento, em 20 de maio de 2009 feito publicar no DOE, o Decreto nº 2323, que prorrogou por mais 180 (cento e oitenta) dias a situação emergencial no Município de Nova Trento, perdurando este até o mês de novembro de 2009;

CONSIDERANDO o significativo aumento de despesas ocorrido, devido à assunção, pelo Município, da gestão do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, o qual possui previsão de despesas em torno de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) até o final do exercício 2010;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade de se adotar medidas que venham a favorecer o controle da aplicação de recursos financeiros pelo Município, adequando-se aos preceitos contidos no § 1º, do artigo 1º e § 3º do artigo 9º, da Lei Complementar de nº 101/2000;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica limitada, a partir de 23 de novembro de 2010, a realização de empenhos de despesas municipais.

§ 1º - São excluídas da limitação prevista no caput apenas aquelas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - Não integram a limitação referida no caput os gastos decorrentes de despesa com pessoal, cujos valores estão dentro dos limites constitucionais.

§ 3º - Também não serão objetos da limitação aqui prevista os repasses do Governo Federal à Assistência Social e Secretaria de Saúde que sejam consignados a programas de atendimento em andamento.

Art. 2º - Como forma de alcançar o objetivo de que trata o art. 1º deste Decreto, poderão ocorrer rescisões unilaterais de contratos de prestação de serviços, entre o Município e pessoas físicas ou jurídicas, bem como a suspensão da concessão de auxílios, subsídios, subvenções e/ou fornecimento de bens e serviços, desde que não afetem o regular desempenho da administração, a critério de cada Secretaria.

§ 1º - Ressalvadas as transferências de origem constitucional ou legal, não será concedido, no período, apoio financeiro, a qualquer título, para:

I - o setor privado, com ou sem fins lucrativos;

II - a realização de eventos culturais.

III - a realização de eventos esportivos.

§ 2º - As vedações previstas no parágrafo anterior poderão ser excepcionadas em casos expressamente autorizados pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, mediante justificativa fundamentada da autoridade que autorizar.

Art. 3º - Ficam concedidas férias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único deste Decreto, pelo período respectivo dele constante, as quais terão como data de início o dia 01/12/2010.

§ 1º - As férias de que trata o caput deste artigo, são de excepcional interesse público, atendendo a produtividade e economicidade dos serviços públicos, ressalvando que os serviços públicos essenciais e não passíveis de interrupção restarão inalterados e assegurados.

§ 2º - Fica suspensa, por prazo indeterminado, a concessão da conversão prevista no art. 75 da Lei Municipal nº 1.207/92.

Art. 4º - O horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Nova Trento obedecerá ao disposto no Decreto nº 88/2010, sendo vedada, de qualquer forma, a extensão de horário de trabalho que implique no pagamento de prestação de serviço extraordinário (art. 134, II, da Lei Municipal 1.207/92), restando suspenso, por prazo indeterminado, o pagamento de tal verba.

Art. 5º - A concessão de diárias está condicionada à prévia autorização expressa do Prefeito Municipal, salvo no caso de transporte de pacientes por parte da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a qual deverá contar com a autorização do respectivo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Transportes e Obras deverá determinar cota para o gasto com combustível e óleos lubrificantes nos veículos, maquinários, e caminhões de toda a Secretaria, devendo ser autorizado expressamente pelo Prefeito.

Art. 7º - As despesas com obras, instalações, equipamentos e material permanente, limitadas àquelas de extrema necessidade, deverão ser precedidas de autorização prévia do Prefeito Municipal.

Art. 8º - Fica vedado a todas as Secretarias Municipais:

I - novas nomeações de servidores efetivos, comissionados, contratações ou convocações, somente em casos de substituição, devidamente justificada pelo órgão competente;

II - novos afastamentos de servidores para estudos ou cursos, com ônus para o Município;

III - a concessão de:

a) novas gratificações para prestações de serviços extraordinários, quando não autorizados expressamente pelo Prefeito Municipal ou pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças;

b) novas licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

c) licença-prêmio, quando implicarem em substituições ou convocações;

d) bolsas de estudo;

e) diárias para participação em seminários, congressos, cursos e

treinamentos em geral;

Parágrafo único - Os procedimentos e as respectivas despesas previstas neste artigo poderão, em casos excepcionais, ser autorizadas pelo Prefeito Municipal, quando presentes razões de relevante interesse público, mediante prévia e expressa justificativa.

Art. 9º - A utilização de veículos para transporte de pacientes deverá ser previamente autorizada pelo Secretário da pasta ou pelo Secretário Adjunto.

Art. 10 - Fica o Secretário Municipal de Administração e Finanças autorizado a efetuar o repasse dos valores somente referentes aos convênios já firmados e andamento em que figure como parte o Município.

Art. 11 - Fica o Secretário Municipal de Administração e Finanças autorizado a deflagrar, de ofício, o respectivo procedimento administrativo visando apurar responsabilidades por eventual descumprimento ao disposto neste Decreto.

Art. 12 - As medidas de que trata o presente Decreto, terão prazo indeterminado ou até que se estabilize a situação financeira nos patamares seguros disciplinados na legislação orçamentária municipal e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de novembro de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 23 de novembro de 2010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

Gabinete do Prefeito		
Servidor	Início	Término
Amarildo Santo Orsi	01/12/2010	20/12/2010
Secretaria Municipal de Administração e Finanças		
Servidor	Início	Término
Aliçandra Ubaldina Wolf	01/12/2010	30/12/2010
Cassiano Zanella	01/12/2010	19/01/2010
Emerson Casas Salvador	01/12/2010	30/12/2010
Janaina Tais Baraúna	01/12/2010	20/12/2010
Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário		
Servidor	Início	Término
Afonso Inácio Dalri	01/12/2010	30/12/2010
Alcirene Michalski Muller	01/12/2010	30/12/2010
Andréia Guarnieri Feller	01/12/2010	30/12/2010
Dejanila Cipriani Motta	01/12/2010	30/12/2010
Ediana Aparecida Minatti	01/12/2010	30/12/2010
Elio Will	01/12/2010	29/01/2010

Eraldina E. Schramm	01/12/2010	29/01/2010
Fernanda Voltolini	01/12/2010	10/12/2010
Genici Tomasi	01/12/2010	19/01/2010
Luciana Dalpra	01/12/2010	30/12/2010
Marcos Gonçalves Junior	01/12/2010	30/12/2010
Maria Cristina A. da Silva	01/12/2010	30/12/2010
Maria Goretti D. de Souza	01/12/2010	30/12/2010
Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação		
Servidor	Início	Término
Adauton Raulino	01/12/2010	30/12/2010

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Servidor	Início	Término
Lauri José de Jesus	01/12/2010	30/12/2010
Altair José da Conceição	01/12/2010	30/12/2010
Jeizon Luiz Voltolini	01/12/2010	30/12/2010

Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Servidor	Início	Término
Aldo Inácio Marchi	01/12/2010	30/12/2010
Altair da Silva	01/12/2010	30/12/2010
Arnaldo Mayer	01/12/2010	30/12/2010
Genésio Martinho Creppas	01/12/2010	30/12/2010
Hemerson Cadore	01/12/2010	30/12/2010
Ivo João Ferrari	01/12/2010	30/12/2010
Jaime Cadarin	01/12/2010	30/12/2010
Lecio Reuter	01/12/2010	30/12/2010
Luiz Veneri	01/12/2010	29/01/2010
Nerli dos Passos Orsi	01/12/2010	30/12/2010
Valquíria Pórfiro	01/12/2010	30/12/2010

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 428/2010

LEI nº. 428, de 25 de Novembro de 2010.

Institui Auxílio Transporte Intermunicipal para os Trabalhadores do Município de Novo Horizonte e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:



Art. 1º - Fica instituído Auxílio Transporte em pecúnia, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo intermunicipal pelos Trabalhadores do Município de Novo Horizonte, nos deslocamentos para os locais de trabalho fora do Município.
Art. 2º - Para fazer jus ao benefício o Trabalhador deverá apresentar requerimento junto à Secretaria de Administração e Fazenda, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Rg;
- b) CPF;
- c) Carteira de Trabalho;
- d) Título de eleitor;
- e) Comprovante de residência;
- f) Comprovante empregatício com a empresa, cópia contrato de trabalho ou folha de pagamento ou carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
- g) Declaração da empresa de que não fornece 100 % de cobertura de transporte;
- h) Declaração da empresa de que informará ao Município quando da rescisão do contrato de trabalho;
- i) Declaração firmada pelo Trabalhador na qual ateste a realização das despesas com transporte.

§ 1º - Presumir-se-ão verdadeiras as informações constantes da declaração de que trata este artigo, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, devendo a mesma ser atualizada pelo Trabalhador sempre que ocorrer alteração das circunstâncias que fundamentam o pagamento do auxílio.

§ 2º - Somente fará jus ao auxílio o Trabalhador que residir fisicamente no Município, vedada a percepção para aqueles cujo trabalho está restrito ao limite territorial de Novo Horizonte.

Art. 3º - O valor mensal do Auxílio Transporte será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), a serem pagos até o dia 10 do Mês subsequente.

Art. 4º - O valor de que trata o art. 3º poderá ser alterado por Decreto do Executivo.

Art. 5º - As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte/ SC, 25 de novembro de 2010.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 341/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 341/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 497/91 art. 104 RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, à servidora pública municipal, efetiva e estável MARILETE SANTOS BORGES, matrícula nº 013, de 08/11/2010 à 08/12/2010, ocupante do Cargo de Carreira de Assistente Social, referente ao quinquênio 01/03/2000 à 01/03/2005, ficando com dois períodos referentes ao quinquênio citado.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Novembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 344/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 344/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei 497/91 art. 104 RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, à servidora pública municipal, efetiva e estável ADENILDE ADELIA DOS PASSOS PEREIRA, matrícula nº 082, de 12/11/2010 à 11/12/2010, ocupante do cargo de Carreira de Auxiliar Administrativo I, referente ao quinquênio 24/04/2005 à 24/04/2010, ficando um período a gozar referente a este quinquênio.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Novembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 338/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 338/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE,
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora ELIZE TEREZINHA JORGE, matrícula nº 315, brasileira, servidora pública municipal, efetiva, ocupante do cargo de enfermeira, de 29/10/2010 até 12/11/2010, encaminhando para a perícia a partir do 16º dia.

Município de Paulo Lopes - SC, 08 de Novembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 339/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 339/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto

conforme exposição do motivo nº 088/2010, RESOLVE, AMPLIAR PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, da servidora pública Municipal ALESSANDRA DE OLIVEIRA COELHO, até 30/12/2010, matrícula 10476, ocupante do cargo de Nutricionista, no ensino Fundamental e Ensino Infantil, nomeada pela portaria nº 317/2009, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, criado pela Lei nº1346/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 08 de Novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 340/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 340/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto conforme exposição do motivo nº 056/2010, RESOLVE, EXONERAR A PEDIDO,

MARIANA DE SOUZA ROSA, matrícula nº 10509, servidora Pública Municipal, contratada temporariamente, nomeada pela portaria nº 065/2010, ocupante do cargo de Professora nível I, por não haver mais interesse em exercer atividades neste Município.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 342/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 342/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 819/98, e exposições de motivos nº 88/2010, RESOLVE, CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO,

ITALINA CAMARGO BRUNO matrícula nº 10581, ensino superior completo, para atuar no cargo de Professora de Língua Portuguesa no ensino fundamental, na Escola Básica Dr. Ivo Silveira, carga horária 20 horas com regência de classe, no prazo inicial de 09/11/2010 à 30/11/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei 1357/2009.

Município de Paulo Lopes-SC em 09 de Novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretário Mun. Administração

Portaria Nº 343/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 343/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto conforme exposição do motivo nº 026/2010, RESOLVE, AMPLIAR PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, TEREZA CRISTINA PANTOJA TELLES DE MENESES, até à 31/12/2010, matrícula nº10568, ocupante do cargo de Médica no Programa da Saúde da Família (PSF), na área 03, nomeada pela portaria nº 278/2010, vínculo junto a Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, com vencimento no quadro de carreira da saúde.

Município de Paulo Lopes-SC em 09 de Novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 345/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 345/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, AMPLIA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor, Nacionei Pereira, brasileiro, casado, servidor público municipal, efetivo e estável, matrícula nº 338, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, até 20/01/2011.

Município de Paulo Lopes - SC, 19 de Novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 346/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 346/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o disposto na

Lei nº 819/98, e exposições de motivos nº 87/2010, RESOLVE, AMPLIAR PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, da servidora Pública Municipal SILVANA RITA ZUCCHI DOS ANJOS, até 30/11/2010, matrícula nº 10578, nomeada pela portaria nº 239/2010. Vínculo junto a Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos constantes no quadro de carreira do magistério, Lei complementar nº 010/2000, em anexo III, reajustado pela lei nº 1263/2008.

Município de Paulo Lopes-SC em 19 de Novembro de 2010.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 347/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 347/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, DESIGNAR,

CARLOS ALBERTO SANCEVERINO, brasileiro, divorciado, funcionário público, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, para proceder como Leiloeiro, no LEILÃO a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2010, às 15:00 horas, conforme Edital de Licitação nº 52/2010 de 24 de novembro de 2010.

Município de Paulo Lopes - SC, 24 de Novembro de 2010
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Portaria Nº 348/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 348/2010

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, RESOLVE, DESIGNAR,

ALMERY ALCIDES VIEIRA, matrícula nº 10544, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Controle Interno, nomeado pela portaria nº 154/2010, a prestar em nome do Município as informações solicitadas pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no prazo solicitado pela mesma.

Município de Paulo Lopes - SC, 24 de Novembro de 2010
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Mun. Administração

Aviso de Leilão nº52/2010

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 52/2010

Modalidade: LEILÃO. Tipo: Maior Lance.

Prefeitura Municipal de Paulo Lopes torna-se público que no dia 13/12/2010, às 15h00min horas, realizará LEILÃO, objetivando a venda de:

I - Um PAS/AUTOMÓVEL usado, marca/modelo VW/ GOL SPE-CIAL, Placa MBH 0572, ano 2000, modelo 2000, CHASSI 9BWZZZ377YP081051, RENAVAL 734866399, Patrimonial nº. 1029;

II - Um PAS/ÔNIBUS/C.FECHADA usado, marca/modelo FORD/B 1618, Placa KNI 3037, ano/modelo 1994/1994, CHASSI 9BFYTAR-B9RDB75124REM, RENAVAL 624980073 Patrimonial nº. 1292

Edital encontra-se à disposição na Secretaria Municipal de Administração, no prédio da Prefeitura, no horário das 13:00 às 19:00 horas. Fone: (48) 3253-0161.

Paulo Lopes, 26 de novembro de 2010.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal.

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.829/10

LEI Nº 3.829, de 24 de novembro de 2010.

Dispõe sobre transposição de dotações, abre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.907.000,00 (um milhão, novecentos e sete mil reais):

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2048 – Manutenção da Saúde – Atenção Básica		
ELEMENTO	319011-103 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	04	1.005.000,00
ELEMENTO	339013-103 – Obrigações Patronais	05	330.000,00
ELEMENTO	319113-103 – Obrigações Patronais – Oper. Intra-Orçam.	06	150.000,00
ELEMENTO	339030-450 – Material de consumo	10	60.000,00
ELEMENTO	339039-450 – Outros Servs. de Terceiros – Pessoa Jurídica	14	25.000,00
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
ELEMENTO	319011-456 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	20	75.000,00

ATIVIDADE	2068 – Agentes Comunitários de Saúde		
ELEMENTO	319011-453 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	25	93.000,00
ATIVIDADE	2069 – Assistência Farmacêutica Básica		
ELEMENTO	339030-452 – Material de consumo	28	30.000,00
ATIVIDADE	2071 – Manutenção Servs. Média e Alta Complexidade		
ELEMENTO	335041-454 – Contribuições	80	5.000,00
ELEMENTO	339039-103 – Outros Servs. de Terceiros – Pess. Jurídica	39	60.000,00
ELEMENTO	339039-454 – Outros Servs. de Terceiros – Pess. Jurídica	40	15.000,00
ATIVIDADE	2072 – Centro de Atenção Psicossocial		
ELEMENTO	319011-454 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	44	20.000,00
ATIVIDADE	2073 – Serv. Atendimento Móvel de Urgência – SAMU		
ELEMENTO	319011-462 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	51	13.000,00
ELEMENTO	339030-462 – Material de consumo	54	5.000,00
ATIVIDADE	2075 – Manutenção Vigilância Epidemiológica		
ELEMENTO	319011-103 – Venc. e Vantagens fixas – Pessoal Civil	67	21.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO		1.907.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. TRANSP, OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1001 – Aquisição de Imóveis		
ELEMENTO	449061-100 – Aquisição de Imóveis	115	100.000,00
PROJETO	1004 – Construção de Pontes e Bueiros		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	163	10.000,00
PROJETO	1007 – Obras e Saneamentos em Geral		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	153	150.000,00
PROJETO	1008 – Construção Ginásios, Campos/Canchas Esportivas		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	180	50.000,00
ELEMENTO	449051-169 – Obras e Instalações	181	18.000,00
ELEMENTO	449051-170 – Obras e Instalações	182	80.000,00
PROJETO	1009 – Construção, Instal. de Praças, Parques e Jardins		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	148	100.000,00
ELEMENTO	449052-100 – Equipamentos e Material Permanente	149	8.000,00

PROJETO	1011 – Produção de Moradias		
ELEMENTO	449051-170 – Obras e Instalações	151	60.000,00
PROJETO	1012 – Pavimentação de Vias Urbanas		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	123	600.000,00
ELEMENTO	449051-169 – Obras e Instalações	124	250.000,00
ELEMENTO	449051-173 – Obras e Instalações	126	263.000,00
PROJETO	1014 – Ampliação da Rede de Energia Elétrica		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	161	20.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários		
ELEMENTO	449052-100 – Equipamentos e Material Permanente	167	180.000,00
ELEMENTO	449052-174 – Equipamentos e Material Permanente	169	18.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.907.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 491/10

DECRETO Nº 491, de 08 de novembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0208 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2.022 – Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		
ELEMENTO	339030-100 – Material de Consumo	51	10.000,00
UNIDADE	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2.034 – Encargos Gerais da Administração		
ELEMENTO	335041-100 – Contribuições	84	12.000,00
ELEMENTO	339093-100 – Indenizações e Restituições	90	5.000,00
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	88	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		37.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados

recursos provenientes de Anulação parcial de dotação orçamentária, nas dotações conforme abaixo discriminadas:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		
UNIDADE	0208 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
ATIVIDADE	2.022 – Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente		
ELEMENTO	339039-100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	53	10.000,00
UNIDADE	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2.034 – Encargos Gerais da Administração		
ELEMENTO	339030 – Material de Consumo	86	7.000,00
ELEMENTO	319001-100 – Aposentadorias e Reformas	80	20.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		37.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 494/10

DECRETO Nº 494, de 10 de novembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas no Orçamento Geral do Município as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIAO		
UNIDADE	0207 – SEC. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLIC.		
PROJETO	1012 – Pavimentação Vias Urbanas		
ELEMENTO	449051-170 – Obras e Instalações	125	78.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		78.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação ocorrido no exercício na fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 501/10

DECRETO Nº 501, de 19 de novembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009:

ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equip. Escolares		
ELEMENTO	449052-108 – Equipamentos e Material Permanente	5	21.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		21.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação proveniente da fonte 108 – Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 502/10

DECRETO Nº 502, de 19 de novembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 – LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 – LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2.077 – Manutenção FNAS - CREAS		
ELEMENTO	339030-2010 – Material de Consumo	16	7.000,00

	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		7.000,00
--	------------------------	--	----------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, conforme abaixo discriminado:

ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2.077 – Manutenção FNAS - CREAS		
ELEMENTO	339036-2010 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	17	7.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC.

Porto União (SC), 19 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 503/2010

DECRETO Nº 503, de 24 de novembro de 2010.

Dispõe sobre Bens Patrimoniais do Município, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º De conformidade com o Relatório Conclusivo da Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 077, de 26 de outubro de 2010, ficam considerados inservíveis para o Serviço Público Municipal, os bens patrimoniais abaixo especificados de propriedade do Município, compreendendo veículos, carcaça, rodas, touro mecânico, equipamentos e sucatas diversas:

I- caminhão GM Chevrolet 11000, chassi nº 9BG653NXHHC020281 - Placas LZX1114, ano de fabricação/modelo 1987, Certificado de Registro de Veículo 556717350, avaliado em R\$ 3.500,00;

II- caminhão GM Chevrolet 14000 (Matra), chassi 9BG-783NLLKC005433 - Placas LZX0574, ano de fabricação 1989 modelo 1990, Certificado de Registro de Veículo 556728572, avaliado em R\$ 6.000,00;

III- VW/Santana, chassi 9BWAC03X51P015967 - Placas MDB1996, ano de fabricação/modelo 2001, Certificado de Registro de Veículo 755737873, avaliado em R\$ 6.500,00;

IV- VW/GOL, chassi 9BWZZ30ZTP043125 - Placas AGF4037, ano de fabricação/modelo 1996, Certificado de Registro de Veículo 654814740, avaliado em R\$ 3.500,00;

V- VW/FUSCA, chassi 9BWZZ113SP006735 - Placas LZX7076, ano de fabricação/modelo 1995, Certificado de Registro de Veículo 636409759, avaliado em R\$ 2.500,00;

VI- VW/KOMBI (carcaça), chassi 9BWZZ23ZPP034787 - Placas MCI6390, ano de fabricação 1993 modelo 1994, Certificado de Registro de Veículo 556734114, avaliada em R\$ 500,00;

VII- touro mecânico, avaliado em R\$ 2.500,00;

VIII- lote de sucatas avaliadas em R\$ 0,22 o quilo, composto por:

- a) 01 VW/SANTANA;
- b) 01 rolo compactador;
- c) sucatas em geral (peças, ferro velho).

IX- lote composto por 06 roçadeiras e 01 motosserra, avaliado em R\$ 500,00;

X- lote composto por 04 rodas de liga leve aro 14, avaliado em R\$ 250,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Decreto Nº 504/2010

DECRETO Nº 504, de 24 de novembro de 2010.

Dispõe sobre férias coletivas, e estabelece outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º FÉRIAS COLETIVAS aos servidores do quadro de pessoal da administração pública direta, autárquica ou fundacional do Município de Porto União no período de 20 de dezembro de 2010 a 18 de janeiro de 2011, ressalvadas as peculiaridades de cada setor.

Art. 2º Recomenda aos Secretários Municipais e aos dirigentes de órgãos ou entidades da administração direta, autárquica ou fundacional para que, durante todo período estabelecido no caput do artigo 1.º seja preservado o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

Decreto Nº 505/10

DECRETO Nº 505, de 24 de novembro de 2010.

Dispõe sobre transposição de dotações, abre crédito suplementar e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 3.829, de 24 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.889.000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil reais):

ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
-------	---------------------------------	--	--

UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2048 – Manutenção da Saúde – Atenção Básica		
ELEMENTO	319011-103 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	04	987.000,00
ELEMENTO	339013-103 – Obrigações Patronais	05	330.000,00
ELEMENTO	319113-103 – Obrigações Patronais – Oper. Intra-Orçam.	06	150.000,00
ELEMENTO	339030-450 – Material de consumo	10	60.000,00
ELEMENTO	339039-450 – Outros Servs. de Terceiros – Pessoa Jurídica	14	25.000,00
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
ELEMENTO	319011-456 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	20	75.000,00
ATIVIDADE	2068 – Agentes Comunitários de Saúde		
ELEMENTO	319011-453 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	25	93.000,00
ATIVIDADE	2069 – Assistência Farmacêutica Básica		
ELEMENTO	339030-452 – Material de consumo	28	30.000,00
ATIVIDADE	2071 – Manutenção Servs. Média e Alta Complexidade		
ELEMENTO	335041-454 – Contribuições	80	5.000,00
ELEMENTO	339039-103 – Outros Servs. de Terceiros – Pess. Jurídica	39	60.000,00
ELEMENTO	339039-454 – Outros Servs. de Terceiros – Pess. Jurídica	40	15.000,00
ATIVIDADE	2072 – Centro de Atenção Psicossocial		
ELEMENTO	319011-454 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	44	20.000,00
ATIVIDADE	2073 – Serv. Atendimento Móvel de Urgência – SAMU		
ELEMENTO	319011-462 – Venc. e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	51	13.000,00
ELEMENTO	339030-462 – Material de consumo	54	5.000,00
ATIVIDADE	2075 – Manutenção Vigilância Epidemiológica		
ELEMENTO	319011-103 – Venc. e Vantagens fixas – Pessoal Civil	67	21.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO		1.889.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIOÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1001 – Aquisição de Imóveis		
ELEMENTO	449061-100 – Aquisição de Imóveis	115	100.000,00
PROJETO	1004 – Construção de Pontes e Bueiros		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	163	10.000,00

PROJETO	1007 – Obras e Saneamentos em Geral		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	153	150.000,00
PROJETO	1008 – Construção Ginásios, Campos/Canchas Esportivas		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	180	50.000,00
ELEMENTO	449051-170 – Obras e Instalações	182	80.000,00
PROJETO	1009 – Construção, Instal. de Praças, Parques e Jardins		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	148	100.000,00
ELEMENTO	449052-100 – Equipamentos e Material Permanente	149	8.000,00
PROJETO	1011 – Produção de Moradias		
ELEMENTO	449051-170 – Obras e Instalações	151	60.000,00
PROJETO	1012 – Pavimentação de Vias Urbanas		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	123	600.000,00
ELEMENTO	449051-169 – Obras e Instalações	124	250.000,00
ELEMENTO	449051-173 – Obras e Instalações	126	263.000,00
PROJETO	1014 – Ampliação da Rede de Energia Elétrica		
ELEMENTO	449051-100 – Obras e Instalações	161	20.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários		
ELEMENTO	449052-100 – Equipamentos e Material Permanente	167	180.000,00
ELEMENTO	449052-174 – Equipamentos e Material Permanente	169	18.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.889.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de novembro de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração,
Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Edital de Leilão Nº 003/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 090/2010

Extrato de Edital de Leilão 003/2010

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições, torna publico que fará realizar processo licitatorio na modalidade de leilão publico de bens moveis, que serão arrematados por lances, as 09:00 horas do dia 17 de dezembro de 2010, tendo como local, Auditório no Centro Empresarial de Porto União, a Rua Joaquim Nabuco, 244, centro, Porto União. O leilão será conduzido pelo senhor Julio Ramos, leiloeiro publico oficial de SC, matricula AARC 162, JUCESC, para venda a vista dos seguintes bens: 01 (um) caminhão GM Chevrolet 11000, ano 1987, lance mínimo R\$ 3.500,00; 01 (um) caminhão GM Chevrolet (Matra) ano 1989, lance mínimo de R\$ 6.000,00; 01 (um) VW Santana ano 2001, lance mínimo R\$ 6.500,00; VW GOL, ano 1996, lance mínimo de R\$ 3.500,00; 01 (um) VW FUSCA ano 1995, lance mínimo R\$ 2.500,00; 01 (um) VW KOMBI ano 1993, modelo 1994, lance mínimo R\$ 500,00; 06 (seis) roçadeiras e 01 motosserra, lance mínimo R\$ 500,00; 01 (um)

lote composto por 04 (quatro) rodas de liga leve aro 14, lance mínimo R\$ 250,00. Os pagamentos das arrematações, acontecerão exclusivamente com cheques. Edital completo e descrições vide site www.portaldoleiloeiro.com.br e e mail liciteportuniao@yahoo.com.br, na prefeitura fone (042) 35231155, ou pelos fones do escritório do leiloeiro (047) 88124477 (Blumenau) e região. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126.

Porto Uniao SC, 26 de novembro de 2010.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1501/2010

DECRETO Nº 1.501, de 10 de novembro de 2010.
"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido do dia 04 de dezembro até o dia 24 de dezembro de 2010, o veículo Mercedes Benz/608, placa ABQ-5585, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o n.º 146, a Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL para a realização do Natal Feliz em parceria com esta Prefeitura.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do veículo cedido por este Decreto, é de responsabilidade da Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
10 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1503/2010

DECRETO Nº 1.503, de 10 de novembro de 2010
"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos no art. 26 da Resolução nº 038/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE, os seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

I - Como representantes do Poder Executivo:
Josilene Rúbia Murara - titular
Vlademir Luiz Brasil Junior - suplente

II-Como representantes dos Professores:
Silvio Tobias Brandalize - titular
Jucelia Correia de Santana - suplente
Lenir Aparecida Costa Andrade - titular
Zenaide Kuster Pereira - suplente
III- Como representantes dos Pais e Alunos:
Elisangela Francisco Block - titular
Ana Espindola de Souza - suplente
Emanoelle Sorgatto - titular
Laercio Roberto Vicentim - suplente
IV - Como representantes da Sociedade Civil do Município:
Sandra Mara Grah Xavier - titular
Ana Carolina Hardt - suplente
- Samanta Ariane Gramkow - titular
- Cintia Schurmann - suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
10 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1504/2010

DECRETO N.º 1.504, de 10 de novembro de 2010.
"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 053 de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar 085 de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o novo valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2011 em R\$ 2.1780.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
10 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda
Vlrm

Decreto Nº 1505/2010

DECRETO N.º 1.504, de 10 de novembro de 2010.
"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2011"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 053 de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar 085 de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o novo valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2011 em R\$ 2.1780.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
10 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda
Vlrm

Decreto Nº 1506/2010

DECRETO N.º 1.504, de 10 de novembro de 2010.

"FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 053 de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar 085 de 31 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o novo valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2011 em R\$ 2.1780.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
10 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI
Secretário Municipal da Fazenda
Vlrm

Decreto Nº 1507/2010

DECRETO Nº 1.507, de 10 de novembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11 e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 29.717,18 (vinte e nove mil, setecentos e dezessete reais e dezoito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 4.951/2009 de 15 de dezembro de 2009, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	Gabinete do Secretário da Fazenda		
2.051	Manutenção do Funrebom		

4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0022.0	Aplicações Diretas	R\$	29.717,18
	TOTAL	R\$	29.717,18

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
10 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1508/2010

DECRETO Nº 1.508, de 10 de novembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 84.850,00 (oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), por conta do excesso de arrecadação, nas transferências financeiras concedidas, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	Fundação Municipal de Desportos		
	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL		
2.073	DE ESPORTES		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.450,00
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	62.400,00
	Total	R\$	84.850,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
10 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1509/2010

DECRETO Nº 1.509, de 17 de novembro de 2010

"APROVA O REGULAMENTO DOS CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o regulamento Geral de Concursos do Município de Rio do Sul, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO Prefeito Municipal
17 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

REGULAMENTO GERAL PARA CONCURSO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Os Concursos para provimento de cargos vagos, no Serviço Público Municipal, serão autorizados por ato do próprio Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas atuais e futuras e das necessidades da Administração.

Art.2º - Os Concursos Públicos serão de provas teóricas, provas práticas, provas físicas e / ou títulos.

Art.3º - O Concurso Público poderá incluir programa de treinamento como etapa integrante do processo seletivo.

Art.4º - Não se abrirá novo Concurso Público para provimento de cargo que exista candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade não expirado.

Art.5º - O Concurso Público terá validade de até 02 (dois) anos, fixado no edital, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. Se o edital for omissivo, o prazo de validade será de 02 (dois) anos, vedada a sua prorrogação.

Art.6º - O Concurso Público credencia o aprovado a nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida a ordem de classificação.

Art.7º - A critério da autoridade competente o Concurso Público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área.

CAPÍTULO II

DO EDITAL DE CONCURSO

Art.8º - A Comissão Especial de Concursos elaborará, para cada concurso, Edital, do qual, aprovado pelo Prefeito Municipal, constará os seguintes requisitos mínimos:

- Prazo para inscrição não inferior a 15 (quinze) dias, contados da sua publicação oficial, bem como a forma, o local e horário em que as mesmas serão recebidas;
- Requisitos para a inscrição e condições para provimento do cargo;
- A síntese das atribuições que o candidato deverá assumir uma vez investido no cargo;
- O limite de idade, de acordo com as disposições legais;
- Natureza das provas e data de sua realização;
- Para as provas de conhecimento, o conteúdo programático;
- O peso de cada prova ou nota mínima que o candidato deve alcançar para sua aprovação;
- Valor dos títulos, quando for o caso;
- Forma de julgamento das provas;
- Critérios de aprovação e classificação;
- Critérios de desempate;
- Valor da taxa de inscrição, quando indispensável ao seu custeio;
- Número de vagas, cadastro reserva de vagas e a denominação

dos cargos;

- Percentual de vagas para deficiente físico;
- O prazo para recurso em todas as fases do certame;
- Valor do vencimentos.
- Quaisquer outras exigências que devam ser atendidas pelos candidatos ou informações que se fizerem necessários à boa ordenação do concurso.

Art.9º - A Administração Municipal poderá a qualquer tempo modificar os termos do Edital, desde que comunique a alteração através de novo Edital, observada a mesma publicidade utilizada, implicando na reabertura do prazo de inscrição quando houver alteração de documentos exigidos na inscrição ou quando houver alteração do conteúdo programático das provas.

CAPÍTULO III

DOS CANDIDATOS

Art.10 - Poderão candidatar-se aos cargos públicos do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, todos os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:

- Nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei;
- Ter no mínimo 18 anos completos no ato da posse;
- Estar em gozo com os direitos políticos;
- Estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, com as obrigações militares;
- Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, no ato da posse;
- Aptidão física e mental adequada para o exercício do cargo.

Art.11 - As limitações de idade, sexo e os requisitos exigidos para cada cargo em particular, poderão ser estabelecidos em função da natureza dos mesmos e das disposições legais e regulamentares que disciplinarem o assunto.

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES

Art.12 - A abertura de concurso far-se-á por Edital que mencione o prazo de inscrições, nunca inferior a 15 (quinze) dias, contados da sua publicação oficial. O pedido de inscrição constará do preenchimento de uma ficha, a qual conterá, além dos dados pessoais do candidato outros dados importantes fixados no Edital de Concurso Público. No ato de efetivação da mesma, o candidato receberá protocolo de inscrição ou cartão de identificação.

Art.13 - As inscrições também poderão ser realizadas via internet, de acordo com o disciplinado no Edital de Concurso Público.

Art.14 - As inscrições a que se refere este regulamento serão requeridas pelo próprio candidato, ou procurador legalmente habilitado, nas condições estabelecidas pelo edital de Concurso Público.

Art.15 - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, ou fornecimento parcial de documentos exigidos no Edital de Inscrições.

Art.16 - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes.

Art.17 - É obrigação do candidato ou seu procurador conferir as informações contidas na Ficha de Inscrição, bem como tomar conhecimento do local, data e horário de realização de cada etapa do Concurso Público.

Art.18 - O pedido de inscrição significará a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste regulamento geral e editais que forem baixados para cada concurso.

Art.19 - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscreverem-se em Concurso Público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas de cada cargo oferecidas no concurso.

§ 1º - Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto Federal nº 3.298, 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.

§ 2º - No ato da inscrição, segundo o que dispor o edital, o candidato portador de deficiência deverá apresentar laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, além da provável causa da deficiência.

§ 3º - Ao ser convocado, o candidato deverá submeter-se a Perícia Médica indicada pelo Município de Rio do Sul, que confirmará de modo definitivo o enquadramento de sua situação como portador de deficiência e a compatibilidade com o cargo pretendido.

§ 4º - Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

§ 5º - Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição seja incompatível com o cargo pretendido.

§ 6º - A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato portador de deficiência obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, arts. 43 e 44, conforme especificado a seguir:

§ 7º - A avaliação do potencial de trabalho do candidato portador de deficiência, frente as rotinas do cargo, será realizada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul, através de equipe médica.

§ 8º - A equipe médica emitirá parecer observando:

- a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo a desempenhar;
- c) viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
- d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize e;
- e) o CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 9º - A equipe médica avaliará a compatibilidade entre as atribuições e a deficiência do candidato durante o estágio probatório, cuja realização se dará durante o período de vigência legal do estágio.

§ 10 - As pessoas portadoras de deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

§ 11 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da

área de sua deficiência.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

Art.20 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de: Presidente, representado pela autoridade competente ou por quem esta designar; 01 servidor representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul e 03 servidores efetivos estáveis.

Parágrafo Único: A critério da autoridade competente o Concurso Público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área, cabendo neste caso a Comissão Especial, supervisionar todas as etapas do Concurso Público.

CAPÍTULO VI

DAS PROVAS

Art. 21 - A data, o horário e o local onde o candidato deverá fazer as provas constarão do Edital a ser publicado oficialmente, com antecedência mínima de 15 dias, cujo prazo para inscrições não poderá ser inferior a 15 dias.

Art. 22 - No dia, hora e local apazados para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se munidos de cartão de identificação, documento de identidade ou outros documentos que tenham sido fixados no Edital de Concurso Público.

Art. 23 - As provas poderão ser teóricas, práticas, físicas e/ou de títulos, de acordo com o desempenho necessário para cada cargo e estarão devidamente especificadas no edital de cada Concurso Público.

Art. 24 - Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato, na sua eliminação do Concurso. Excetua-se desta determinação os casos de enfermidade que impossibilitem o deslocamento do candidato até o local das provas, mediante requerimento prévio dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso ou à Empresa autorizada, quando for o caso.

Art. 25 - As salas de prova serão fiscalizadas por elementos credenciados pela executora, vedado o ingresso de pessoas estranhas ao concurso.

Art. 26 - Será excluído do recinto da realização das provas o candidato que tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia com qualquer observador da prova ou autoridade presente.

Parágrafo Único - Idêntica sanção será aplicada ao candidato que, durante o processamento de qualquer prova, for surpreendido em flagrante de comunicação com outro candidato, por gestos, verbalmente ou por escrito, bem como utilizando-se de livros, notas ou impressos, ou materiais, salvo os expressamente permitidos por Edital.

Art.27 - Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, será lavrado circunstanciado auto de apreensão de prova e exclusão do candidato, onde se narrará o fato, com seus pormenores, devendo ser assinado por, no mínimo 02 (dois) fiscais de prova.

Parágrafo Único: O auto mencionado neste artigo, ficará apensado à prova apreendida, devendo tomar ciência a Comissão Especial designada para aquele Concurso Público.

Art.28 - Antes de iniciarem-se os trabalhos, os membros da Comissão Especial de Concurso Público ou os fiscais de prova, farão os esclarecimentos e advertências a serem observadas pelos candidatos durante as provas, objetivando, principalmente, impedir conversas, consultas ou quaisquer expedientes de que tentem se utilizar os candidatos para troca de opiniões.

Art.29 - Ao final da prova escrita, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinar o lacre do envelope das provas juntamente com os fiscais, sendo liberados quando todos as tiverem concluído.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Art.30 - Para cada concurso, será estabelecido através de Edital, os critérios de avaliação, classificação, desempate e julgamento de valoração qualitativa e/ou quantitativa de cada prova.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.31 - Terminada a avaliação das provas, serão as notas publicadas.

Art.32 - Compete ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados do Concurso, à vista do resultado apresentado pela Comissão Especial designada para cada Concurso Público ou Empresa contratada, dentro de no máximo 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final.

Art.33 - Aos candidatos serão assegurados meios amplos de recursos, em todas as fases do concurso.

Art.34 - Interposto o recurso o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem e no caso de indeferimento do recurso, as provas serão anuladas e os candidatos serão desclassificados, se for o caso.

Art.35 - Os candidatos aprovados serão convocados à medida da necessidade do Município de Rio do Sul, respeitada, criteriosamente, a ordem de classificação dos que lograram êxitos.

Art.36 - A admissão obedecerá ao que dispõe a Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.37 - Todas as publicações referentes aos Concursos Públicos serão feitas através do Diário Oficial dos Município - DOM e outros locais devidamente especificados no Edital de Concurso Público.

Art.38 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Especial designada para o Concurso Público, "ad referendum" do Prefeito Municipal.

Art.39 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
17 de novembro de 2010

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1510/2010

DECRETO Nº 1.510, de 18 de novembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
2.049	Manutenção Trânsito – Polícia Civil		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.049	Manutenção Trânsito – Polícia Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de novembro de 2010

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1511/2010

DECRETO Nº 1,511, 18 de novembro de 2010.

"RETIFICA ATO APOSENTATÓRIO EXPRESSO NO DECRETO Nº 387, DE 28 DE SETEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DO SR. NILTON PEREIRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Decisão nº 03004/2010 no procedimento denominado "Audiência" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao Processo nº APE-08/00536371.

DECRETA:

Art. 1º- Em cumprimento da Decisão nº 03004/2010, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, fica retificada, a partir de 01 de dezembro de 2010, a parcela referente ao Adicional de Insalubridade inclusa na aposentadoria do Sr. NILTON PEREIRA, expressa no Decreto nº 387, de 28 de setembro de 2007, face

a ausência de Lei Municipal específica que autorize a incorporação do referido Adicional. Em virtude de seu falecimento no dia 09 de novembro de 2007, o ato retificatório irá refletir nos proventos das pensões da esposa Dilma Pereira e de suas filhas Thaís Rosa Pereira e Tamiris Rosa Pereira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

18 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1512/2010

DECRETO Nº 1.512, de 18 de novembro de 2010

"EXONERA O SERVIDOR FABIO JOSÉ SOAR"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 17/11/2010, o servidor municipal FABIO JOSÉ SOAR, ocupante do cargo em comissão de Consultor Jurídico Fazendário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

18 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1513/2010

DECRETO Nº 1.513, de 18 de novembro de 2010

"NOMEIA FERNANDO CLAUDINO D'AVILLA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares nºs 207 e 208, ambas de 28/09/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FERNANDO CLAUDINO D'AVILLA, para exercer o cargo em comissão Consultor Jurídico Fazendário, a partir de 18/11/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

18 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1514/2010

DECRETO Nº 1.513, de 18 de novembro de 2010

"NOMEIA FERNANDO CLAUDINO D'AVILLA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como nas instituídas nas Leis Complementares nºs 207 e 208, ambas de 28/09/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FERNANDO CLAUDINO D'AVILLA, para exercer o cargo em comissão Consultor Jurídico Fazendário, a partir de 18/11/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

18 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1515/2010

DECRETO Nº 1.515, de 19 de novembro de 2010

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
	Transferências a Instituições Privadas sem fins		
3.3.50.00	Lucrativos	R\$	20.000,00
	Total	R\$	20.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:

20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	Fundação Cultural de Rio do Sul		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Decreto Nº 1516/2010

DECRETO Nº 1.516, de 22 de novembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 121/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Carta Convite N.º 121 de 08/11/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

22 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.516/2010

Carta Convite nº 121/10 de 08.11.2010

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para pavimentação asfáltica da Rua Afonso Schlemper - bairro Budag.

Preço: global

Participantes: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA e LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decreto Nº 1517/2010

DECRETO Nº 1.517, de 22 de novembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 122/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da

Carta Convite N.º 122 de 08/11/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

22 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.517/2010

Carta Convite nº 122/10 de 08.11.2010

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para pavimentação asfáltica da Rua Taió - bairro Budag.

Preço: global

Participantes: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA e LZK CONSTRUTORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decreto Nº 1518/2010

DECRETO Nº 1.518, de 22 de novembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS Nº 055/2010-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Tomada de Preços N.º 055 de 25/10/2010, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA S/S LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal

22 de novembro de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.518/2010

Tomada de Preços nº 055/10 de 25.10.2010-FMS

Objeto da Licitação: Contratação de instituição de ensino para realizar cursos de capacitação para profissionais da área da saúde, para atender necessidade do CIES (Comissão de Integração Ensino Serviço do Alto Vale do Itajaí).

Preço: global

Participantes: INSTITUTO EDUCACIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ e SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA S/S LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO E CULTURA S/S LTDA.

Decreto Nº 1520/2010

DECRETO Nº 1.520, de 22 de novembro de 2010.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 112/2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1048/09, o resultado da Carta Convite N.º 112 de 14/10/2010, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante BASTOS & SIEBERT LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal
22 de novembro de 2010.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.520/2010

Carta Convite nº 112/10 de 14.10.2010

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para realização de pesquisa quantitativa de embarque e desembarque de passageiros usuários do serviço público de transporte coletivo urbano do Município-Divisão de Trânsito.

Preço: global

Participantes: IPC-INSTITUTO DE PESQUISA CATARINENSE LTDA, BASTOS & SIEBERT LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante BASTOS & SIEBERT LTDA.

Decreto Nº 1522/2010

DECRETO Nº 1.522, de 23 de novembro de 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 11, inciso II da Lei Orçamentária nº 4.951 de 15.12.2009

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.556.980,42 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta reais e quarenta e dois centavos), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses de Convênio com a Secretaria Estadual de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.0.0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
	Transferências a Instituições Privadas sem		
3.3.5.0.00	Fins Lucrativos	R\$	1.556.980,42
	TOTAL	R\$	1.556.980,42

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
23 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Portaria N.º 1308/RH

PORTARIA N.º 1308/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 115, da Lei Complementar n. 099 de 24/04/2003, revogada pela Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, conceder prorrogação por 60 (sessenta) dias, a partir de 30/10/2010, para a conclusão do Inquérito Administrativo n. 015/2010, instaurado através da Portaria n. 0524/RH de 31/08/2010, em atendimento ao Ofício n. 012/I.A./015/2010, devido à necessidade de maior tempo para melhor esclarecimento do fato.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 1326/RH

PORTARIA N.º 1326/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 95, da Lei Complementar n. 099/2003, ao servidor

municipal SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "A", haja vista o aca-
tamento do relatório da Comissão Processante (Sindicância Admi-
nistrativa n. 013/2010), que concluiu que o servidor transgrediu o
inciso VII do Art. 89, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº. 1311/RH

PORTARIA Nº. 1311/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Pre-
feitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da com-
petência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder ao servidor Jullian Hermann Creutzberg, matrícula
n. 35192/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente
Administrativo o Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo para
frequentar curso de pós-graduação a nível de especialização em
Gestão de Pessoas, com fundamento ao disposto nos Arts. 76 ao
81, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de
Bolsa de Estudos, será concedido durante a vigência do curso, não
podendo exceder a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado
ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º O Auxílio será concedido a partir do mês de outubro de
2010, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 11 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria Nº. 1311/RH

PORTARIA Nº. 1311/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Pre-
feitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da com-
petência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Conceder ao servidor Jullian Hermann Creutzberg, matrícula
n. 35192/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente
Administrativo o Auxílio Escolar, na forma de bolsa de estudo para
frequentar curso de pós-graduação a nível de especialização em
Gestão de Pessoas, com fundamento ao disposto nos Arts. 76 ao
81, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de
Bolsa de Estudos, será concedido durante a vigência do curso, não
podendo exceder a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado
ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º O Auxílio será concedido a partir do mês de outubro de
2010, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 11 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Portaria Nº. 1317/RH

PORTARIA Nº. 1317/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Pre-
feitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da com-
petência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Em conformidade com o disposto no Art. 35, da Lei Com-
plementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, fica assegurado aos
servidores estáveis que obtiveram Progressão Funcional median-
te Avaliação de Desempenho com base na Lei Complementar n.
098/2003, a manutenção dos avanços já efetivados a este título,
de acordo com a relação abaixo descrita:

Matrícula	Servidor	Cargo	Quantidade de Progressão Funcional acessada
8907/01	Adenir Cava	Eletricista	Duas
25771/03	Adriana de Fatima Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
167/01	Adriana Schmidt	Cirurgião Dentista	Duas
2518/01	Adriano Seemann	Operador de Equipa- mentos	Duas
27642/01	Agostinho Tomio Sobrinho	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
27502/01	Albertino Schmidt	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
27499/01	Alcir José Salvador	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
27421/01	Alfonso Splitter	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
27839/01	Alfredo Ademir Christen	Operador de Equipa- mentos	Uma
21326/04	Almira Haskel	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
8427/01	Altair Ledra	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
5355/01	Alvadi Inacio de Oliveira	Operador de Equipa- mentos	Duas
2631/01	Alzira Heesch Dorner	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
2470/02	Amadeu de Souza	Motorista de Caminhão	Duas
16748/01	Ana Olipia Vitorino	Auxiliar de Enferma- gem	Duas
27413/01	Andre Luis Xavier	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
5142/01	André Marques Vieira	Médico	Duas
4006/01	Andre Pires de Moraes	Operador de Equipa- mentos	Duas
14109/01	Andria Backes Habeck	Auxiliar Administra- tivo I	Duas
16055/01	Antonio Carlos Laurindo	Cirurgião Dentista	Duas
7897/01	Antonio Carlos Sebold	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma

5550/01	Antonio Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
1643/01	Arestides Feuser	Operador de Equipamentos	Duas
10057/02	Arilson Franco	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
450/01	Arlindo Cesar Scoz	Engenheiro Civil	Duas
14494/01	Astrid Hoeltgebaum	Auxiliar de Enfermagem	Duas
4383/01	Augustinho Ignácio	Motorista de Caminhão	Duas
4847/01	Augusto da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
16039/01	Benedito Carlos Henriques	Médico	Duas
16411/01	Blademir Elvis Hoeller	Cirurgião Dentista	Duas
26310/02	Cacildo João Furlani	Motorista de Caminhão	Uma
5037/01	Canisio Schmitt	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
4200/01	Carl Heinz Gutjahr	Agente Administrativo	Duas
5339/01	Carla Fabiana Ribeiro	Agente Administrativo	Duas
1554/01	Carlos Adão Cimardi	Motorista de Caminhão	Duas
4731/01	Carlos Conrado Berk	Operador de Equipamentos	Duas
2534/02	Carlos Nascimento Ribeiro	Motorista de Caminhão	Duas
5681/01	Caroline Baptista Baungarten	Cirurgião Dentista	Duas
8273/01	Catarina Feliponi Meurer	Professor I	Duas
1074/01	Celeste Oelke Schaefer	Enfermeiro	Uma
108/01	Celio Bastos	Fiscal de Serviços Públicos	Duas
17981/01	Celso Correia dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
1660/01	Cezinando Jose Macieski	Operador de Equipamentos	Duas
5568/01	Claudecir José Martins	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
24481/03	Claudete de Souza Lima	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
3824/01	Claudete Medeiros da Silva dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
2747/01	Claudio Schneider	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
5215/01	Clemente Padilha	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
1317/02	Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento	Auxiliar Administrativo III	Duas
6408/01	Colmar Gastão	Motorista de Caminhão	Duas
2755/01	Cristiane Aparecida Leandro de Souza	Agente de Saúde	Duas
5703/01	Darcle Cardoso	Cirurgião Dentista	Duas
17124/01	Darcy Vicari	Técnico em Agropecuária	Duas
1481/01	Dauri Casatti	Motorista de Caminhão	Duas
4766/01	Dilma Mohr Ronchi	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
3484/01	Diorgenes Della Giustina Formiga de Moura	Cirurgião Dentista	Duas
28274/01	Diovana May Machado	Agente Administrativo	Uma
3395/01	Edi Carolina Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
2348/01	Edit Rocha	Telefonista	Uma
3735/01	Edson de Melo	Fiscal de Tributos	Duas
1147/01	Edson Luis Fronza	Engenheiro Agrônomo	Uma

5576/01	Edson Ricardo de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
13692/01	Eliane Kroehnke Agostinho	Auxiliar Administrativo I	Duas
26107/02	Elias Boell Junior	Auxiliar Administrativo I	Uma
2429/01	Eligio Luis Pessoa	Auxiliar Administrativo II	Duas
21199/03	Elizete Alves	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
1653/01	Elmo Faustino Machado	Marceneiro	Duas
787/01	Eloir Terezinha dos Santos Soares	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
26662/02	Ermeni Pereira Nilsen	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
4090/01	Erondina Alves dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
26700/02	Eunice Perfolli	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
4537/01	Evaldete Campos	Médico	Duas
6610/01	Ezir Terezinha Sens	Fiscal de Tributos	Duas
26328/02	Franciane Giese	Arquiteto	Uma
21300/02	Francilene Fernandes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
2291/01	Francisco Odelli	Auxiliar Administrativo II	Duas
4979/01	Gabriel de Azevedo Philippi	Cirurgião Dentista	Duas
2666/01	Gertrudes Whrmeister	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
3107/01	Gilberto Alves do Rosário	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
18252/01	Gilberto Júlio Vicente	Auxiliar Administrativo III	Duas
1759/01	Gilmar Blemer	Agente Administrativo	Duas
3387/01	Gisela da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
5207/01	Glauce Karina de Oliveira Pinho	Fonoaudiólogo	Duas
1562/01	Guimaraes Gastão	Motorista de Caminhão	Duas
2500/02	Hamilton Manoel Adão	Motorista de Caminhão	Uma
25208/02	Haroldo Swarowsky	Motorista de Caminhão	Uma
17531/01	Heitor Longo	Mecânico	Uma
27740/01	Helio Brand	Motorista de Caminhão	Uma
5584/01	Helmuth Foster	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
8044/01	Hiltrud Cechet	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
7404/01	Horsti Rolf Zemke	Fiscal de Serviços Públicos	Duas
1163/02	Ilei Filippi	Auxiliar Administrativo I	Duas
3174/01	Ines Blemer	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
957/01	Ines Souza Visentainer	Professor I	Uma
15024/01	Ines Zita Floriani	Auxiliar Administrativo I	Duas
16322/01	Ingelior Cristen de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	Duas
1198/01	Iolanda Demarch	Auxiliar de Enfermagem	Duas
4928/01	Ires Bruno Apolinário	Motorista de Caminhão	Uma
639/02	Isabel Cristina Costa	Agente Administrativo	Uma
1244/01	Ismael Benedito das Neves	Motorista de Veículo Leve	Duas

2801/01	Isolde Schoeninger	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
4022/01	Isolde Wehmuth	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
4693/01	Ivanilde de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
566/02	Ivanir Schlemper Neves	Agente Administrativo	Duas
4030/01	Jailson Roberto de Oliveira	Auxiliar Administrativo I	Duas
5517/01	Jaime Freiburger	Assistente de Manutenção	Duas
5720/01	Jair Arnaldo Haeser	Cirurgião Dentista	Duas
4154/01	Jair Jose Fronza	Secretaria da Junta de Serviços	Duas
1252/01	Jair Leandro Ferreira	Motorista de Veículo Leve	Duas
16063/01	Jair Volney Carlos Teixeira	Médico	Duas
14192/01	Jean Claudio de Oliveira	Auxiliar Administrativo I	Duas
27600/01	Jean de Jesus	Motorista de Veículo Leve	Uma
3000/01	Jecy Rita Pereira Leite	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
1449/01	Jefferson Olimpio Tambosi	Auxiliar Administrativo I	Duas
6416/01	Jelino Franscisco Heiderscheidt	Motorista de Caminhão	Duas
18163/01	João Augusto Antunes Paiano	Cirurgião Dentista	Uma
8079/01	João Ferreira	Detonador	Duas
17795/01	João Lázaro Goedert	Cozinheiro	Duas
5053/01	Joemir Claudio de Souza	Auxiliar de Enfermagem	Duas
27634/01	Joice Ronchi	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
13919/01	Jonas Pereira	Calceteiro	Duas
14885/01	Jose Carlos Morais	Operador de Equipamentos	Uma
221/02	Jose Gilz	Pedreiro	Uma
14907/01	José Lino Correa	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
2020/01	Jose Luiz do Nascimento	Fiscal de Tributos	Duas
27677/01	José Marconsini	Motorista de Veículo Leve	Uma
3549/01	Jose Rodrigues França	Vigia	Duas
16543/01	Jose Solimar Gesat Reses	Cirurgião Dentista	Duas
27367/01	Julita Andrade Negherbom	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
14516/01	Jurema Koehler Hering	Auxiliar de Enfermagem	Duas
1406/01	Jurema Lanznaster	Auxiliar Administrativo II	Uma
27707/01	Khellen Kuhl Della Santos	Agente Administrativo	Uma
4235/01	Laci de Fátima dos Santos	Auxiliar Administrativo I	Uma
16128/01	Laila Younes Quatrin	Médico	Duas
4855/01	Lauri Velter	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
8850/01	Leandro Dockhorn	Motorista de Caminhão	Duas
3662/01	Lenice Alves de Souza Antônio	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas

24414/03	Lenir Vanderlinde	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
5614/01	Leodir Capistrano da Cunha	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
3930/01	Leonice Witte	Auxiliar Administrativo I	Duas
8761/01	Leonita Berlanda	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
27324/01	Lindacir Padilha	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
8923/01	Lizete Demarchi Marzani	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
27910/01	Lorena Nienkoetter Hinckel	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
27944/01	Luciane das Graças Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
8516/01	Luciene Aparecida Ramos	Auxiliar Administrativo II	Duas
5630/01	Luis Carlos Machado	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
9695/01	Luis Fernando Bassi de Araujo	Cirurgião Dentista	Duas
2445/01	Luiz Carlos Back	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
4049/01	Luiz Carlos Mauricio de Souza	Pintor de Construções	Duas
1210/01	Luiz Cezar Philippi	Operador de Equipamentos	Duas
1473/01	Luiz Diazir Rosa	Operador de Equipamentos	Duas
3786/01	Luiz Osvaldo Meirelles Pahl	Fiscal de Obras	Duas
4529/01	Mafalda de Souza dos Santos	Fiscal de Tributos	Duas
4057/01	Maisa da Luz	Auxiliar Administrativo II	Duas
3034/01	Márcia Maria Andrade de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
2674/02	Márcio de Souza	Motorista de Caminhão	Duas
18287/01	Marco Aurélio Ferrari	Auxiliar Administrativo III	Duas
5460/01	Marcos Roberto Wolff de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
2135/01	Marcus Fernando Woritovicz	Motorista de Caminhão	Uma
3689/01	Maria Aparecida Philippi	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
2852/01	Maria de Lourdes Mus-solin Zeferino	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
4197/01	Maria de Lourdes Sangaletti	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
14745/01	Maria Divair de Gois	Auxiliar de Enfermagem	Duas
16365/01	Maria do Carmo Caetano	Auxiliar de Enfermagem	Duas
16705/01	Maria Goreti Longen Schotten	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
7595/01	Maria Lucia André	Almoxarife	Duas
8303/01	Maria Roseli Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
27928/01	Maria Terezinha Barboza	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
14249/01	Marilea Batista	Assistente Social	Duas
4480/01	Marilu Rosane Giovanna	Auxiliar Administrativo II	Duas

4286/03	Marina de Fatima Pickler de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
1856/01	Mario Cesar Posanski	Auxiliar Administrativo II	Duas
779/01	Marisa dos Santos	Administrativo I	Uma
9598/01	Marli Terezinha Hamm	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
16047/01	Marlize Scheidt Lossio	Cirurgião Dentista	Duas
6300/01	Myrian Holler Knaesel	Atendente de Educação Infantil	Duas
2186/01	Nadir Marchi	Agente de Saúde	Uma
4073/01	Nascimento Ribeiro	Operador de Equipamentos	Duas
15601/01	Natal Marchi	Auxiliar Administrativo II	Duas
7170/01	Neiva Therezinha Lopes dos Santos	Auxiliar Administrativo III	Duas
16926/01	Neli Aparecida Scheffer Visentainer	Professor I	Uma
16713/01	Neli da Silva de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
3794/01	Nelson Poltronieri	Fiscal de Tributos	Duas
4812/01	Nelson Salvador	Motorista de Caminhão	Duas
4642/01	Nelzi Terezinha Pietrasck	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
16012/01	Neusa Moje	Professor I	Uma
1651/01	Nilton Gabriel Felipe	Operador de Equipamentos	Duas
2313/01	Nilton Grah	Motorista de Veículo Leve	Duas
94/01	Nilton Xavier	Calceteiro	Duas
2780/01	Nilvo Heinz	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
14281/01	Norma Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
18139/01	Odalvio Luiz Finardi	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
1260/01	Odilson Cesar Bachmann	Auxiliar Administrativo II	Duas
5258/01	Olair Moraes	Motorista de Caminhão	Duas
4138/01	Olegario Darolt	Operador de Equipamentos	Uma
930/01	Osmar Martins	Motorista de Caminhão	Uma
2739/01	Osmar Trainotti	Operador de Equipamentos	Duas
2607/02	Osni dos Santos	Motorista de Caminhão	Duas
14001/01	Oswaldo Becker	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
14010/01	Oswaldo de Mattos	Operador de Equipamentos	Duas
3719/01	Paulo Schmitz	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
9407/01	Pedro Jose da Silva	Marteleteiro	Duas
5738/01	Pedro Sérgio de Mello	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
17787/01	Pelegriño Estevão Vieira	Motorista de Caminhão	Duas
16373/01	Risoleida do Carmo de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	Duas
6092/01	Roberto Carlos Sedrez	Médico	Duas
17736/01	Roberto de Castro Faria	Médico	Duas
4944/01	Rogério Sebold	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
4111/01	Rosane Gandin da Rosa	Enfermeiro	Duas

14532/01	Rosane Terezinha Eing	Auxiliar Administrativo I	Uma
17060/01	Roseli Isabel Perfolli Ortega	Médico	Duas
16187/01	Roselita Sebold	Cirurgião Dentista	Duas
17639/01	Rosemari Mensen	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
17108/01	Salete Cardoso	Auxiliar de Enfermagem	Uma
4359/01	Salete Jasper de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
25917/03	Sandra Denise Fachini Sedrez	Cirurgião Dentista	Uma
13803/01	Sandro Renato Sofka	Auxiliar Administrativo II	Uma
2771/01	Santa Elizabete de Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
15903/01	Santina Aparecida Longo	Recepcionista	Duas
2143/01	Sebastião do Amaral	Motorista de Caminhão	Duas
3409/01	Sesio Vieira	Coveiro	Uma
1619/01	Sidney Marcos Macieski	Operador de Equipamentos	Duas
5428/01	Signeide Maria da Cunha Redel	Auxiliar de Enfermagem	Duas
16071/01	Silvino Stedile	Técnico em Agropecuária	Duas
1767/01	Silvio Andrade	Motorista de Caminhão	Duas
4804/01	Silvio Gilz	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
27901/01	Silvio Luiz Schneider	Vigia	Uma
4740/01	Simone Zickuhr	Auxiliar de Enfermagem	Uma
16004/01	Sirlei Aparecida Conti	Instrutor de Trabalhos Manuais	Duas
14389/01	Sonia Brito	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
16829/01	Sonia Maria Real Amorim Cardoso	Cirurgião Dentista	Duas
16098/01	Sonia Maria Tomazoni Uliana	Cirurgião Dentista	Duas
9709/01	Sueli Aparecida Ribeiro Kummer	Cirurgião Dentista	Duas
8524/01	Sueli Jung	Auxiliar Administrativo II	Duas
17566/01	Sydney Paulo Silveira	Auxiliar Administrativo I	Uma
5479/01	Tarcisio Campestrini	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
1988/01	Telmo Roberto de Moraes	Agente Administrativo	Duas
8753/01	Terezinha Moretti Noveletto	Auxiliar Administrativo I	Duas
27774/01	Valdeci Hack	Lubrificador	Uma
2720/01	Valdeci Horstmann	Operador de Equipamentos	Duas
2810/01	Valdecir de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
3565/01	Valdemar Darolt	Vigia	Duas
2127/01	Valdemiro Agostinho de Jesus	Carpinteiro	Duas
4243/01	Valdemiro Gilz	Carpinteiro	Duas
1104/01	Valdenir Borges Ribeiro	Digitador	Duas
1783/01	Valdir Antonio Postai	Motorista de Veículo Leve	Duas

2461/01	Valdir Stedile	Operador de Equipamentos	Duas
28282/01	Valdizia Ferreira dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
5665/01	Valdonir Dolzan	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
1694/01	Valerio José da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
7919/01	Valiria do Valle	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
2364/01	Valmir Ceola	Motorista de Veículo Leve	Duas
787/01	Veni Aparecida Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
15865/01	Vera Lucia Ramos Machado	Agente Administrativo	Duas
23213/03	Vera Lucia Rodrigues Prade	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Uma
27715/01	Vicente Granza	Operador de Equipamentos	Uma
9067/01	Vilma Nienkoetter Hinckel	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Duas
5746/01	Vilson de Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Duas
14486/01	Vilson Vieira	Operador de Equipamentos	Duas
5380/01	Vital Fontanive	Fiscal de Posturas	Duas
16241/01	Vitoria Zunino Sebold	Instrutor de Trabalhos Manuais	Duas
3557/01	Wilmar Klauberg	Vigia	Duas
2917/01	Wilson Pedro Schmidt	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Uma
1899/01	Zilá Schneider Claudino dos Santos	Auxiliar Administrativo III	Duas

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria Nº. 1318/RH

PORTARIA Nº. 1318/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal VENERIANA BARDT DE SOUZA, matrícula n. 35282/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 01/06/2007 a 11/11/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Portaria Nº. 1319/RH

PORTARIA Nº. 1319/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal LÚCIO JOSÉ HILLESHEIM BORGES, matrícula n. 35319/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Topografia, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 05/11/2007 a 16/11/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

Pregão Presencial 132/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2010

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) colhedora de forragens, Secretaria de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/12/2010, às 10:30h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 08/12/2010. , no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 25 de novembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 133/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2010

OBJETO: Aquisição de 15 ton de emulsão asfáltica RM 1C para serviços de tapa buracos em diversas ruas do Município, Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/12/2010, às 10:30h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 08/12/2010. , no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 25 de novembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. DP0220/2010

PORTARIA Nº. DP0220/2010

"Nomeia Diretor do Município de Salto Veloso-SC. e dá outras providências"

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei 1025/2001 de 04/07/2001, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Diretora de Assistência Social, cargo em comissão, nível CC-2, a partir de 12/11/2009, a Sra. ANDRÉIA TERESINHA DE ALMEIDA.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 12/11/2010, revogadas as disposições em contrário .

Salto Veloso-SC, em 23 de Novembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Portaria Nº. DP0221/2010

PORTARIA Nº. DP0221/2010

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 12 de Novembro de 2010 a 12 de Março de 2011, a funcionária pública ANAMARIS FACHIN, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12/11/2010, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 23 de Novembro de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação T.P 58.2010

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº58/2010

MODALIDADE: Tomada de Preços

OBJETO: A presente licitação tem como objeto: Pavimentação e Recuperação do Asfalto de Cubatão, localizado neste município, conforme memorial descritivo em anexo do Edital

A ENTREGA DAS PROPOSTAS E A DOCUMENTAÇÃO SERÁ SOMENTE ATÉ AS 14:30 (CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS) DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (art. 10, II, "a", da Lei n.º 8.666/1993).. DATA DE ABERTURA: 16/12//2010 às 14:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 13:00 às 19:00h , ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 24/11/2010

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Contrato de prestação de serviço n.º 125/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 125/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÁHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado OSMAR DETTMER, com sede a Rua José Guerreiro Filho, nº. 773, Porto Belo/SC, inscrito no CPF sob nº. 231.692.579-00, Pis/Pasep 106.215.963.93, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de capacitação para conselheiros tutelares e profissionais da área da infância e juventude, a ser realizado no dia 22 e 25 de novembro nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores - Águas Mornas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 698,00 (seiscentos e noventa e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será do dia 22/11/10 a 25/11/10, no período das 08:00 as 17:00 horas

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos

na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de novembro de 2010.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA OSMAR DETTMER
ERNEI JOSÉ STÄHELIN Contratado

Contrato de prestação de serviço nº. 124/2010

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 124/2010

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o RAFAEL HILLESHEIM REGINALDO, residente e domiciliado a Rua Cândido Amaro Damásio, 631 - Barreiros, município de São José - SC, portador do CPF nº. 045.294.989-05, Pis/Pasep nº. 134.42132.72-9 doravante denominado CONTRATADO sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de sonorização na final do Campeonato de Futebol Amador de São Pedro de Alcântara, a ser realizado no dia 21 de novembro de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 21/11/2010.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº. 8666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São José para dirimir qualquer questão

Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8666/1993, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato.

São Pedro de Alcântara, 18 de novembro 2010.

CONTRATANTE _____
CONTRATADO

Contrato Nº 123/2010

CONTRATO Nº 123/2010

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. ODAIR LUIZ LAURENTINO, inscrito no CPF sob nº 415.337.639-68, Pis/Pasep nº. 11122935824, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço, a montagem de estantes para o arquivo morto da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de mão de obra definido no objeto deste contrato, o valor total R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 16/11/10 a 18/11/10.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RETENÇÕES E DOS ENCARGOS

As despesas com encargos sociais, INSS, ISS, Imposto de Renda, serão automaticamente efetivadas quando do pagamento feito pela contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 16 de novembro de 2010.

CONTRATANTE _____
CONTRATADO

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº1.821/2010

LEI Nº1.821/2010

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Schroeder no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

LEI Nº1.821/2010

ANEXO I

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

Decreto Nº 002171/10 de 11 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 002171/10 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 2.500,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.06.181.0009.2.035 - CONVÊNIO - POLÍCIA MILITAR

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 2.000,00

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.500,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.01.06.181.0009.2.035 - CONVÊNIO - POLÍCIA MILITAR

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 11 de Novembro de 2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002172/10 de 11 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 002172/10 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.302.0016.2.048 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
 04.03.10.302.0016.2.048 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente
R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 11 de Novembro de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.
 ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002173/10 de 11 de Novembro de 2010

DECRETO Nº 002173/10 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010
 Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2010.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001757/09 de 16 de Outubro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 36.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
 04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de ConsumoR\$ 36.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiroR\$ 36.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 11 de Novembro de 2010
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS
 Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.
 ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.174/2010, de 22 de novembro de 2010.

DECRETO Nº 2.174/2010, de 22 de novembro de 2010.
 PRORROGA A VALIDADE DA LISTA CLASSIFICATÓRIA HOMOLOGADA PELO DECRETO N.º 2.124/2010, DE 2 DE JULHO DE 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica prorrogada por 06 (seis) meses, a partir de 2 de janeiro de 2011, a validade da lista classificatória homologada pelo Decreto n.º 2.124/2010, de 2 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de novembro de 2010.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data:
 ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.175/2010, de 23 de novembro de 2010.

DECRETO Nº 2.175/2010, de 23 de novembro de 2010.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 18 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 003/98, de 19/05/1998 e Anexo IV da LC nº. 059/2008, de 11/11/2008:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Edaise Sasse	Professora C	Professora D	11	14
Elsinira Porath Borgmann	Professora C	Professora D	05	08
Gisele Cristina de Souza Alves	Professora C	Professora D	05	08
Joice Lenhardt Rosá	Professora C	Professora D	05	08
Josiane Fischer	Professora C	Professora D	05	08
Lourdes Delfino S. de Andrade	Professora C	Professora D	05	08
Marleni Lindner	Professora C	Professora D	05	08

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de novembro de 2010.
 FELIPE VOIGT
 Prefeito Municipa

HARILDO KONELL
 Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.
 ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
 Chefe de Gabinete

Portaria No3.750/2010, de 19 de novembro de 2010
PORTARIA No3.750/2010, de 19 de novembro de 2010

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância n.º 003/2010, de 19 de novembro de 2010, os servidores Senhores Elmer Sandro Quadros, Waldir Gabriel Reineher e Luciano Francisco Pedro, para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Boletim de Ocorrência - Registro 00051 - 2010 - 03668, registrado na Delegacia de Polícia de Guaramirim, que relata o acidente de trânsito ocorrido na Rua Guilherme Lafin, após a Escola Rui Barbosa, na localidade de Itoupava-Açu, neste município, com o servidor municipal Senhor Edson Dubiela, que colidiu com o veículo Motoniveladora de placas MEY-5463, contra um poste da rede de energia elétrica, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 30 (trinta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 19 de novembro de 2010.
VALMOR PIANEZZER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na mesma data.
DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

CANCELAMENTO da ABERTURA da Licitação Pregão Presencial REGISTRO de PREÇO Nº. 29/2010-FMS
CANCELAMENTO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2010-FMS
PROCESSO Nº. 47/2010-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados CANCELAMENTO DA ABERTURA da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2010-FMS, Processo nº. 47/2010-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio terapêutico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, para análise de questões relevantes arguidas em impugnação feita ao edital.

Schroeder, 25 de Novembro de 2010.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 84/2010-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 84/2010-FMS

Dispensa de Licitação nº. 15/2010-FMS - Processo nº 50/2010-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder - SC.

Contratada: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.225.894/0001-70, estabelecida na Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 320, salas 17 e 18, centro na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

Objeto: Constitui o presente contrato para a Contratação de empresa especializada para manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde Centro, ESF I, ESF III, ESF IV, e CRAE - Centro de Reabilitação de Atendimento Especializado, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 12 meses, referente ao mês de janeiro a dezembro de 2011, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde Centro, localizada na Rua Paulo Janh, nº 147 e ESF IV, localizada na Itoupava Açu, no Município de Schroeder /SC	12	Mês	345,00	4.140,00
02	Manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde ESF I, Localizada na Rua Guaramirim, nº 560, Schroeder I, ESF III, localizada na rua Alphons Maria Schmalz, nº 150, , e CRAE - Centro de Reabilitação de Atendimento Especializado, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3554, no Município de Schroeder /SC	12	Mês	135,00	1.620,00
Total R\$					5.760,00

Valor do Contrato: R\$ 5.760,00 (Cinco mil setecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 25/11/2010 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

dispensa de licitação nº 12/2010-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2010 - DL**

Processo Nr.: 26/2010
Data: 25/11/2010

Folha: 1/2

Fornecedor: MAXIMA PAPELARIA LTDA
Endereço: RUA ADOLFO KONDER, 279
Cidade: RIO NEGRINHO - SC
CNPJ: 85.260.164/0001-00

Código: 10643

Inscrição Estadual: 252.426.240

Objeto da Compra: Aquisição de produtos alimentícios e de higiene/limpeza, para compor cestas básicas para suprir as necessidades do Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	150,00	Açúcar refinado especial, embalagem de 1kg	KG	2,90	435,00
2	190,00	Arroz parborizado, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg	KG	1,90	361,00
3	130,00	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g	UN	4,50	585,00
4	80,00	Café torrado e moído, extra forte, peso líquido 500g	UN	6,49	519,20
5	80,00	Extrato de tomate, base de tomate para molho, peso líquido 350g	UN	1,75	140,00
6	130,00	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com vitaminas A e D, peso líquido 400g	UN	4,99	648,70
7	100,00	Óleo de soja extra refinado, sem colesterol, com todos os óleos vegetais, embalagem 900ml	UN	2,92	292,00
8	100,00	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg	KG	1,45	145,00
9	190,00	Farinha de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem de 1kg	KG	1,80	342,00
10	100,00	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g	UN	2,75	275,00
11	130,00	Sabonete para banho, em barra, peso líquido 90g	UN	1,35	175,50
12	80,00	Lava roupas perfumado, biodegradável, com poder amaciante para uso domiciliar, peso líquido 1kg	KG	4,95	396,00
13	80,00	Creme dental com flúor, 100% branco, sabor menta refrescante, peso líquido 90g	UN	2,05	164,00
14	80,00	Papel higiênico, folha simples de alta qualidade, 100% fibras naturais, picotado, não peregível, embalagem com 4 rolos de 30m x 10cm.	UN	1,90	152,00
15	80,00	Detergente de louça, de uso geral, neutro, embalagem de 500ml	UN	1,20	96,00
16	130,00	Feijão, tipo preto, embalagem com 1Kg.	KG	3,50	455,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas do mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 12/2010 - DL

Processo Nr.: 26/2010
Data: 25/11/2010

Folha: 2/2

TEXTO

De acordo com o pedido feito pelo Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social justifica-se o pedido de dispensa de licitação para compra de alimentos/produtos de limpeza e higiene pessoal (itens que compõem a Cesta Básica) devido ao encerramento do contrato do ano de 2010 e o novo processo de licitação para o ano de 2011 esta em andamento.

SCHROEDER , 25 de Novembro de 2010

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 23 de Novembro de 2010

Valor da Despesa: 5.181,40 (cinco mil cento e oitenta e um reais e quarenta centavos)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato n. 0426/10

Extrato do Contrato n. 0426/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EGNER MERLUCI GOMES DE OLIVEIRA
CPF: 063.646.749-09
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 06 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0428/10

Extrato do Contrato n. 0428/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISLENY DE PAULA MORAES DE OLIVEIRA
CPF: 097.119.826-84
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À CLAUDIA JUDITE MARRASCHIN
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 846,43 (Oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos)

Extrato do Contrato n. 0431/10

Extrato do Contrato n. 0431/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI TERESINHA GOMES MOKFA
CPF: 770.414.299-20
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À ANA PAULA DOS SANTOS FUMAGALLI SILVA
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0432/10

Extrato do Contrato n. 0432/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICIUS
CPF: 016.477.389-46
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0434/10

Extrato do Contrato n. 0434/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DENISE FELCHILCHER
CPF: 083.693.769-40
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0435/10

Extrato do Contrato n. 0435/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELISIANE RODRIGUES DOS SANTOS
CPF: 075.087.389-26
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À LIBERA VALLER
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2010 a 17 de outubro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0439/10

Extrato do Contrato n. 0439/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIZETE ANTUNES MOREIRA
CPF: 004.987.879-40
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de setembro de 2010 a 20 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Contrato n. 0440/10

Extrato do Contrato n. 0440/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAURICIO PENSO
CPF: 141.464.449-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 13 de setembro de 2010 a 13 de março de 2011
FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL ESPECIALIZADO II
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,52 (Um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Extrato do Contrato n. 0441/10

Extrato do Contrato n. 0441/2010
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANAIR PELENTIR
CPF: 296.716.479-87
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 04 de setembro de 2010 a 17 de dezembro de 2010
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 574,60 (Quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos)

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 011/2010

Prefeitura Municipal de Videira
Estado de Santa Catarina
Secretaria Municipal de Educação
EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 011/2010, de 26 de novembro de 2010.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e emendas, juntamente com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, com execução técnico-administrativa do Instituto o Barriga Verde, RESOLVE Tornar público que se acham abertas, no período de 27/11/2010 a 08/12/2010, as inscrições via internet para o Processo Seletivo, para preenchimento de cargos temporários do Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme a necessidade da administração, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste edital. Para os seguintes cargos: ensino fundamental incompleto (8ª série): agente de serviços gerais; ensino superior completo: especialista educacional; bibliotecário. Professores habilitados e não-habilitados de: professor de educação infantil 0 a 5 anos; ; Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1º ao 5º ano; ; Professor de Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa 6º ao 9º ano/série; Professor de Ensino Fundamental Séries Finais Matemática 6º ao 9º ano/série; ; Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Educação Física; Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ciências 6º ao 9º ano/série; Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Língua Inglesa 6º ao 9º ano/série; Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Geografia 6º ao 9º ano/série; ; Professor de Ensino Fundamental Series Finais de História 6º ao 9º ano/série e Professor de Ensino Fundamental Series Finais de Ensino Religioso 6º ao 9º ano/série. As inscrições são gratuitas e a remuneração varia de R\$ 423,20 a R\$ 1.701,69. O inteiro teor deste edital e os demais editais e atos relativos às etapas deste Processo Seletivo poderão ser encontrados no mural de publicações e no site da Prefeitura Municipal de Videira/SC, no site www.iobv.com.br e seus extratos serão publicados e divulgados na imprensa local.

Videira, 26 de Novembro de 2010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CIS/AMMVI

Retificação - licitação nº 003/2010 - carta convite

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
LICITAÇÃO Nº 003/2010 - CARTA CONVITE
Tipo de Julgamento: Menor preço dia/profissional
RETIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, torna público para conhecimento dos interessados a alteração na Licitação - Carta Convite nº 003/2010 destinada a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA ESPECIALIDADE DE CIRURGIA

PEDIÁTRICA, 24 HORAS POR DIA DE SOBREAVISO, TODOS OS DIAS DO ANO, INCLUSIVE FINAIS DE SEMANA E FERIADOS, NO HOSPITAL SANTO ÂNTONIO DE BLUMENAU/SC, GARANTINDO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS ORIUNDAS DA REDE BÁSICA DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ. Na forma que segue:
Do recebimento dos envelopes: até o dia 03 de dezembro de 2010, às 14:00h, na sede do CISAMVI;
Da abertura da Licitação: dia 03 de dezembro de 2010, às 14:05h, no mesmo local.

A integra do Instrumento Convocatório e esta alteração estão disponíveis no site www.ammvi.org.br e as informações complementares serão prestadas aos interessados na Secretaria Executiva do CISAMVI, localizado em sua sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, fone (47) 3331-5812, bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 23/11/2010.
JAMIR MARCELO SCHMIDT
Presidente do CISAMVI

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato Nº 018/2010

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 018/2010.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL – CIS/AMUREL

Contratada: CDI IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, através exames de ULTRASSONOGRAFIA.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 25/10/2010.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e Manoel José Carvalho Fernandes, pela Contratada.

Extrato de Contrato Nº 019/2010

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 019/2010.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL – CIS/AMUREL

Contratada: CDI IMAGEM LTDA. - ME

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitados, Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, através exames de MAMOGRAFIA, DENSITOMETRIA ÓSSEA E TOMOGRAFIA.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 25/10/2010.

Assinantes: Leonete Back Loffi pelo Contratante e Manoel José Carvalho Fernandes, pela Contratada.